



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Ilídio José Martins Sarmiento Barreiros

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria Manuela M. S. Sarmiento Coelho

CO-ORIENTADOR: Tenente de Infantaria Bruno Miguel Chaves Antunes

LISBOA, AGOSTO DE 2010



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES - ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Ilídio José Martins Sarmento Barreiros

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria Manuela M. S. Sarmento Coelho

CO-ORIENTADOR: Tenente de Infantaria Bruno Miguel Chaves Antunes

LISBOA, AGOSTO DE 2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos e namorada
E a todos aqueles que contribuíram para a minha formação

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de um enorme conjunto de sinergias. Resultou do empenhamento e contributo de várias pessoas, sem as quais seria mais complexa a realização do mesmo.

Ao Tenente Antunes, por ter aceite desde o início, ser orientador deste trabalho e por toda a colaboração nas diversas fases do mesmo.

À Doutora Manuela Sarmento, pelo pronto apoio e empenho que demonstrou bem como, por toda a confiança que depositou neste trabalho, para orientá-lo numa fase já avançada do mesmo.

Ao Tenente Cardoso, pela inteira disponibilidade demonstrada, camaradagem e ajuda na elaboração dos questionários, manifestando-se um excelente profissional.

Ao Coronel Carlos Alves pelas linhas orientadoras que me deu e pela ajuda a discutir o rumo a seguir neste trabalho.

Ao TCor Rosinha, ao Major Patrício e ao Capitão Ramos que, com prejuízo pessoal do tempo que dispõem, me ajudaram na elaboração da Parte Prática, e pelos úteis conselhos que me deram.

Ao Coronel Caio, e ao TCor Rocha, pela colaboração e apoio nos contactos necessários para a realização das entrevistas.

A todos os entrevistados e inquiridos que se prontificaram, desde logo, a conceder-me as entrevistas ou a responder aos questionários.

À Maria Luísa, ao Paulo e à Professora Madalena Abrunhosa pelo contributo na revisão e formatação do trabalho.

A todos aqueles que por diversas formas, cedendo dados, informações, opiniões, ou através da sua experiência pessoal e profissional, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu Curso, tanto pelo apoio prestado neste trabalho, como ao longo deste cinco anos.

Ilídio Sarmento Barreiros

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema: *O Grupo de Intervenção Protecção e Socorro da Guarda Nacional Republicana*.

A Segurança Interna é um conceito mais alargado e aglutinador do conceito de Protecção Civil, e constitui a principal área de actuação da Guarda Nacional Republicana que, enquanto Força de Segurança e Agente de Protecção Civil se revela um dos principais intervenientes no âmbito da Protecção e Socorro.

Com a vaga de incêndios que devastaram Portugal, entre 2003 e 2005, o Governo alargou as competências e atribuições da Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Protecção Civil, criando o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro.

Neste contexto, surge o presente estudo partindo da questão central: *Qual o contributo do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro no Sistema Nacional de Protecção Civil?*

Os objectivos definidos para este trabalho pretendem verificar as hipóteses formuladas a partir das questões de investigação levantadas, de forma a responder à questão central.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho consistiu na análise documental de diversa legislação e publicações sobre a temática da Protecção e Socorro, observação directa, e na análise de entrevistas e questionários realizados a diferentes níveis, estratégico, tático e operacional, do Sistema Nacional de Protecção Civil e da Guarda Nacional Republicana.

Conclui-se, que o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro foi criado na estrutura do Estado, que pelas suas características, melhores condições reunia para responder, com elevados graus de eficácia e prontidão, aos incêndios florestais e outras situações de crise. Este Grupo acrescentou uma componente policial ao Sistema que se reflectiu numa vigilância mais activa e dinâmica. A forma profissional e motivada de actuação, a constante disponibilidade e a elevada capacidade de projecção do Grupo de Intervenção de Protecção e de Socorro produziram um efeito de emulação nos restantes corpos de protecção civil, contribuindo decisivamente para a eficácia do Sistema Nacional de Protecção Civil.

PALAVRAS-CHAVE: PROTECÇÃO, SOCORRO, GIPS, GNR, SNPC.

ABSTRACT

The following Applied Investigation Work is subordinated to the theme: *The Republican National Guard (GNR in portuguese) Safe and Protection Intervention Group (GIPS in portuguese)*.

The Internal Security is a broader concept of the concept of Civil Protection, and it constitutes the main action area of the Republican National Guard that, as a Security Force and Civil Protection Agent reveals itself as one of the main intervenient in the Safe and Protection program.

With the wave of forest fires that scorched Portugal, between 2003 and 2005, the Government expanded the expertise and attributions of the Republican National Guard, in the scope of the Civil Protection, creating the Safe and Protection Intervention Group.

In this ambit, appears the present study starting from the main question: *What contribute the Safe and Protection Intervention Group brings to the National System of Civil Protection*.

The objectives of this paper intend to verify the formulated hypothesis starting from the investigation questions, raised from the in way to answer to the central question.

The used methodology consisted in documental analyzes of legislation and publications referring to the thematic of Safe and Protection, direct observation, interview and survey analyses in the different levels, strategic, tactic and operational, of the National System of Civil Protection and of The Republican National Guard.

It concludes that, the Safe and Protection Intervention Group was created in the State structure that, by its characteristics, better conditions had to answer, with high degrees of readiness and efficiency, to the forest fires and other crisis situations. This Group added a police component to the System that reflected in a more active and dynamic surveillance. The professional and motivated way of acting, the constant readiness and the high projection capacity of the Safe and Protection Intervention Group has produced a stimulating effect in the rest of the civil protection corps massively contributing for the effectiveness in the Civil Protection National System.

KEY-WORDS: PROTECTION, SAFE, GIPS, GNR, SNPC.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xii
ÍNDICE DE QUADROS	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS	xvii
LISTA DE SÍMBOLOS	xviii
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	2
1.1 - INTRODUÇÃO.....	2
1.2 - ENQUADRAMENTO.....	2
1.3 - JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	3
1.4 - PERGUNTA DE PARTIDA.....	3
1.5 - QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.6 - OBJECTO E OBJECTIVOS DO TRABALHO DE ESTUDO	4
1.7 - HIPÓTESES	4
1.8 - METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	5
1.9 - SÍNTESE DOS CAPÍTULOS DO TIA.....	6

I PARTE – TEÓRICA.....	7
CAPÍTULO 2 - A GNR COMO FORÇA DE SEGURANÇA INTERNA E	
AGENTE PROTECÇÃO CIVIL	7
2.1 - INTRODUÇÃO.....	7
2.1.1 - Segurança Interna.....	7
2.1.2 - Protecção Civil.....	8
2.2 - GNR - FORÇA DE SEGURANÇA.....	9
2.3 - GNR - AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL.....	10
2.4 - A REFORMA DA PROTECÇÃO CIVIL.....	11
2.4.1 - Consolidação do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente e a Criação do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro.....	13
2.4.2 - A Lei de Bases da Protecção Civil.....	14
2.4.3 - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.....	15
2.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	17
CAPÍTULO 3 - O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO	
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	18
3.1 - INTRODUÇÃO.....	18
3.2 - O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO.....	18
3.2.1 - Missão.....	19
3.2.2 - Organização.....	19
3.2.3 - Evolução e Implantação Territorial.....	19
3.2.4 - Formação.....	21
3.2.5 - Capacidades e Valências.....	21
3.2.5.1 - Primeira Intervenção de Protecção e Socorro.....	21
3.2.5.2 - Busca e Resgate em Montanha.....	22
3.2.5.3 - Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas.....	22

3.2.5.4 - Matérias Perigosas ou Nucleares Radiológicas Biológicas e Químicas	23
3.2.5.5 - Unidade de Inundações	23
3.2.5.6 - Unidade Especial de Operações Subaquáticas.....	23
3.2.5.8 - <i>Kit</i> de Projecção de Forças para Situações de Acidentes Graves	24
3.3.6 - Meios Humanos	24
3.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	24
II PARTE – PRÁTICA	25
CAPÍTULO 4 - TRABALHO DE CAMPO	25
4.1 - INTRODUÇÃO	25
4.2 - METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO.....	25
4.3 - PROCEDIMENTO E TÉCNICAS.....	26
4.4 - OBSERVAÇÃO DIRECTA	26
4.5 - ENTREVISTAS	27
4.6 - IMPLEMENTAÇÃO DOS INQUÉRITOS	28
4.6.1 - Definição da Amostra	28
4.7 - MEIOS UTILIZADOS.....	29
4.8 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	29
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	30
5.1 - INTRODUÇÃO	30
5.2 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	30
5.2.1 - Análise Quantitativa à Questão n.º 1	31
5.2.2 - Análise Quantitativa à Questão n.º 2	32
5.2.3 - Análise Quantitativa à Questão n.º 3	33
5.2.4 - Análise Quantitativa à Questão n.º 4	34

5.2.5 - Análise Quantitativa à Questão n.º 5	34
5.2.6 - Análise Quantitativa à Questão n.º 6	35
5.2.7 - Análise Quantitativa à Questão n.º 7	36
5.2.8 - Análise Quantitativa à Questão n.º 8	37
5.3 - CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS	38
5.4 - ANÁLISE DOS INQUÉRITOS	40
5.4.1 - Caracterização Sócio-Demográfica dos Inquiridos	40
5.4.2 - Caracterização da Opinião	42
5.4.2.1 - Análise da Questão n.º 9.....	43
5.4.2.2 - Análise da Questão n.º 10.....	45
5.4.2.3 - Análise da Questão n.º 11.....	47
5.5 - CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS	48
5.6 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	49
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
6.1 - INTRODUÇÃO.....	50
6.2 - VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES INICIALMENTE FORMULADAS	50
6.3 - RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	52
6.4 - REFLEXÕES FINAIS	53
6.5 - RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES	54
6.6 - LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	54
6.7 - INVESTIGAÇÕES FUTURAS	55
BIBLIOGRAFIA	56
APÊNDICES	60
APÊNDICE A - QUADRO DE EFECTIVOS DO GIPS (2010)	61
APÊNDICE B - ENTREVISTAS	62
B.1 - GUIÃO DE ENTREVISTA	62

B.2 - ENTREVISTA 1	64
B.3 - ENTREVISTA 2.....	68
B.4 - ENTREVISTA 3.....	71
B.5 - ENTREVISTA 4.....	75
B.6 - ENTREVISTA 5.....	79
B.7 - ENTREVISTA 6.....	83
B.8 - ENTREVISTA 7.....	86
B.9 - ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA.....	90
Análise de Conteúdo à Questão n.º 1	90
Análise de Conteúdo à Questão n.º 2.....	91
Análise de Conteúdo à Questão n.º 3.....	93
Análise de Conteúdo à Questão n.º 4.....	94
Análise de Conteúdo à Questão n.º 5.....	95
Análise de Conteúdo à Questão n.º 6.....	95
Análise de Conteúdo à Questão n.º 7.....	96
Análise de Conteúdo à Questão n.º 8.....	98
B.10 - ENTREVISTA 8.....	99
B.11 - ENTREVISTA 9.....	103
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIOS	106
C.1 - DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA	106
C.2 - QUESTIONÁRIO.....	107
Características Sócio-Demográficas.....	108
Caracterização da Opinião	109
C.3 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DA AMOSTRA	111
Análise da Questão n.º 1 – Género	111
Análise da Questão n.º 2 – Idade	111
Análise da Questão n.º 3 – Classe	112
Análise da Questão n.º 4 - Unidade de Origem	112
Análise da Questão n.º 5 – Tempo de Serviço no GIPS	112
Análise da Questão n.º 6 – Colocação Actual.....	113

Análise da Questão n.º 7 – Motivação para Ingresso no GIPS	113
Análise da Questão n.º 8 – As Funções que desempenha no GIPS	113
C.4 TESTE ALFA DE CHRONBACH	114
C.5 CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO.....	115
Análise da Questão n.º 9	115
Cruzamento de dados das Questões n.º 6 e n.º9.1.	116
Cruzamento de dados das Questões n.º 6 e n.º9.2.	116
Cruzamento de dados das Questões n.º 6 e n.º9.8.	117
Análise da Questão n.º 10	118
Análise da Questão n.º 11	119
ANEXOS	121
ANEXO D - CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA	122
ANEXO E - IMPLANTAÇÃO TERRITORIAL DO GIPS	123
ANEXO F - ESTRUTURA DA PROTECÇÃO CIVIL	124
ANEXO G - ESTRUTURA ORGÂNICA DA GNR	125
ANEXO H - ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO	126
ANEXO I - ESTRUTURA ORGÂNICA O GIPS	127
ANEXO J - ESTRUTURA ORGÂNICA DA ANPC	128
ANEXO L - EXTRACTO DO MANUAL DE OPERAÇÕES DA GNR.....	129
ANEXO M - EXTRACTO DO REGULAMENTO GERAL DO SERVIÇO DA GNR.....	133
ANEXO N - RESULTADOS DAS CAMPANHAS 2006 A 2009.....	137

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Modelo de Investigação adoptado	5
Figura 1.2 - Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada	6
Figura 2.1 - Enquadramento da GNR no Sistema Nacional de Forças.....	9
Figura C.1 - Fórmula para cálculo de uma amostra, numa população finita	106
Figura D.1 - Áreas de actuação da GNR no Sistema de Segurança Interna	122
Figura E.1 - Dispositivo Territorial e Zonas de Actuação do GIPS, em 2010.....	123
Figura F.1 - Estrutura da Protecção Civil	124
Figura G.1 - Esquema da Estrutura Orgânica da GNR	125
Figura H.1 - Estrutura Orgânica da Unidade de Intervenção.....	126
Figura I.1 - Estrutura Orgânica do GIPS	127
Figura J.1 - Organograma da ANPC	128

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º1	41
Gráfico 5.2 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º2	41
Gráfico 5.3 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º3	41
Gráfico 5.4 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º4	41
Gráfico 5.5 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º5	42
Gráfico 5.6 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º6	42
Gráfico 5.7 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º7	42
Gráfico 5.8 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º8	42
Gráfico 5.9 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º 9	45
Gráfico 5.10 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º 10.....	47
Gráfico 5.11 - Gráfico resumo das respostas à questão n.º 11	48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Características sócio-demográficas dos Entrevistados.....	27
Quadro 5.1 - Análise quantitativa à questão n.º 1.	31
Quadro 5.2 - Análise quantitativa à questão n.º 2.	32
Quadro 5.3 - Análise quantitativa à questão n.º 3.	33
Quadro 5.4 - Análise quantitativa à questão n.º 4.	34
Quadro 5.5 - Análise quantitativa à questão n.º 5.	35
Quadro 5.6 - Análise quantitativa à questão n.º 6.	35
Quadro 5.7 - Análise quantitativa à questão n.º 7.	36
Quadro 5.8 - Análise quantitativa à Questão n.º 8.....	37
Quadro B.1 - Análise de conteúdo à questão n.º 1.....	90
Quadro B.2 - Análise de conteúdo à questão n.º 2.....	91
Quadro B.3 - Análise de conteúdo à questão n.º 3.....	93
Quadro B.4 - Análise de conteúdo à questão n.º 4.....	94
Quadro B.5 - Análise de conteúdo à questão n.º 5.....	95
Quadro B.6 - Análise de conteúdo à questão n.º 6.....	95
Quadro B.7 - Análise de conteúdo à questão n.º 7.....	96
Quadro B.8 - Análise de conteúdo à questão n.º 8.....	98
Quadro C.1 - Oficiais e Sargentos do GIPS com funções de Comando	106
Quadro C.2 - Frequências, percentagens e médias relativas à questão n.º 9	115
Quadro C.3 - Frequências, percentagens e médias relativas à questão n.º 10	118
Quadro C.4 - Frequências, percentagens e médias relativas à questão n.º 11	119

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela A.1 - Quadros de efectivos do GIPS, em 2010.....	61
Tabela C.1 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º1.	111
Tabela C.2 - Frequência e percentagens, individuais, relativas à questão n.º2.....	111
Tabela C.3 - Frequência e percentagens, por grupos etários, relativas à questão n.º2.....	111
Tabela C.4 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º3.	112
Tabela C.5 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º4.	112
Tabela C.6 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º5.	112
Tabela C.7 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º6.	113
Tabela C.8 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º7.	113
Tabela C.9 - Frequência e percentagens relativas à questão n.º8.	113
Tabela C.10 - Resultado do Teste Alfa de Cronbach.	114
Tabela C.11 - Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º9.....	116
Tabela C.12 - Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q.6 e Q 9.1.....	116
Tabela C.13 - Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q6 e Q9.2.....	116
Tabela C.14 - Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q6 e Q9.8.....	117
Tabela C.15 - Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º10.....	119
Tabela C.16 - Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º10	119
Tabela C.17 - Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º12.....	120

LISTA DE SIGLAS

AM	Academia Militar
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
AR	Assembleia da Republica
BREC	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
BRM	Busca e Resgate em Montanha
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Protecção Civil
CEGRAF	Centro Gráfico
CI	Centro de Instrução
CIPS	Companhia de Intervenção Protecção e Socorro
CM	Centro de Meios Aéreos
CMPC	Comissão Municipal de Protecção Civil
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CNPC	Comissão Nacional de Protecção Civil
CNPCE	Comissão Nacional de Planeamento Civil de Emergência
CPIPS	Curso de Primeira Intervenção de Protecção e Socorro
CTer	Comando Territorial
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
EG	Escola da Guarda
FEB	Força Especial de Bombeiros
FFAA	Forças Armadas
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnico
GIPS	Grupo de Intervenção Protecção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
LBPC	Lei de Base da Protecção Civil
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOANPC	Lei que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil
LOGNR	Lei que aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LRESEE	Lei Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência
LSI	Lei de Segurança Interna

MAI	Ministério da Administração Interna
MP	Matérias Perigosas
NRBQ	Nuclear Radiológico Biológico e Químico
OPC	Órgão de Policia Criminal
OSCOT	Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
PIPS	Primeira Intervenção de Protecção e Socorro
PM	Primeiro-Ministro
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RCME	Resolução de Conselho de Ministros Extraordinário
RI	Regimento de Infantaria
SE	Serra da Estrela
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e de Protecção Civil
SNDFCI	Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
SNPC	Sistema Nacional de Protecção Civil
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UAF	Unidade de Acção Fiscal
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UEOS	Unidade Especial de Operações Subaquáticas
UI	Unidade de Intervenção
UIR	Unidade de Intervenção Rápida
UIT	Unidade de Intervenção Tática
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USAR	Urban Search and Rescue
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado

LISTA DE ABREVIATURAS

al.	alínea
apud	citado em (por um terceiro)
art.	artigo
Cap.	Capitão
Cor.	Coronel
Dr.	Doutor
ed.	edição
et al	et aliae (e outros – para pessoas)
etc.	et aliae (e outros – para coisas)
n.º	número
N/R	Não respondeu
Of.	Oficiais
p.	página
q.	questão
s.d.	Sem data
Sarg.	Sargentos
TCor.	Tenente-Coronel

LISTA DE SÍMBOLOS

D	Nível de precisão
n	Número de unidade de amostra
N	Número de unidade de População
p	Proporção
s	Desvio padrão
x_m	Média da amostra
$Z_{\alpha/2}$	Norma estandardizada
α	Nível de significância
λ	Nível de confiança

“Portugal precisava mais que tudo de quem tivesse vontade firme para mandar, força para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei procurar o vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem hesitações.”

Mouzinho de Albuquerque

Patrono da Arma de Cavalaria

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que se apresenta surge no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), tendo sido proposto como tema **O Grupo de Intervenção Protecção e Socorro da Guarda Nacional Republicana**.

O trabalho visa a aquisição de competências e o desenvolvimento de capacidades nos domínios da Segurança e Defesa, onde se estabelece a missão geral da GNR, seguindo as metodologias de um Trabalho Científico.

Este capítulo inicia-se com o enquadramento e respectiva fundamentação do tema, posteriormente apresenta-se o problema de investigação, os objectivos, as questões de investigação e as hipóteses. Por fim enuncia-se a metodologia e o modelo metodológico de investigação.

1.2 ENQUADRAMENTO

Este trabalho destina-se a abordar a temática da Protecção e Socorro na Guarda Nacional Republicana (GNR). Esta valência constitui-se como uma das principais tarefas decorrentes da sua missão genérica, desde a sua criação em 1911.

Com a crescente vaga de incêndios que devastaram o País entre 2003 e 2005, o XVII Governo Constitucional sentiu-se na necessidade de constituir uma força capaz de dar uma resposta adequada aos desafios colocados e melhorar a capacidade de intervenção em caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade. Assim optou-se pelo alargamento das competências da GNR no âmbito da Protecção e Socorro.

Este estudo versa, sobretudo, na análise da reforma legislativa decorrente da Resolução de Conselho de Ministros Extraordinária, de 29 de Outubro de 2005, e as suas consequências directas para o Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC), nomeadamente através da criação do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) na GNR.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha deste tema teve por base o interesse do autor sobre a temática da Protecção e Socorro e da sua percepção relativa à falta de estudos produzidos sobre o tema, na medida em que o GIPS é uma nova realidade na GNR.

Outro dos factores que levou à escolha deste tema foi a palestra realizada na AM, em Julho de 2009, pelo Cor. Carlos Alves, no âmbito da Cadeira de Sociologia Policial, onde referiu o GIPS como um dos novos desafios à GNR e realçou a necessidade de consolidar, desenvolver e impor esta valência de Protecção Civil na GNR.

Assim, um estudo sobre o GIPS na GNR trata-se de um tema exequível, pertinente e bastante actual capaz de contribuir, ainda que de forma humilde, para o desenvolvimento desta problemática.

Impõe-se uma análise da missão, origem, organização, valências, capacidades, e implementação territorial desta subunidade da GNR, bem como indagar de que forma contribui para a eficácia do SNPC.

1.4 PERGUNTA DE PARTIDA

Com o objectivo de analisar o modelo adoptado pela Guarda Nacional Republicana para responder aos novos desafios que se propõe uma investigação, sobre as novas competências da GNR no âmbito da Protecção e Socorro, definindo-se a seguinte questão central: ***Qual o contributo do Grupo de Intervenção Protecção e Socorro no Sistema Nacional de Protecção Civil?***

1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Face à questão de partida definida surgiram algumas questões cuja resposta é fundamental para solucionar a problemática levantada:

- Qual a importância do GIPS na GNR?
- O GIPS encontra-se preparado para fazer face às situações de Protecção e Socorro estabelecidas na sua missão?
- O GIPS é uma mais-valia para o Sistema Nacional de Protecção e Socorro?
- Que factores contribuíram para o sucesso do GIPS?

1.6 OBJECTO E OBJECTIVOS DO TRABALHO DE ESTUDO

O objecto de estudo deste trabalho de investigação será o próprio Grupo de Intervenção de Protecção e de Socorro (GIPS) da GNR. Como objectivos gerais temos caracterização deste Grupo, a análise da sua missão e atribuições como Subunidade da GNR, na dependência da sua Unidade de Intervenção e Reserva, especialmente vocacionada para missões de Protecção e Socorro.

De forma a dar resposta às questões de investigação formuladas definiram-se como objectivos específicos:

- Caracterizar o Sistema Nacional de Protecção Civil.
- Analisar a pertinência da criação do GIPS na GNR.
- Verificar se a GNR estava preparada para criar o GIPS.
- Caracterizar o GIPS como Subunidade especializada da UI/GNR.
- Caracterizar a relação do GIPS/GNR com os restantes agentes de Protecção Civil.
- Determinar os factores que conduziram ao sucesso¹ e eficácia do GIPS.
- Analisar os projectos e perspectivas do GIPS num futuro a curto prazo.

1.7 HIPÓTESES

Face às questões de investigação levantadas e aos objectivos a alcançar formulam-se as seguintes hipóteses:

- H1** - A criação do GIPS melhorou o Sistema Nacional Protecção Civil.
- H2** - O GIPS é uma mais-valia para a GNR.
- H3** - O GIPS encontra-se preparado para responder com prontidão e eficácia às solicitações inerentes à missão que lhe foi atribuída.
- H4** - Existe um eficaz sistema de coordenação e cooperação entre os diferentes agentes de protecção civil.
- H5** - O GIPS poderá estender a sua capacidade de intervenção no combate aos incêndios florestais a todo o Território Nacional.
- H6** - A natureza militar e a função policial são mais-valias para uma força de protecção e socorro.
- H7** - A formação e o treino são adequados à missão estabelecida.

¹ “O sucesso é uma ideia que não é observável directamente mas que acredita-se, pode ser deduzida de outros fenómenos” (Moura & Ferreira, 1998).

1.8 METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Este TIA, no âmbito da investigação em Ciências Sociais, obedece à metodologia científica proposta por Sarmiento (2008), com as devidas adaptações às orientações para a redacção de trabalhos dadas pela Academia Militar (Academia Militar, 2008) e pelas normas específicas do Tirocínio para Oficiais da GNR (Escola da Guarda, s.d.).

A metodologia utilizada, na sua Parte Teórica, constitui-se por uma análise documental de publicações, artigos de opinião, outras dissertações de mestrado e trabalhos finais de curso de autores que abordaram a temática da Protecção e Socorro. Procedeu-se também a pesquisas em sítios oficiais na Internet que permitiram a obtenção de informação fidedigna, bem como à análise e interpretação de legislação, relatórios e circulares internas da GNR. Tendo em conta os objectivos deste trabalho e toda a informação recolhida foram formuladas hipóteses.

Na Parte Prática do trabalho, que constitui a II Parte do mesmo, procede-se à realização de entrevistas semi-directivas e inquéritos por questionários de modo a verificar as hipóteses formuladas e os conceitos teóricos apresentados na Parte Teórica.

A Figura 1.1 mostra, de uma forma simplificada, o modelo de investigação adoptado para a realização deste trabalho.



Figura 1.1: Modelo de Investigação adoptado.

1.9 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS DO TIA

Este TIA é composto pelo presente capítulo destinado à introdução e apresentação do trabalho e por mais duas partes, subdivididas em cinco capítulos. Procura-se dar resposta às questões e hipótese levantadas através do estudo da temática apresentada, tendo por base um método científico.

A Parte I é teórica e constitui-se por dois capítulos correspondentes à revisão da literatura que serve de suporte ao trabalho de campo realizado. O Capítulo 2 retrata a Guarda Nacional Republicana enquanto Força Militar de Segurança e Agente de Protecção e Socorro, o Capítulo 3 analisa e caracteriza o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da GNR.

A Parte II versa sobre a componente prática do trabalho, articulando-se em dois capítulos, onde se apresenta a descreve o trabalho de campo realizado (Capítulo 4), e analisa e discute os resultados alcançados (Capítulo 5).

Por fim, no Capítulo 6, elaboram-se algumas conclusões a que se conseguiu chegar fazendo ainda algumas recomendações para estudos futuros. A estrutura deste trabalho é ilustrada pela Figura 1.2.



Figura 1.2: Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.

I PARTE – TEÓRICA

CAPÍTULO 2

A GNR COMO FORÇA DE SEGURANÇA INTERNA E AGENTE PROTECÇÃO CIVIL

“Pela Lei e Pela Grei”.

Divisa da GNR.

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo constitui parte do suporte teórico que permite justificar e compreender os fundamentos deste trabalho. De forma sistematizada, pretende-se definir alguns conceitos que se julgam importantes e enquadrar a GNR no âmbito do Sistema de Segurança Interna (SSI) e no SNPC.

Garcia Leandro (2008: p.88), na qualidade de Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) considera que *“hoje, há que ter em vista que o objectivo a proteger é o Cidadão e a Sociedade e não apenas o Território; daí que tenham tanta importância ameaças como o Terrorismo Transnacional, (...) as Grandes Alterações Climáticas e as Pandemias globais.”*

Sustentando esta ideia, e no âmbito deste trabalho importa desde já definir que o conceito de Segurança Interna é, em si, um conceito mais alargado onde se inscreve o conceito, mais restrito, de Protecção Civil.²

2.1.1 SEGURANÇA INTERNA

A Segurança Interna pode ser definida, segundo a Lei 53/2008, de 29 de Agosto, como a actividade desenvolvida pelo Estado, através das Forças e Serviços de Segurança (FFSS), nos termos da Constituição, da Lei de Segurança Interna (LSI), da lei penal e processual penal, da lei-quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das respectivas FFSS como a forma de:

“garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (n.º1 do art. 1º da LSI).

² Vide Anexo D.

As medidas previstas na Lei de Segurança Interna destinam-se, essencialmente, a:

“proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública” (n.º3 do art. 1º da LSI).

Articulando-se para tal, segundo Branco (2010, p. 96) em sete domínios fundamentais: informações; prevenção criminal; manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade públicas; investigação criminal; protecção e socorro; protecção do ambiente; e saúde pública.

Estes três últimos domínios podem incluir-se no conceito alargado de Protecção Civil, que por sua vez, segundo Dr. Rui Pereira (2008, p.84) constitui *“uma dimensão essencial da segurança interna”*³.

2.1.2 PROTECÇÃO CIVIL

Protecção Civil pode ser definida como:

“a actividade desenvolvida (...) com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorra” (art.1º LBPC).

Esta actividade *“tem um carácter permanente, multidisciplinar e pluri-sectorial.”* (art.1º LBPC) e é desenvolvida em todo o Território Nacional, mas também pode ser exercida fora deste, em cooperação com Estados ou organizações internacionais com que Portugal coopere ou integre (art. 2º LBPC).

A Protecção Civil tem como objectivos fundamentais a prevenção de riscos colectivos e a ocorrência de acidentes graves ou de catástrofes atenuando e limitando os seus efeitos caso ocorram; socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos, proteger os valores culturais, ambientais e de elevado interesse público; bem como o apoio e auxílio na reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afectadas (art. 4º LBPC).

Para além dos princípios gerais consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei de Bases da Protecção Civil tem como princípios especiais os seguintes: da prioridade, da preservação, da precaução, da subsidiariedade, da cooperação, da coordenação, da unidade de comando e da informação (art. 5º LBPC).

³ Dr. Rui Pereira, Ministro do Estado e da Administração Interna, em 21 de Fevereiro de 2008.

Os novos conceitos de Segurança Interna e de Protecção Civil, decorrentes das reformas legislativas levadas a cabo pelo XVII Governo Constitucional, promovem a articulação, a coordenação e a cooperação entre os diversos intervenientes do SSI.

A GNR viu assim, as suas competências legais e atribuições alargadas, com esta reforma, podendo-se assim afirmar que:

“A GNR é a única Força com competências legais e operacionais para a Prevenção e Intervenção quer a nível da Segurança e Restabelecimento da Lei e da Ordem quer a nível da Protecção e Socorro, através das suas Unidades de forma genérica e de forma específica com o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da Unidade de Intervenção” (Paixão, 2009).

2.2 GNR: FORÇA DE SEGURANÇA

A GNR é uma Força de Segurança “*de natureza militar, constituída por militares organizados num Corpo Especial de Tropas*” (art. 1º LOGNR) com jurisdição em todo o Território Nacional e Mar Territorial (art.5º LOGNR), e com a missão genérica de “*assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei*” (art. 1º LOGNR).

Depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna, em tempo de Paz. Passa para a dependência do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional nos casos e termos previstos na Lei⁴, na medida em que o Comando da GNR, através do seu Comandante-Geral (art. 2º LOGNR) fica na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Pela sua natureza, organização e polivalência, a GNR encontra o seu enquadramento no conjunto das FFAA e das FFSS, sendo a única Força de Segurança com natureza e organização militar.



Figura 2.1: Enquadramento da GNR no Sistema Nacional de Forças.

Fonte: GNR (2010).

⁴art. 19º, 275º e 289º CRP, LDNFA, LOGNR, LRESEE

A GNR com a reestruturação decorrente da Lei n.º 63/2007, de 06 de Novembro, que aprovou a nova Orgânica passa a compreender na sua organização uma Estrutura de Comando, as Unidades e um Estabelecimento de Ensino.

Conforme a Figura G.1⁵, articula-se em três Órgãos Superiores de Comando e Direcção (compreendendo as áreas das operações, administração de recursos internos e de doutrina e formação), dezoito Comandos Territoriais, no Continente, de âmbito distrital e dois Comandos Territoriais de âmbito regional (Madeira e Açores); três Unidades especializadas (Unidade de Controlo Costeiros, Unidade de Acção Fiscal e Unidade Nacional de Trânsito), uma Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), uma Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e um Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda).

Da missão geral da GNR, que é extensa, multifacetada (art. 5º LOGNR), decorrem missões parcelares. No âmbito do Sistema Nacional de Segurança e Protecção e no cumprimento da política de defesa nacional estas missões aplicam-se genericamente a todo o militar da GNR que:

“ (...) deve manifestar dotes de carácter, espírito de obediência e de sacrifício e aptidão para bem servir, que lhe permitam e o capacitem para zelar activamente pelo respeito das leis e pela protecção da população e da propriedade, através do cumprimento das mais diversificadas missões policiais, de trânsito, fiscais, de segurança e ordem pública, honoríficas, de protecção e socorro e militares, que lhe impõem um desempenho contínuo e empenhado” (RGSGNR, 2010).

2.3 GNR: AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL

As missões de Protecção e Socorro atribuídas à GNR:

“são genericamente efectuadas por todas as unidades da Guarda e particularmente pelo Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da Unidade de Intervenção (GIPS/UI). Inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações que tal exijam, com especial incidência nas situações de crise” (RGSGNR, 2010),

conforme o previsto no n.º 10 do art. 6º do Regulamento de Serviço Geral da GNR (RGSGNR), que constitui o Anexo M, pode executar, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, as missões constantes no Capítulo XV do Manual de Operações da GNR. (GNR, 1997, p.XV-1), que se apresenta no Anexo L.

⁵ Vide Anexo G.

Para situações específicas, a GNR dispõe através do seu Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC), da Unidade de Intervenção (UI), cães de catástrofes e pisteiros, especializados na detecção e procura de pessoas desaparecidas.

Com a criação do GIPS, através do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 Fevereiro, a GNR aumentou, desenvolveu e qualificou as competências que lhe estavam atribuídas no âmbito da Protecção e Socorro.

Constituem atribuições da GNR, no âmbito do Apoio e Socorro, e nos termos do art. 3º da sua Lei Orgânica:

- *“garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos seus bens;*
- *proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;*
- *participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia (UE) e na representação do País em organismos e instituições internacionais;*
- *contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;*
- *executar acções de prevenção e de intervenção em primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.”* (art. 3º LOGNR).

Para o cumprimento destas missões e atribuições, a Guarda actua em conformidade com o disposto no Capítulo VII - Serviço de Protecção e Socorro⁶ do RGSGNR e mantém ligações com vários departamentos dos Estado e outras Instituições, sendo de destacar MAI e a sua Secretaria de Estado da Protecção Civil, a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a Comissão Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), e de um modo geral com todos os Governos Cívicos e Autarquias Locais.

2.4 A REFORMA DA PROTECÇÃO CIVIL

Os prejuízos económicos, materiais, ambientais e humanos causados pelos incêndios florestais de 2003 e 2005, bem como as dificuldades e carências sentidas, *“ permitiu avaliar a coordenação operacional do SNBPC, tendo sido detectada a necessidade de adoptar medidas que visem reforçar e melhorar”* (Comunicado do Conselho de Ministros n.º 58/2005, de 08 de Março) o SNPC.

⁶ Vide Anexo M.

Estes factos foram o motor de arranque para uma reforma estrutural de toda a organização da Protecção Civil em Portugal. Assim, em 29 de Outubro de 2005, na Tapada Maфра, reúne-se o Conselho de Ministros Extraordinário para aprovar:

“um conjunto de diplomas que visam dar resposta às ineficiências e carências detectadas no sistema nacional de protecção civil e na preservação, detecção, alerta e combate a incêndios, na prevenção e atenuação dos riscos colectivos inerentes a situações de acidente ou catástrofe, bem como no socorro e assistência a pessoas e na protecção de bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público” (RCME, 2005).

Com este conjunto de diplomas inicia-se uma reforma legislativa da política de protecção civil em Portugal de forma a estabelecer alguns objectivos: 1) criar uma nova atitude na Protecção Civil; 2) melhorar a vigilância, fiscalização e detecção dos recursos florestais; 3) aumentar a capacidade operacional, através de um corpo profissional de protecção civil; 4) e constituir uma unidade de planeamento, direcção e comando de todas operações de protecção e socorro, articulando os diferentes agentes de protecção civil (Comunicado do Conselho de Ministros de 29 de Outubro de 2005).

Para concretização destes objectivos e criar condições para uma melhor coordenação, aumento de competências e prontidão na resposta, foram publicados diversos diplomas dos quais se destacam os seguintes:

- **Consolidação do SEPNA e a Criação do GIPS:** Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro.
- **Lei de Bases da Protecção Civil:** Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho.
- **Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro:** Decreto-Lei n.º 134/2006, de 27 de Julho.
- **Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:** Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.
- **Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil:** Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março.

Dos diplomas destacados efectua-se uma análise dos três primeiros, por se considerar de maior relevância para a actividade da GNR como agente de protecção civil, e em particular para o GIPS, enquanto corpo profissional de protecção civil da GNR.

2.4.1 CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE E A CRIAÇÃO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO PROTECÇÃO E SOCORRO

Através da publicação do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro colmatou-se a necessidade sentida de reforçar a capacidade de vigilância e fiscalização do Território Nacional através: 1) da consolidação do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), criado em 2001 na orgânica da GNR, e 2) da criação o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro.

A consolidação do SEPNA, neste diploma, surge como forma de reconhecimento e valorização do trabalho realizado pela GNR em prol da protecção da natureza e do ambiente.

Ainda no âmbito do SEPNA, este diploma promove a integração, no quadro de pessoal civil da GNR, os Guardas Florestais oriundos da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, aumentando assim a capacidade de vigilância e fiscalização e adquirindo elementos com uma enorme experiência no âmbito da protecção da riqueza cinegética, piscícola e florestal.

Os motivos da criação, na GNR, de um corpo profissional *“altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projecção para todo o território nacional, de intervenção em operações de protecção civil”* fundamentam-se em razões de *“racionalidade e eficiência económica”*, bem como pelo facto de a GNR ser *“uma força de segurança”* e simultaneamente uma *“estrutura do Estado”*.

Este diploma reflecte bem a confiança depositada pelo Governo na GNR considerando-a como a Força *“mais-apta”* para *“formar e levantar, suportar administrativa e logisticamente e projectar com elevada prontidão para os locais de ocorrências o GIPS”*.

De acordo com Seguro (2008, p.179), desde a publicação deste diploma a GNR *“assume em pleno esta nova faceta da sua missão e, desde então, tem sido considerada e reconhecida como mais-valia decisiva na defesa da floresta contra incêndios, pelo rigor, pela disciplina, e pelo profissionalismo que caracteriza a sua actuação”*.

Assim, a GNR e o País passam a dispor de uma unidade *“especialmente vocacionada para a prevenção e a intervenção em primeira linha em incêndios florestais e de matérias perigosas, inundações, sismos, e outras catástrofes ou acidentes graves”*, actuando operacionalmente no quadro do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).

Binggeli (2008, p.87) numa reflexão sobre o actual estado do SNPC e retratando a actividade de cada Agente, considera que:

“(...) poderia haver cepticismo na sua criação. O compromisso nos incêndios florestais de um organismo sem competência histórica na matéria, apresentava com efeito um risco de dispersão suplementar das forças de combate. Após estar 2 anos, lado a lado, com estas unidades, é uma visão positiva que se liberta: coesão de grupo, disciplina, forte implicação, motivações individuais, condição física notável.

Tal como em Itália, apresenta dupla competência de polícia e força de patrulha, no contacto com a população e como força de combate em primeira intervenção. Pode também chegar pelos ares em missão helitransportada, e por isso deve provavelmente ter um efeito evidente na redução do número de incêndios, quer por efeitos pedagógicos quer por dissuasão”.

A análise dos artigos que constituem este diploma, especificamente referentes ao GIPS, será efectuada no Capítulo 3.

2.4.2 A LEI DE BASES DA PROTECÇÃO CIVIL

A Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC) foi aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 03 de Junho tendo como principal objectivo a reformulação do Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC) e o estabelecimento das linhas orientadoras de toda a organização de protecção civil⁷, em Portugal. Veio de certa forma atribuir à ANPC um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil.

Introduz mudanças nos sistemas de aviso e alerta; define os conceitos de “Acidente Grave” e “Catástrofe” (art. 3º), bem como de “Alerta”, “Contingência” e “Calamidade” (art. 9º e seguintes). Clarifica as estruturas de direcção política, as estruturas operacionais. Define a estrutura da protecção civil organizando-se a nível nacional, regional e municipal (art. 45º), bem como quem são os “agentes de protecção civil” (art. 46º).

Quanto aos órgãos de direcção política cumpre à Assembleia da República (AR) exercer as suas competências (art. 31º) para enquadrar e fiscalizar a execução da política de protecção civil, a nível nacional, levada a cabo pelo Governo (art. 32º) sob a direcção do Primeiro-Ministro, ou por delegação deste, no MAI (art. 33º).

Aos Governadores Civis, como responsáveis distritais (art. 34º) e aos Presidentes das Câmaras, como responsáveis municipais (art. 35º), da política de protecção civil compete-lhes, nos termos da referida Lei “*desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso*”.

⁷ Vide Anexo F.

Relativamente à coordenação em matéria de protecção civil esta cabe, a nível nacional, à Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) a quem compete entre muitas outras atribuições, previstas no n.º 2 e n.º 3 do art. 36º, as seguintes:

“adoptar mecanismos de colaboração institucional (...) bem como de coordenação técnica (...); definir as prioridades e os objectivos a estabelecer com vista ao escalonamento de esforços (...) relativamente à preparação e participação em tarefas comuns (...); apreciar e aprovar as formas de cooperação externa (...); possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensáveis e dos meios disponíveis que permitam a conduta coordenada das acções a executar; (...) determinar a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em acções em prol da protecção civil”.

A CNPC tem ainda a responsabilidade de assistir o Primeiro-Ministro (PM) e o Governo no exercício das suas competências, no âmbito da protecção civil, nomeadamente nos casos de declaração de calamidade (alínea c) do n.º 2 do art. 32º. A CNPC é composta conforme o previsto no art. 37º, sendo a GNR actualmente representada pelo seu 2º Comandante-Geral, Tenente-General Mourato Cabrita.

Em cada distrito existe uma Comissão Distrital de Protecção Civil (CDPC) (art. 38º e 39º), e em cada município existe uma Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) (art. 40º e 41º), ambas com competências definidas pelo n.º 2 do art. 38º, e adequadas à realidade e dimensão respectiva.

Ao nível operacional a LBPC institui o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS) que se analisa na secção seguinte.

2.4.3 SISTEMA INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO E SOCORRO

O Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro surge no art.48º da LBPC pela necessidade de criar um instrumento global e centralizado de coordenação e comando das operações de socorro. Assim instituiu-se o SIOPS como o *“conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierarquia e funcional”* (LBPC).

O diploma que regula o SIOPS constitui o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, e estabelece uma coordenação institucional unitária e um comando operacional único, e um sistema de gestão de operações para fazer face a *“situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves e catástrofes”* (n.º 1 do art. 1º), a nível nacional, distrital e municipal, mas respeitando integralmente a hierarquia de cada um dos seus agentes.

De forma a responder às solicitações o SIOPS assenta no princípio do Comando Único articulado em duas dimensões do Sistema: Coordenação Institucional e Comando Operacional.

A primeira dimensão é assegurada nos três níveis (nacional, distrital e municipal) através dos Centros de Coordenação Operacional (CCO), com as atribuições definidas no n.º 3 do art. 2º SIOPS, e onde são integrados os representantes das entidades que intervêm nas ocorrências em concreto, de forma a garantir uma resposta adequada (art. 2º).

A segunda dimensão atribui à ANPC a competência para estabelecer o comando operacional das operações de socorro, através do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), e estabelece um sistema de gestão de operações. O CNOS é o instrumento que apoia técnica e operacionalmente o Governo. É constituído pelo Comandante Operacional Nacional (CONAC), 2º CONAC e por dois adjuntos de operações, compreendendo as células de planeamento, operações e informações (art. 8º), e a célula de logística e meios especiais (art. 9º). O CNOS tem responsabilidade de garantir o funcionamento, a operabilidade e a articulação de todos os agentes de protecção civil; assegurar a mobilização e prontidão oportuna dos meios e recursos necessários; coordenar operacionalmente os Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) ou assegurar o comando e controlo da situação que, pela sua natureza, gravidade, extensão ou meios envolvidos, requeiram a sua intervenção (art. 7º).

Em cada distrito do Continente existe um CDOS, que funciona como centro de operações e comunicações de operações de âmbito distrital (art. 11º). Ou seja, o CDOS tem funções idênticas ao CNOS mas de âmbito distrital. Cada CDOS é dirigido por um Comandante Operacional Distrital (CODIS), coadjuvado por um 2º CODIS e podendo dispor de um adjunto de operações.

O Sistema de Gestão de Operações (art. 12º) constitui uma forma de organização operacional que prevê a actuação de forma modular, respeitando o princípio da subsidiariedade. Este Sistema configura-se nos níveis estratégico, tático e de manobra (art. 13º n.º 1) e prevê que *“o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação”* (art. 12º n.º 2), desde que tenha competências legais e técnicas para o efeito (art. 12º n.º 4).

O SIOPS prevê ainda um sistema de respostas operacional constituído por equipas de intervenção permanente destinadas a intervir prioritariamente em missões de socorro (art. 26º), e um dispositivo especial de incêndios florestais (DECIF). Este último tem um carácter sazonal e tem como objectivo aumentar a rapidez e a qualidade da interposição das forças de intervenção dos diferentes intervenientes (art. 28º).

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo fez-se a análise da posição que a GNR ocupa no Sistema Nacional de Forças e no Sistema Nacional de Protecção Civil. A GNR tem vindo a adaptar-se às constantes evoluções da Sociedade e como tal analisa-se a sua dicotomia entre as tarefas que, desde a sua génese, desempenha tanto como Força de Segurança como Agente de Protecção Civil, tendo sido difícil, até à criação do GIPS, efectuar a destrição entre as duas.

CAPÍTULO 3

O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

“Se fosse fácil não era para nós”.

Divisa do GIPS.

3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo inicia-se com o enquadramento do GIPS na UI da GNR, posteriormente apresenta-se a sua missão, organização, evolução e implementação territorial, a formação ministrada para o desempenho da missão, e as suas capacidade e valências. Por fim enunciam-se os meios humanos e materiais de que dispõe e que está a desenvolver este Grupo.

3.2 O GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO

O GIPS à data da sua criação ficou na dependência do Comando-Geral da GNR, com a missão específica de executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, nos incêndios florestais, em todo o Território Nacional.

“ A Guarda entrou com um papel muito mais interventivo e visível no processo, foi criado o GIPS, numa medida controversa que iria causar algum mal-estar ao início, porque foram introduzidos sem grande preparação do terreno, mas que se mostraram eficazes a muitos títulos, sendo hoje em dia aplaudidas pela generalidade dos agentes” (Viegas, 2008, p. 82).

Actualmente é uma subunidade da UI⁸, conforme a Figura H1⁹ criada com o objectivo de colmatar algumas das lacunas verificadas no SNPC e dar resposta à necessidade de existência de um corpo profissional de protecção civil, numa estrutura do Estado.

A primeira referência a este Grupo surge no Comunicado da Resolução do Conselho de Ministros Extraordinário, de 29 de Outubro de 2005, e a sua existência foi oficializada pelo Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 Fevereiro.

O efectivo humano neste momento é de 708 militares.

⁸ “Unidade da GNR especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inactivação de explosivos, protecção e socorro e aprontamento e projecção de forças para missões internacionais” (GIPS, 2010).

⁹ Vide Anexo H.

3.2.1 MISSÃO

O Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro, atribui à GNR, através do GIPS, novas competências no âmbito da Protecção e Socorro que se fundamentam na missão geral deste grupo através da execução de *“acções de prevenção e de intervenção de primeira linha em todo o território nacional, em situações de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes ou acidentes graves”* (n.º 2 do art. 4º).

3.2.2 ORGANIZAÇÃO

O GIPS é formado, conforme o Despacho n.º 57/09-OG, de 15 de Março, por um Comando e uma unidade de reserva operacional nacional, com sede no Quartel do Grafanil, e por sete Companhias de Intervenção, dispersas por 11 dos 18 distritos do Continente (ANPC, 2010, p.15), conforme se apresenta no Anexo I.

O Comando articula-se numa secção de comando (constituída por uma secretaria, uma secção de operações e informações, uma secção logística, uma secção de transmissões e um Centro de Comando e Comunicações Operacional); uma unidade de reserva operacional (constituída pelos coordenadores das diversas especialidades e valências do GIPS); um pelotão de reserva em Lisboa, uma base de reserva em Alcaria (e simultaneamente Posto de Comando alternativo do GIPS) e outra no Norte (Peneda do Gerês) e pela base de busca e resgate em montanha da Serra da Estrela. Esta reserva operacional executa missões de protecção e socorro especializadas, nomeadamente, em inundações, busca e resgate em estruturas colapsadas, em matérias perigosas, busca e resgate em montanha e em operações subaquáticas.

Cada uma das sete Companhias de Intervenção articula-se em vários Centros de Meios Aéreos (CMA) que mantêm um elevado grau de prontidão, mobilidade e flexibilidade, para executar missões de primeira intervenção, terrestres ou helitranspostadas, nos distritos da sua responsabilidade.

3.2.3 EVOLUÇÃO E IMPLANTAÇÃO TERRITORIAL

O GIPS foi apresentado publicamente a 03 de Maio de 2006, na Cerimónia de Comemoração dos 95 anos da Guarda Nacional Republicana. Neste mesmo ano teve à sua responsabilidade cinco distritos (Coimbra, Leiria, Faro, Vila Real, e Viseu), para executar o ataque inicial helitransportado e terrestre, dispondo de um efectivo de 359 militares. Obteve

uma taxa de sucesso de 94%. A primeira internacionalização efectua-se com a participação de um Pelotão no combate aos incêndios na Galiza.

No ano de 2007 são atribuídos ao GIPS mais quatro distritos (Braga, Porto, Viana do Castelo e Aveiro), ficando com um total de 9 distritos e o seu efectivo é aumentado para 597 militares. Alcançou neste ano uma taxa de sucesso de 97,5%.

Para a Campanha de 2008 o GIPS recebeu mais dois distritos (Lisboa e Bragança), totalizando 11 distritos à sua responsabilidade, e com um efectivo de 647 militares, o GIPS obteve uma taxa de sucesso de 98,3%.

Em 2009 o GIPS manteve a mesma área de actuação e praticamente o mesmo efectivo (638 militares) alcançando uma taxa de sucesso de 96,80%

Para a Campanha de 2010 o GIPS conta com um efectivo de 708 militares, dos quais 555 estão dispersos pelas sete Companhias.

A 1ª Companhia actua nos distritos de Coimbra e Leiria, com um efectivo de 100 militares distribuídos pelos CMA de Pampilhosa, Lousã, Pombal e Figueiró dos Vinhos.

As três CMA de Loulé, Monchique e Cachopo, totalizam um efectivo de 68 militares e constituem a 2ª Companhia, que serve todo o distrito de Faro. O CMA de Loulé tem em permanência helicópteros disponíveis, constituindo-se uma Base Permanente Helitransportada (BPH).

No distrito de Viseu encontra-se a 3ª Companhia com um efectivo de 72 militares e três CMA em Viseu, Armamar e Santa Comba Dão. Este último é também uma BPH.

Os CMA de Braga, Fafe e Arcos de Valdevez cobrem os distritos de Braga e Viana do Castelo, estruturando a 4ª Companhia, composta por 70 militares.

Os 71 militares que prestam serviço nos CMA de Vidago, Ribeira de Pena e Vila Real constituem a 5ª Companhia, que tem responsabilidade da primeira intervenção no distrito de Vila Real.

A 6ª Companhia encontra-se nos distritos de Aveiro e Porto, tem um efectivo de 69 militares dispersos pelos CMA de Águeda, Vale de Cambra e Baltar.

O distrito de Bragança tem à sua disposição a 7ª Companhia com os CMA de Bornes e Nogueira, e com um efectivo de 46 militares.

A Figura E.1¹⁰ apresenta a dispersão territorial do GIPS pelo Continente.

¹⁰ Vide Apêndice E.

3.2.4 FORMAÇÃO

O GIPS pela sua missão abarca um conjunto variado de especialidades, que são discriminadas pelo cenário de actuação.

A formação para o combate aos incêndios florestais, dos militares do GIPS teve o seu início na Lousã, com militares oriundos, essencialmente, do antigo Regimento de Infantaria da GNR. Foram formados comandantes de operações e chefes de grupo de combate, adquirindo competências para formar novos membros (Silva, 2008, p.55).

Os candidatos ao GIPS tem uma formação específica geral de Protecção e Socorro transversal a todos e só após a conclusão, com sucesso, é que os militares candidatos passam a integrar o GIPS.

Esta formação geral é composta por um detalhe de instrução, certificado pelo Comando de Doutrina e Formação (CDF) que, entre outras matérias, prevê técnicas de montanhismo, técnicas de sapador florestal, legislação ambiental, topografia e orientação, adaptação a meios aéreos, e noções básicas de emergência médica (Pino, 2008, p.98). Podem vir a integrar uma das especialidades do GIPS os militares futuramente dotados com formação especial para cada uma das valências e que os habilita a intervir nos diferentes cenários de emergência.

3.2.5 CAPACIDADES E VALÊNCIAS

O GIPS é uma força de protecção civil, que inicialmente foi exclusivamente direccionada para prevenção e intervenção de primeira linha no combate aos incêndios florestais. Contudo, o GIPS desenvolveu outras capacidades para actuar nas missões de protecção e socorro especializadas que lhe estão atribuídas, nomeadamente, em inundações, busca e resgate em estruturas colapsadas, matérias perigosas, de busca e resgate em montanha e em operações subaquáticas, e onde mantêm um elevado grau de prontidão, mobilidade e flexibilidade.

Seguidamente, apresentam-se as múltiplas valências e especialidades deste Grupo.

3.2.5.1 Primeira Intervenção de Protecção e Socorro

A Primeira Intervenção de Protecção e Socorro do GIPS/UI/GNR qualifica e certifica todos os militares desta subunidade como elementos profissionais de protecção civil com capacidade para efetuarem operações de intervenção de primeira linha em situações de emergência de Protecção e Socorro e Catástrofes ou Acidentes Graves (GIPS, 2010).

No combate aos incêndios florestais, em particular, o GIPS assegura 24 horas/dia, a monitorização da situação e reforça através das suas companhias de intervenção de protecção e socorro (CIPS) a primeira intervenção, garantindo a prontidão para actuar em todo o Território Nacional, mas, com especial ênfase nos distritos sob a sua directa responsabilidade. As CIPS actuam operacionalmente sob o comando do GIPS e em coordenação com o CDOS.

3.2.5.2 Busca e Resgate em Montanha

Face à especificidade de alguns locais onde é característica a conjugação da montanha e de um coberto vegetal extenso ou neve, foi criada a especialidade de Busca e Resgate de Montanha, para actuar especialmente na Serra da Estrela e no Parque Natural da Peneda do Gerês.

Constituída por uma força com militares experientes neste tipo de ambiente, com uma formação muito intensiva e especializada, certificada pela UI, permite ao Comando do GIPS garantir um socorro rápido e seguro onde quer que tenha que intervir. Os seus efectivos integram o subagrupamento de montanha e encontram-se colocados na Base Táctica da Serra da Estrela e nos Pelotões de Baltar e Braga, sendo concentrados sempre que a situação o justifique (GIPS, 2010).

Está equipada com uma viatura de coordenação, cinco viaturas pick-up para intervenção em situações de busca e resgate em montanha, três viaturas para a actividade policial, duas moto 4, duas motas todo-o-terreno e uma mota de neve, para além dos equipamentos individuais e colectivos de intervenção nesta especialidade.

3.2.5.3 Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas

Esta especialidade é constituída por uma secção (de comando de Oficial) que recebeu toda a sua formação certificada na área de recuperação e resgate em caso de estruturas colapsadas, no Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa, ficando aptos a intervir em caso de catástrofes ou outros flagelos que impliquem a intervenção de unidades especializadas nesta área. Recuperação em edifícios destruídos, túneis que cederam, entre outras missões, permitem a esta unidade o salvamento de vidas e a manutenção do fornecimento de bens essenciais. Estes militares estão distribuídos por todo o dispositivo, sendo concentrados sempre que necessário (GIPS, 2010).

Está dotada com uma viatura de intervenção ligeira com capacidade para escoramentos, desabamentos e aluviamentos de terras, uma Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e uma

Unidade de Intervenção Táctica (UIT), além do equipamento individual e colectivo específico.

3.2.5.4 Matérias Perigosas ou Nucleares Radiológicas Biológicas e Químicas

São militares habilitados para o manuseamento com Matérias Perigosas, pelo Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa e pela Escola Prática de Engenharia do Exército, em Tancos. Actuam em caso de catástrofe ou para prevenção de uma possível ocorrência com este tipo de substâncias onde devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosibilidade ou radioactividade, podem causar danos graves e irreversíveis visto que por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão podem por em risco vidas humanas. Estes militares estão ainda habilitados a trabalhar em ambientes Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos. É constituída por uma secção (de comando de Oficial), possui uma viatura de coordenação, duas viaturas blindadas de reconhecimento e intervenção, uma viatura UIR, uma viatura UIT e duas viaturas do tipo pick-up para contenção ou descontaminação. Os efectivos possuem equipamentos individuais e colectivos de protecção, detecção e descontaminação primária.

3.2.5.5 Unidade de Inundações

Esta especialidade é guarnecida pelos efectivos da Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS) e está localizada no Comando do GIPS, no Grafanil. É constituída por duas viaturas pick-up com capacidade de sucção de 3000 litros por minuto e um *airboat*.

3.2.5.6 Unidade Especial de Operações Subaquáticas

A UEOS é uma especialidade do GIPS com sede no Comando, constituída por uma secção (de comando de Oficial) com mergulhadores militares. Tem por missão a protecção e segurança subaquática; efectuar buscas e resgates em meio aquático; efectuar a reflutuação de objectos e proceder à inspecção judiciária subaquática nos rios, barragens ou mar, mantendo a preservação dos meios de prova e proceder à sua recolha (GIPS, 2010).

Os seus efectivos estão certificados pela Escola de Mergulhadores da Armada e pelo Grupo Especial de Actividades Subaquáticas da Guardia Civil – Espanha.

Possui uma viatura de coordenação, três viaturas pick-up de intervenção rápida, uma viatura *umbilical*, uma viatura de apoio logístico, e três embarcações, para além dos equipamentos individuais e colectivos de intervenção em meios aquáticos.

3.2.5.8 Kit de Projecção de Forças para Situações de Acidentes Graves

Paralelamente a todas as especialidades, o GIPS encontra-se em processo de aquisição, no âmbito da candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de uma nova estrutura capaz de intervir em qualquer ponto do Território Continental e nas Regiões Autónomas, ou no âmbito da política externa portuguesa, em resposta a pedidos de ajuda internacional. Conta já com duas viaturas de intervenção Rápida (UIR) e duas viaturas de Intervenção Táctica (UIT).

Este *Kit* surge após as dificuldades sentidas de uma resposta rápida e eficaz, às catástrofes do Haiti e da Madeira.

3.3.6 MEIOS HUMANOS

O GIPS conta para o desempenho das funções em 11 dos 18 distritos de Portugal Continental, com um efectivo de 20 oficiais, 67 sargentos e 621 guardas, totalizando 708 militares, dos quais 677 são do sexo masculino e 31 do sexo feminino.

Os seus militares distribuem-se por Armas e Serviços sendo o GIPS constituído por 640 militares de Infantaria, 56 de Cavalaria, 11 de Transmissões e 1 de Administração.

Através da análise comparativa do quadro orgânico, estabelecido para o ano de 2010, e do quadro real de existências verifica-se uma lacuna de 18 militares, dos quais 8 oficiais e 7 sargentos, conforme se apresenta no Apêndice A.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo estudou-se a génese do GIPS, a sua evolução e implementação territorial, bem como a caracterização da sua missão e das diferentes especialidades que o constituem. Pela reconhecida confiança no trabalho desenvolvido foram atribuídas novas áreas de responsabilidade ao GIPS e desenvolvidas novas valências em matéria de protecção e socorro.

II PARTE – PRÁTICA

CAPÍTULO 4 TRABALHO DE CAMPO

4.1 INTRODUÇÃO

Na I Parte elabora-se a sustentação teórica que visa esclarecer alguns conceitos e fornecer o conhecimento adequado para enquadrar a investigação de campo.

Analisa-se a reforma do SNPC, levada a cabo pelo XVII Governo, e enquadra-se a GNR enquanto agente de protecção civil. No final, descreve-se a forma de organização e articulação do GIPS.

Neste capítulo abordam-se os métodos e as técnicas utilizadas na averiguação de dados que pretendem dar resposta às perguntas de investigação, de forma a dar cumprimento aos objectivos definidos na I Parte. Apresenta-se a metodologia do trabalho de investigação, posteriormente faz-se uma alusão aos procedimentos e às técnicas utilizados para obtenção da informação, assim como os meios utilizados nas várias etapas desta investigação.

4.2 METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

Para recolha de informação de forma a dar resposta à questão de partida e às questões de investigação derivadas utilizam-se essencialmente três métodos de recolha de dados: observação directa¹¹, análise documental¹² e o método inquisitivo¹³.

A observação directa fez-se através de visitas ao GIPS, à observação de briefings e plastrões relativos ao Grupo e às suas capacidades, bem como, a conversas informais com Oficiais, Sargentos e Guardas que prestam ou já prestaram serviço no GIPS. Teve-se ainda a oportunidade de acompanhar os elementos do GIPS no planeamento e durante o decorrer de toda a Operação Fénix 2010¹⁴.

¹¹ Consiste, segundo Barañano (2004), na focalização atenta dos sentidos num objecto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

¹² Segundo Barañano (2004), fundamenta-se na decomposição de um todo nas suas partes, para serem estruturadas mais facilmente.

¹³ Baseia-se, segundo Sarmiento (2008), no interrogatório escrito e oral.

¹⁴ Visita de Sua Santidade Bento XVI a Portugal, de 11 a 14 de Maio de 2010.

A análise documental funcionou como o ponto de partida da investigação. Embora o GIPS seja uma realidade bastante recente na GNR, efectuou-se uma exaustiva pesquisa de informação tanto ao nível interno como externo, através das diversas bibliotecas de Estabelecimentos de Ensino Superior, da Escola da Guarda (EG) e do MAI.

O método inquisitivo realizado através de entrevistas semidirectivas e de inquéritos por questionário, a duas amostras previamente seleccionadas, foram seleccionados por serem os instrumentos, segundo os apresentados por Quivy e Campenhoudt (2005, p.164), que melhor conseguem dar resposta aos objectivos deste trabalho.

4.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICAS

O processo de investigação começou no oitavo Semestre do ano lectivo de 2008/2009, altura em que se procedeu à pesquisa bibliográfica necessária para a elaboração do projecto de investigação deste TIA. Para a definição da temática a abordar efectuaram-se diversas visitas a bibliotecas de Instituições e Estabelecimentos de Ensino Superior e procurou-se, através de conversas informais, com militares da GNR e pessoas credíveis na área da Protecção Civil, um esclarecimento sobre o SNPC, sobre as novas atribuições da GNR no âmbito da Protecção e Socorro, bem como, das reformas que surgiram no SNPC, desde a vaga de incêndios de 2003 e 2005.

Toda a investigação seguiu a ordem pela qual aqui se apresentam os métodos de investigação. A observação directa e a análise de dados estatísticos suscitaram o aparecimento de hipóteses e questões, as quais se tentaram esclarecer com as entrevistas e os questionários. As entrevistas foram realizadas antes dos questionários e permitiram a reformulação dos mesmos.

4.4 OBSERVAÇÃO DIRECTA

A observação directa do GIPS teve por base as diversas diligências efectuadas no sentido da realização deste Trabalho. Para além das várias visitas realizadas ao Comando do GIPS no Grafanil, onde se pode analisar o funcionamento de toda a estrutura de Comando e das especialidades e valências do GIPS, realizou-se também uma visita ao CMA de Pombal, pertencente à 1ª CIPS, a quando da diligência no sentido de entrevistar o CODIS de Coimbra, escolhido por ser um distrito onde o GIPS actua na prevenção e primeira intervenção no combate aos incêndios florestais desde 2006. A par destas foi ainda possível efectuar uma visita ao Comando da ANPC e acompanhar alguns dos *plastrons* montados

pelo GIPS, entre outras subunidades da GNR, na Escola da Guarda, no sentido de mostrar as suas capacidades e competências.

4.5 ENTREVISTAS

Para Barañano (2004, p.94) a entrevista consiste “na colocação uma série de questões ou temas a que o entrevistado deverá responder ou desenvolver, mais ou menos extensivamente, segundo o tipo de entrevista”. Dos vários métodos de entrevista escolheu-se a semidirectiva por ser aquela que permite a verificação e o aprofundamento das hipóteses, segundo Ghiglione e Matalon (2001, p.86).

Esta entrevista seguiu um guião¹⁵ onde os entrevistados responderam livremente às questões formuladas tendo abordado alguns assuntos relacionados com o tema, permitindo a descoberta de informação que auxiliou na resposta às questões levantadas na I Parte.

As entrevistas foram presenciais e realizadas, entre os dias 01 e 20 de Julho de 2010, aos níveis Estratégico e Tático do SNPC, da GNR.

Apresentadas no Apêndice B, as entrevistas foram transcritas e analisadas em grelhas de análise qualitativa de conteúdo, através de sinopses¹⁶ que permitiram uma posterior análise quantitativa. A análise das entrevistas e a discussão dos resultados das mesmas é efectuada no seguinte.

Os entrevistados apresentam as seguintes características sócio-demográficas:

Quadro 4.1: Características sócio-demográficas dos Entrevistados.

Entrevistado	Género	Idade	Posto ou Grau Académico	Função objecto de estudo	Função actual
E1	M	51	Coronel	Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Oficial de Ligação da GNR na ANPC
E2	M	52	Comandante	Comandante Operacional Nacional da ANPC	Comandante Operacional Nacional da ANPC
E3	M	48	Tenente-Coronel	Comandante do GIPS	Comandante do GIPS
E4	M	58	Mestre	Secretário de Estado da Protecção Civil	Secretário de Estado da Protecção Civil
E5	M	59	Tenente-General	Chefe do Estado-Maior e 2º Comandante-Geral da GNR	2º Comandante-Geral da GNR
E6	M	50	Tenente-Coronel	Comandante Operacional Distrital da ANPC-Coimbra	Comandante Operacional Distrital da ANPC-Coimbra
E7	M	49	Licenciado	Ministro de Estado e da Administração Interna	Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

¹⁵ Vide Apêndice B.

¹⁶ De acordo com Guerra (2006) são constituídas por sínteses das respostas e contêm a mensagem essencial da entrevista. Possuem um elevado grau de fiabilidade por conterem as expressões utilizadas pelo entrevistado.

4.6 IMPLEMENTAÇÃO DOS INQUÉRITOS

O inquérito por questionário distingue-se da entrevista, segundo Carmo e Ferreira (1998), por não existir contacto entre o investigador e o inquirido.

Este questionário¹⁷ foi aplicado por administração directa¹⁸, sendo constituído por 3 páginas e 11 questões fechadas¹⁹, através da utilização de uma escala de Lickert²⁰. O modelo adoptado tem a vantagem de facilitar a codificação e a análise dos resultados, porque todos os inquiridos utilizam a mesma nomenclatura e o mesmo grau de pormenor (Barañano, 2004, p.98).

4.6.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Os inquéritos tem como objectivo caracterizar os elementos que integram o GIPS e determinar os factores que conduziram ao sucesso desta Força enquanto corpo de protecção civil. Após as Entrevistas realizadas junto das chefias, aos níveis estratégicos e tático, do SNPC e da GNR concebeu-se este questionário para analisar a opinião ao nível operacional.

Assim, decidiu-se aplicar os questionários a uma população alvo constituída pelos Oficiais e Sargentos do GIPS, com funções de Comando. Pretende-se caracterizar a opinião dos Comandantes, nos vários níveis hierárquicos, quanto aos factores que contribuíram para o sucesso do Grupo. Interessa analisar os militares com funções de Comando pelo que não se considerou a classe de Guardas.

A amostra é do tipo aleatório casual simples e a população alvo de 63 militares, cumprindo os requisitos acima descritos. Foi calculada, através da fórmula²¹ apresentada por Sarmiento (2008). Pelo cálculo devem-se inquirir 54 elementos, sendo a amostra válida para a população alvo e com um nível de confiança de 95% e nível de erro 8%.

¹⁷ Vide Apêndice C.

¹⁸ Designa-se por administração directa, segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p.188), quando é o próprio inquirido que o preenche o questionário.

¹⁹ No caso das questões fechadas o investigador apresenta uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis, de entre as quais o inquirido deve indicar a resposta que melhor representar a sua intenção ou ideia. (Barañano, 2004, p.98).

²⁰ Escala de Lickert *“baseia-se na premissa de que a atitude geral se remete às crenças sobre o objecto da atitude, à força que mantém essas crenças e aos valores ligados ao objecto. Permite obter informações sobre o nível dos sentimentos dos inquiridos, dá-lhes mais liberdade para responderem, já que não precisam de se restringir ao simples concordo/ discordo. Tem como vantagem o facto de permitir a transformação numérica do grau de concordância o que permite trabalhar com valores médios, mínimos, máximos, e desvios padrão”*.

²¹ Vide Apêndice C.1.

4.7 MEIOS UTILIZADOS

As entrevistas foram gravadas com o recurso a um iPod Nano, modelo A1320 (8GB Blue).

O inquérito foi realizado e aplicado através da plataforma *surveymonkey*, na versão profissional, com a certificação *trust*²² e *acredited business*²³. Esta plataforma dispõe de um *Secure Sockets Layer*²⁴ (SSL) que apenas admite uma resposta por e-mail. Efectua o reconhecimento de IP's, e faz uma automática protecção dos questionários através do sistema *verisin*²⁵.

Para a análise de dados foi utilizado um software estatístico, o SPSS® versão 17.0 para Windows, sendo os gráficos e algumas tabelas elaborados através do Programa *Microsoft Office Excel*® 2007.

4.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo foi definida a metodologia usada na investigação de campo. Para além da observação directa e da análise documental, que serviram como ponto de partida da investigação, utilizaram-se as entrevistas semidirectivas e os inquéritos por questionário como instrumentos de recolha de informação, a duas amostras distintas e com objectivos diferentes.

No Capítulo 5 serão apresentados e analisados os resultados obtidos através das técnicas e metodologias definidas no presente capítulo.

²² A certificação *trust* atribui à *surveymonkey* um certificado de licenciamento do programa com privacidade.

²³ A *acredited business* atribui à *surveymonkey* uma certificação o pelo cumprimento da norma *US Federal Section 508 certification guidelines*.

²⁴ *Secure Sockets Layer (SSL)* garante a segurança e efectua a leitura e arquivo dos IP's.

²⁵ O sistema *verisin* atesta a validade da plataforma e a sua capacidade de armazenamento de dados com segurança através de endereços critografados com SSL antes da transmissão.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior está patente a metodologia de investigação utilizada neste trabalho. Neste capítulo apresentam-se os resultados das entrevistas e dos questionários, salientando os aspectos verificados mais relevantes.

Opta-se por efectuar a análise e discussão, das entrevistas e dos inquéritos, separadamente por terem sido realizados a duas amostras distintas e com objectivos diferentes. Na apreciação dos resultados das entrevistas são elaborados quadros-síntese com as respostas dos diferentes intervenientes com a respectiva análise de conteúdo e discussão das respostas obtidas. Nos questionários analisa-se as respostas dadas a cada uma das questões levantadas e efectua-se a discussão com as possíveis justificações das respostas dadas.

Assim, torna-se mais simples a percepção das opiniões dos diferentes níveis, estratégico e tático, do Governo, da GNR, da ANPC e do GIPS, bem como, do nível operacional através dos graduados do GIPS com funções de comando.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Segundo Beselson (*apud* Ghiglione & Matalon, 2001, p.177) *“a análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”*.

Como tal, para a análise das entrevistas utilizam-se dois processos distintos: a análise qualitativa de conteúdo, através de sinopses. Após esta estabelecem-se os conceitos fundamentais transmitidos pelos entrevistados, de forma a elaborar uma grelha de análise quantitativa. Por limitação do número de páginas, apenas se apresenta a análise quantitativa das questões, pelo que para melhor compreensão aconselha-se a consulta das entrevistas e da sua análise qualitativa no Apêndice B.

5.2.1 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 1

No quadro 5.1 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 1** – “No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 de Outubro de 2005?”

Quadro 5.1: Análise quantitativa à questão n.º 1.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Reorganização do SNPC em 3 Pilares Fundamentais para combate aos incêndios	X	X	X	X		X		71,4%
Maiores Competências e Atribuições à GNR	X		X				X	42,9%
Criação do SIOPS	X	X	X	X		X	X	85,7%
Definição de atribuições e competências		X		X	X	X	X	71,4%
Integração das FFAA no SNPC		X	X					28,6%
Nova Filosofia e modo de actuação	X			X	X	X	X	71,4%

Todos os entrevistados apontaram várias alterações estruturantes no SNPC. Destes, 71,4% afirma que uma das reformas importantes consistiu na reorganização do Sistema quanto aos incêndios, em três pilares fundamentais, através de 1) uma prevenção estrutural, 2) uma prevenção de proximidade ou operacional, e 3) combate e vigilância após os incêndios.

Outra mudança apresentada por grande parte dos entrevistados (85,7%) constitui a criação de um novo modelo de integração e comunicação entre os agentes de protecção civil e a definição de um comando operacional único, uma coordenação institucional unitária e um sistema de gestão de operações. Dos sete entrevistados, 71,4% considera que esta reorganização promoveu uma nova filosofia na articulação e actuação dos agentes.

De uma forma geral, esta reforma promoveu ainda a definição de atribuições e competências dos diferentes agentes e concedeu à GNR, em particular, um maior leque de atribuições, adquirindo um papel fundamental na prevenção operacional e no combate em primeira linha aos incêndios florestais.

5.2.2 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 2

No Quadro 5.2 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 2** – “*Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?*”

Quadro 5.2: Análise quantitativa à questão n.º 2.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Decisão Política	X	X	X	X	X		X	85,7%
Capacidade de Resposta GNR	X			X	X	X	X	71,4%
Dispersão Territorial GNR	X		X	X		X	X	71,4%
Estrutura do Estado	X			X		X	X	57,2%
Disponibilidade Permanente	X			X			X	42,9%
Economia de meios			X			X	X	42,9%
Natureza Militar	X			X			X	42,9%
Instituição organizada e com hierarquia definida	X			X		X	X	57,2%

Os entrevistados destacam um considerável rol de fundamentos que motivaram e justificaram a criação do GIPS na GNR. Nesta questão em concreto é importante analisar os fundamentos apresentados pelo Dr. António Costa, Entrevistado n.º 7, que à data da criação do GIPS ocupava o cargo de Ministro de Estado e da Administração Interna.

Até à criação do GIPS, o Sistema assentava, fundamentalmente, em voluntários mal preparados e equipados. Era necessário profissionalizar a intervenção no combate aos incêndios. Contudo o País atravessava um período de crise e “*faltavam recursos para a criar (...) uma força que existisse durante 12 meses e 14 meses de vencimento para só actuar, efectivamente, em 5 meses*”.

Considerando que uma das atribuições da GNR sempre foi a Protecção e Socorro, que está dispersa por todo o País e os seus militares possuem uma boa condição física para o desempenho de uma actividade tão desgastante, considerou-se que “*GNR era a única capaz de cumprir todos estes requisitos*”.

De uma forma geral todos os entrevistados corroboram os fundamentos apresentados pelo Dr. António Costa.

5.2.3 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 3

No Quadro 5.3 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 3** – “*Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?*”

Quadro 5.3: Análise quantitativa à questão n.º 3.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Maio acção da GNR na Protecção Civil	X			X			X	42,9%
Aumento da eficácia e eficiência do SNPC	X	X	X	X	X		X	85,7%
Permanente disponibilidade Natureza Militar	X		X	X			X	57,2%
Exemplo para outras forças Melhor Imagem da GNR	X	X	X	X	X	X	X	100%
Componente policial e repressiva no SNPC		X	X		X		X	57,2%
Mobilização de elementos para outras na GNR	X				X	X		42,9%
Sem desvantagens		X	X	X			X	57,2%

Quanto às vantagens, os entrevistados consideraram, na sua totalidade, que o GIPS contribui em muito para a melhoria e valorização da imagem da GNR, bem como para a motivação de outros organismos, desenvolvendo um espírito competitivo entre forças que resultou na melhoria da eficácia e eficiência do SNPC. Outras das vantagens apresentadas foram a criação do GIPS no seio de uma Instituição de natureza militar, que tem os seus elementos permanentemente disponíveis e com elevados graus de prontidão, e que é uma força policial, o que permitiu uma melhoria da capacidade de vigilância e prevenção durante todo o ano.

Como desvantagem foi apenas apresentada uma, por parte de 42,9% dos entrevistados, o facto de a criação do GIPS ter provocado a redução dos meios humanos em outras áreas de actuação da GNR, nomeadamente no Serviço Territorial, sem posterior reposição das necessidades sentidas.

5.2.4 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 4

No Quadro 5.4 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 4** – “Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?”

Quadro 5.4: Análise quantitativa à questão n.º 4.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Aumento da taxa de eficácia/sucesso	X		X	X	X	X	X	85,7%
Melhoria do SNPC	X		X	X	X	X	X	85,7%
Exemplo para outras Forças Elemento motivador	X	X		X	X	X	X	85,7%
Dupla Função (Policial e Socorro)		X						14,3%

A grande maioria dos entrevistados (85,7%) considera os mesmos contributos. A criação de um corpo profissional de protecção civil “*provocou uma melhoria no funcionamento do Sistema*” (Entrevistado n.º 1), tanto pelo “*grau de preparação e capacidade de resposta que o GIPS conseguiu atingir*” (Entrevistado n.º 5), como pelo “*estímulo para os restantes agentes*” (Entrevistado n.º 6) resultado do seu profissionalismo, aprumo, e forte especialização.

O Entrevistado n.º 2 refere ainda que o facto de o GIPS ter sido criado na GNR, Força Militar de Segurança, permitiu integrar no SNPC uma força com dupla valência e que “*em grandes desastres há sempre a componente policial e a componente mais de socorro*” conseguindo o GIPS funcionar como “*ponto de equilíbrio no terreno*”.

5.2.5 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 5

No Quadro 5.5 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 5** – “Como avalia o estado de implementação do SIOPS?”

Inicialmente “*houve algumas resistências*” (Entrevistado n.º 4) na implementação do SIOPS, pois “*era difícil implementar um novo Sistema*” (Entrevistado n.º 7).

Contudo, todos os entrevistados consideram que actualmente o SIOPS apresenta elevados níveis de implementação e está a funcionar correctamente. Melhorou a capacidade de

resposta do SNPC tendo o Entrevistado n.º 1 referido que “nunca houve uma capacidade de resposta tão eficaz e organizada como actualmente”. O Entrevistado n.º 2 afirma que “hoje em dia já ninguém consegue funcionar sem ser neste sistema”.

Quadro 5.5: Análise quantitativa à questão n.º 5.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Dificuldades iniciais na implementação	X			X			X	42,9%
Está a Funcionar Bem	X	X	X	X	X	X	X	100%
É eficiente e melhorou a capacidade de resposta	X	X		X				42,9%
É necessário rever o sistema e/ou clarificar conceitos	X		X			X		42,9%

Embora seja considerado por todos como implementado e a funcionar bastante bem, 42,9% dos entrevistados afirmaram que existem “alguns problemas de clarificação de conceitos e de procedimentos a adoptar” (Entrevistado n.º 1), nomeadamente no que respeita aos “conceitos de Comando Único e Coordenação” (Entrevistado n.º 3).

5.2.6 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 6

No Quadro 5.6 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 6** – “Como avalia a concretização dos conceitos de Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?”

Quadro 5.6: Análise quantitativa à questão n.º 6.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Concretizam-se na prática	X			X	X	X	N/R	66,7%
Existe Doutrina divergente	X	X	X				N/R	50%
É necessário rever os conceitos	X	X	X		X		N/R	66,7%

Os entrevistados consideram que os conceitos introduzidos pelo SIOPS são importantes na gestão de qualquer ocorrência no âmbito da Protecção Civil. A maioria dos entrevistados (66,7%) afirma que se conseguiram concretizar na prática, embora a mesma percentagem

afirme ser necessário rever alguns dos conceitos quanto à atribuição das competências e responsabilidades de cada agente.

5.2.7 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 7

No Quadro 5.7 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 7** – “Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?”

Quadro 5.7: Análise quantitativa à questão n.º 7.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Natureza Militar	X	X	X	X	X	X	X	100%
Seleccção e/ou Recrutamento	X			X	X		X	57,2%
Formação	X	X			X		X	57,2%
Enquadramento	X	X	X		X	X	X	85,7%
Capacidade Organizativa		X	X	X	X	X	X	85,7%
Disciplina		X	X			X		42,9%
Profissionalismo Comando e Controlo		X		X	X	X	X	71,4%
Meios Materiais			X	X	X	X	X	71,4%
Reconhecimento Externo				X			X	28,6%
Treino				X	X		X	42,9%
Espírito de Equipa			X		X		X	42,9%
Disponibilidade Permanente		X			X	X	X	57,2%
Motivação	X	X	X	X		X	X	85,7%

Todos os entrevistados apresentaram vários factores que consideraram ter sido relevantes para o sucesso do GIPS, mas o único factor considerado por todos os entrevistados foi a natureza militar desta força. Outros factores em grande medida (85,7%) referidos pelos entrevistados foram “a grande capacidade de planeamento, organização” (Entrevistado n.º 5) e “a nova dinâmica que passou para os outros agentes” (Entrevistado n.º 6).

5.2.8 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO N.º 8

No Quadro 5.8 apresentam-se os conceitos-chave consequentes da análise de conteúdo à **Questão n.º 8** – “*Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?*”

Quadro 5.8 Análise quantitativa à Questão n.º 8.

CONCEITO	Entrevistados							%
	n.º 1	n.º 2	n.º 3	n.º 4	n.º 5	n.º 6	n.º 7	
Decisão Política	X	N/R				X		33,4%
Condicionado pela actual Conjuntura Política		N/R	X	X	X			50%
Reduzir o Investimento da Primeira Intervenção nos Incêndios Florestais		N/R	X		X			33,4%
Aumentar o Investimento nas Valências/Especialidades do GIPS (excepto Incêndios Florstais)	X	N/R	X	X	X	X	X	100%
Manter os padrões actuais		N/R		X	X		X	50%
Melhorar Condições e Instalações		N/R	X	X				33,4%
Desenvolver novas Valências	X	N/R		X		X	X	66,7%

Os Entrevistados n.º 3, n.º 4 e n.º 5 mostraram algumas reservas, tendo em conta a actual conjectura do País, e os Entrevistados n.º 1 e n.º 6 referem o facto de ser uma decisão essencialmente política.

Para analisar esta questão é necessário considerar dois ambientes distintos: 1) o actual panorama Nacional de crise e necessidade de contenção da despesa pública e 2) um hipotético cenário de melhoria das disponibilidades orçamentais para investimento na Protecção Civil (Entrevistado n.º 5).

No primeiro cenário, o futuro do GIPS deverá passar pela “*manutenção nos padrões actuais*” (Entrevistado n.º 1), não havendo grande alternativa ao modelo actual (Entrevistado n.º 5), e devendo ser entendido o GIPS como uma “*unidade de reserva na generalidade do tempo e empenhado em reforço de outras unidades*” (Entrevistado n.º 7).

No segundo cenário onde a conjuntura seja mais favorável, todos os Entrevistados consideram que o GIPS deveria desenvolver as suas capacidades. O Entrevistado n.º 7 considera de especial importância a existência de uma força profissional e com grande capacidade de intervenção, em qualquer situação de Socorro, tanto a nível Nacional como Internacional.

Porém, mesmo no pior cenário o Poder Político (Entrevistado n.º 4) e o Comando do GIPS (Entrevistado n.º 3) referem que se procurará melhorar as instalações, os alojamentos e a capacidade de intervenção, o Comando da GNR e do GIPS (Entrevistados n.º 3 e n.º 5) partilham a opinião de que se deve reduzir o investimento no combate ao incêndios florestais e melhorar e potenciar as restantes valências e especialidades, que na opinião do Entrevistado n.º 1 “o GIPS tem vindo a ser subaproveitado”.

Nesta questão, não querendo menosprezar os restantes contributos, deve-se em particular analisar o conteúdo das Entrevistas n.º 3, n.º 4 e n.º 5 que correspondem ao Comando do GIPS, à área da Administração Interna com responsabilidade em matéria de Protecção Civil, e ao Comando-Geral da GNR, respectivamente. O Comando do GIPS (Entrevistado n.º 3) idealiza o Grupo baseado na filosofia das forças especiais, “com efectivos muito reduzidos, altamente treinados, extremamente bem equipados e com um grande enquadramento”. Por sua vez o Comando da GNR considera que o GIPS deve reduzir o empenho no que respeita à primeira intervenção e incêndios, e que se desenvolva nas outras valências para as quais está habilitado. Por fim, o Secretário de Estado e da Protecção Civil afirma o desejo de ampliar as capacidades do GIPS, nomeadamente ao nível *Urban Search and Rescue* (USAR) e das Matérias Perigosas ou NRBQ, podendo também conferir-lhe novas valências.

5.3 CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS

A reforma legislativa levada a cabo pelo XVII Governo Constitucional promoveu uma nova filosofia na articulação e empenho dos agentes de protecção civil e definiu as suas atribuições e competências. A ANPC surge organizada e com um papel fundamental no planeamento, coordenação e execução da política de Protecção Civil. Foi criado o SIOPS como forma de centralizar a coordenação e o comando das operações de socorro e integrar todos os agentes.

À GNR são alargadas competências no âmbito da Protecção da Natureza, com a consolidação do SEPNA, e da Protecção e Socorro, com a criação do GIPS. Este aumento de atribuições foi uma decisão política. Era necessário combater rapidamente e com profissionalismo os incêndios florestais e ter uma força, do Estado, permanentemente disponível para actuar em qualquer parte do País, de forma a minimizar os danos dos incêndios ou para actuar em outras situações de catástrofe. O período de crise económico-financeira que Portugal atravessava e o carácter sazonal dos incêndios florestais não permitiam criar e sustentar uma força de raiz.

Perante o Governo a GNR apresentava-se como a força do Estado que melhor cumpria os requisitos para criar uma estrutura com as características descritas. Historicamente, a GNR

sempre teve atribuições no âmbito da Protecção e Socorro; era um agente de protecção civil; estava dispersa por todo o Territorial Nacional, em particular nas áreas mais afectadas pelos incêndios; tinha um enorme prestígio com os resultados do Euro 2004 e o desempenho em Timor e no Iraque; possuía uma excelente capacidade de organização e projecção de meios; estava permanente disponível; e tinha a capacidade de rentabilizar os seus elementos noutras funções. Era uma força que não deixaria o Estado dependente de uma estrutura associativa baseada no amadorismo.

A criação do GIPS na GNR aumentou a capacidade e o grau de prontidão na resposta do SNPC em todas as valências que constituem a missão que lhe está atribuída. Teve um efeito de emulação nos restantes organismos e aumentou os níveis de eficiência e eficácia do Sistema. Por um lado, a sua criação numa instituição de natureza militar permitiu manter uma força permanentemente disponível com um elevado grau de treino, preparação física e prontidão. Por outro, enquanto força de segurança melhorou a capacidade de prevenção dos incêndios e incrementou uma vigilância dinâmica das florestas, passando o Sistema a dispor uma componente coerciva. Assim, em caso de catástrofes ou acidentes graves, o GIPS pode funcionar como ponto de equilíbrio entre a componente de socorro e a componente policial.

O SIOPS teve algumas dificuldades na sua implementação mas desenvolveu-se rapidamente. Actualmente está a funcionar em todo o Território Nacional com um elevado grau de eficácia e melhorou a capacidade de reposta do SNPC. Os conceitos coordenação e comando único devem ser clarificados de forma a potenciar o desempenho dos diferentes agentes.

Os factores preponderantes para o sucesso do GIPS foram a sua natureza militar e a capacidade de planeamento, organização e estruturação da GNR de forma a levantar e suportar logisticamente uma nova força. Igualmente relevantes consideram-se o modo de recrutamento e selecção dos seus elementos, bem como, a forma como foram enquadrados. O GIPS formou-se com base nas Unidades de Reserva e na Unidade de Formação. Muitos dos seus efectivos após a conclusão do alistamento integraram o GIPS. Outros factores importantes apresentados pelos entrevistados foram a preparação, a formação e o treino inicial desta Força, conjugados com a entrega, espírito de missão, disciplina, profissionalismo, condição e disponibilidade físicas dos militares.

O futuro do GIPS (tal como a sua criação) dependerá das intenções políticas do Governo e do desenvolvimento da conjuntura nacional. Porém, a necessidade do GIPS existir nos próximos anos é real. Com as necessidades de contenção da despesa pública o investimento na Protecção Civil visa a manutenção dos padrões actuais, promovendo apenas a melhoria das condições físicas dos locais de trabalho e alojamento dos militares

do GIPS. Neste cenário de manutenção dos actuais padrões, os Comandos da GNR e do GIPS, em particular, perspectivam uma redução dos efectivos e capacidades do GIPS, no que respeita à intervenção no combate aos incêndios florestais, e um desenvolvimento suplementar nas capacidades e valências que estão cometidas ao GIPS, segundo a filosofia das operações especiais com efectivos reduzidos, altamente treinados, bem equipados e enquadrados.

Num cenário mais favorável à economia nacional e sendo possível o investimento na Protecção Civil, o GIPS poderá desenvolver e equipar melhor as valências que lhe estão conferidas, nomeadamente ao nível USAR, MP/NRBQ, ou criar outras.

O GIPS aumentou o espectro de missões da GNR e constitui-se como um instrumento indispensável ao SNPC. Enquanto subunidade da GNR, é um forte contribuinte para a melhoria da imagem da instituição, junto das populações e dos organismos protecção civil.

5.4 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

Os inquéritos, constituídos por 3 páginas e 11 questões, tinham como objectivos a recolha de dados relativos à implementação e articulação do GIPS na GNR e determinar o seu contributo no SNPC.

As respostas dos inquiridos foram submetidas a análise estatística através da plataforma *surveymonkey* e do programa SPSS. Efectuou-se o teste *Alfa de Cronbach*²⁶, com o objectivo de verificar a consistência interna das 3 questões fechadas que constituíam a caracterização da opinião dos inquiridos, num total de 27 variáveis. Obteve-se um grau de fiabilidade bastante elevado ($\alpha = 0,895$), sendo considerado “bom”²⁷.

5.4.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS

A população inquirida foi constituída por 54 militares das classes de Oficiais e Sargentos da GNR, que tinham como característica comum o desempenho de funções de comando no GIPS. Dos 54 militares, 52 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino, conforme o Gráfico 5.1. A média de idades é de 32 anos ($x_m=32,32$), conforme Tabela C.2 e distribuídos pelas por quatro faixas etárias tal como mostra o Gráfico 5.2.

²⁶ Vide Apêndice D.4.

²⁷ Segundo os critérios de Hill & Hill (2008, p.149).

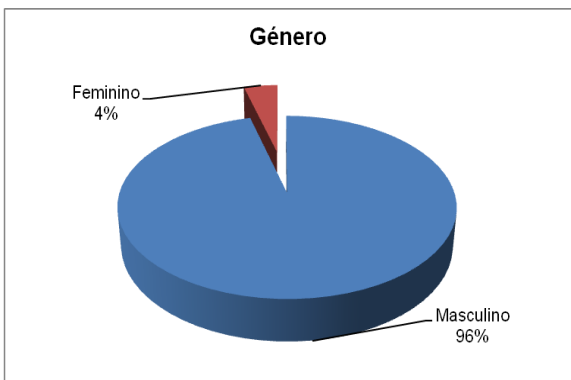


Gráfico 5.1: Gráfico resumo das respostas à questão n.º1.

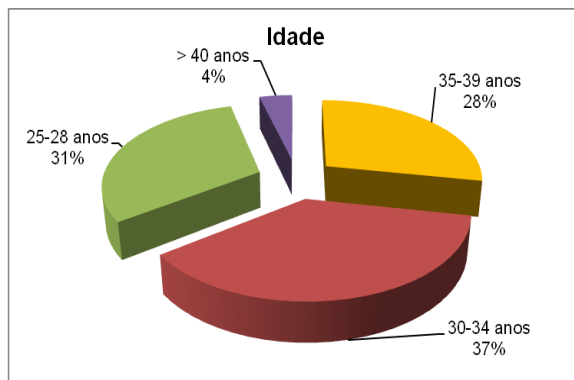


Gráfico 5.2: Gráfico resumo das respostas à questão n.º2.

Os militares inquiridos são maioritariamente da Classe de Sargentos, conforme mostra o Gráfico 5.3.

Pela análise do Gráfico 5.4 verifica-se que os militares com funções de comando no GIPS são na sua maioria (65%) oriundos das Unidades de Reserva (UI e USHE) ou da Unidade de Formação (EG).

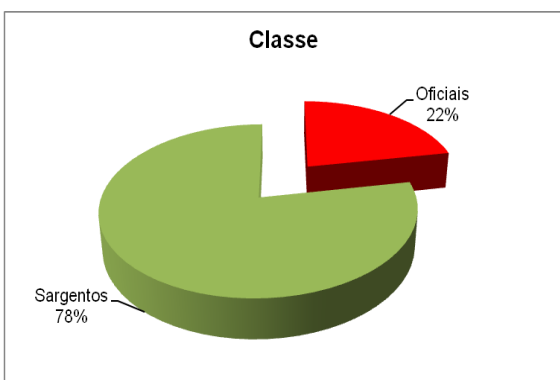


Gráfico 5.3: Gráfico resumo das respostas à questão n.º3.

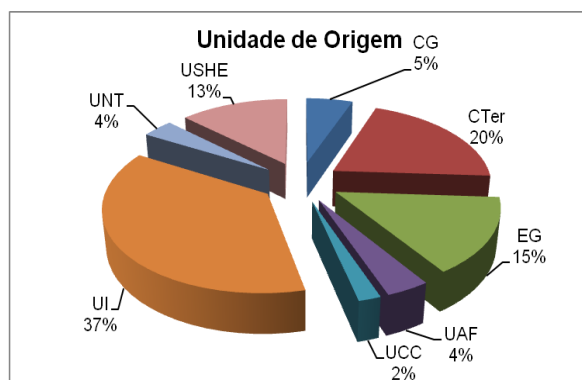


Gráfico 5.4: Gráfico resumo das respostas à questão n.º4.

Pela observação do Gráfico 5.5 verifica-se que a grande parte dos militares (78%) já cumpriu pelo menos 3 anos de serviço no GIPS.

Conforme já se tinha verificado, pela análise do quadro de efectivos²⁸ do GIPS, que serviu de base para o cálculo da população e determinação da amostra, os militares prestam serviço, na sua maioria, nas CIPS, cumprindo a missão prioritária do GIPS, a vigilância, prevenção e combate em primeira linha aos incêndios florestais, como mostra o Gráfico 5.6.

²⁸ Vide Quadro A.1.

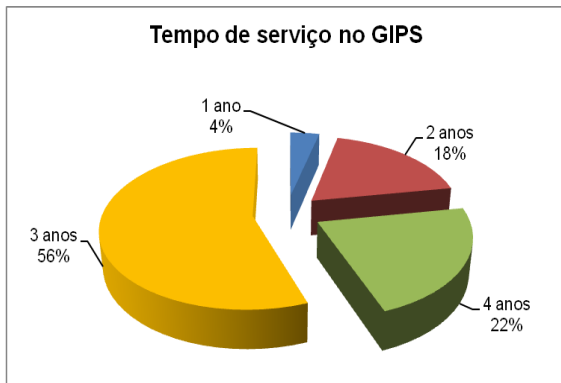


Gráfico 5.5: Gráfico resumo das respostas à questão n.º5.

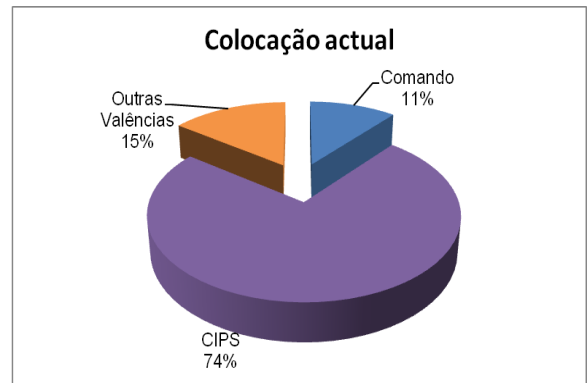


Gráfico 5.6: Gráfico resumo das respostas à questão n.º6

O principal motivo para o ingresso no GIPS foi a atracção pela missão do Grupo (57%), como se verifica no Gráfico 5.7, e que em certa medida sustenta a elevada percentagem de perspectivas cumpridas ou superadas (87,1%) dos Oficiais e Sargentos do GIPS, conforme mostra o Gráfico 5.8.



Gráfico 5.7: Gráfico resumo das respostas à questão n.º7.

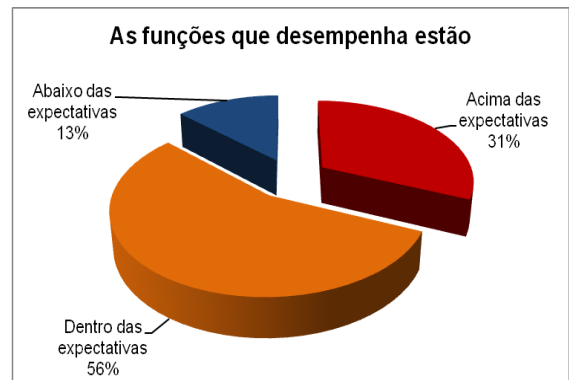


Gráfico 5.8: Gráfico resumo das respostas à questão n.º8.

5.4.2 CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO

No Apêndice C.5 faz-se com maior pormenor a análise dos dados recolhidos em todas as variáveis. Através de um quadro-resumo apresentam-se também a média, a moda, o desvio-padrão, o máximo e o mínimo de cada uma das 27 variáveis que compõem as 3 questões.

Os Gráficos 5.9 a 5.11 apresentam os valores médios das opiniões dos inquiridos, a cada questão.

5.4.2.1 ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 9

A **Questão n.º 9**, constituída por oito variáveis, pretendia analisar as condições do local de trabalho, a formação ministrada, as valências e especialidades existentes e os meios humanos e materiais disponíveis para o cumprimento da missão.

As respostas a esta questão compreendiam cinco níveis devendo o inquirido escolher a resposta que melhor descrevesse a sua opinião. A escala compreendia as seguintes opções: (DT) Discordo Totalmente; (D) Discordo; (NCND) Nem Concordo Nem Discordo; (C) Concordo; (CT) Concordo Totalmente. A Tabela C.11 apresenta o resumo dos valores de estatística descritiva relativos a cada uma das variáveis.

Analisando individualmente cada uma das variáveis da **Questão n.º 9** pode-se afirmar que relativamente à **Questão n.º 9.1 - As condições físicas do local de trabalho são adequadas para o desempenho das funções**, 61,1% DT (13,0%) ou D (48,1%), totalizando 62,1% dos inquiridos que responderam negativamente a esta questão. Apenas 31,5% C ou CT com a questão. O desvio padrão é o mais elevado de todas as questões ($s=1,17$), o que comprova a diversidade de respostas. A média das respostas foi de 2,63 ($x_m=2,63$) o que demonstra existir discórdia na opinião relativa à Questão 9.1.

Fazendo um cruzamento dos dados entre o local de colocação (Questão n.º 6) e a resposta a esta questão, conforme mostra a Tabela C.12, verificamos que os elementos colocados no Comando consideram ter boas condições no local de trabalho, enquanto 68,75% dos militares colocados nas CIPS ou nas Especialidades e Valências afirmam não ter as adequadas condições no local de trabalho para o desempenho das suas funções.

Relativamente à **Questão n.º 9.2 - Os meios materiais disponíveis são adequados para o cumprimento da missão atribuída**, 32 dos inquiridos responderam C e 6 responderam CT o que perfaz um total de 70,4% de respostas positivas. O desvio padrão é significativo ($s=1,06$) revelando não haver concordância na resposta. A média ($x_m=3,52$) representando uma tendência para a opinião de que os meios são adequados às funções desempenhadas.

Através do cruzamento dos dados entre o local de colocação (Questão n.º 6) e a resposta a esta questão, conforme a Tabela C.13, verifica-se que 14 dos 15 militares que afirmam não ter os meios materiais adequados para cumprir a missão que desempenham estão colocados nas CIPS, e o outro elemento pertence às Especialidades e Valências. Todos os elementos dos Comando consideraram ter as condições adequadas.

Quanto à análise da **Questão n.º 9.3 - Os meios materiais disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída**, 7,4% dos inquiridos responde NCND e os restantes dividem-se em igual número de opiniões favoráveis (46,3%) e desfavoráveis (46,3%), o que justifica o valor do desvio padrão ($s=1,00$). A média ($x_m=2,98$),

correspondente a uma aproximação à resposta NCND, não se tendo registado qualquer CT (máximo=4).

Face à **Questão n.º 9.4 - A formação e o treino são adequados ao desempenho das funções**, 35 dos inquiridos responderam C (64,8%) e 8 responderam CT (14,8%), num total de 79,6% de resposta positivas. O desvio padrão foi relativamente às respostas anteriores mais baixo ($s=0,92$). A média ($x_m=3,78$) e a moda (4) são claramente positivas demonstrando que a formação e o treino são adequados às funções desempenhadas pelos militares do GIPS.

Na **Questão n.º 9.5 - As matérias ministradas na formação são adequadas às tarefas que desempenha**, os resultados a esta questão foram em parte semelhantes à resposta anterior, tendo 40 dos inquiridos C (74,1%) e 5 CT (9,3%). Contudo, o resultado de respostas positivas foi superior (83,4%) aos da questão anterior, tendo o desvio padrão diminuído ($s=0,72$) e a média aumentado ($x_m=3,83$).

A **Questão n.º 9.6 - As especialidades do GIPS são adequadas à missão atribuída** foi a resposta que obteve maior concordância. Dos 54 inquiridos, metade (27) responderam CT e 22 (40,7%) responderam C, perfazendo um total de 90,7% de respostas positivas. Teve um desvio padrão consideravelmente baixo ($s=0,76$) e a maior média entre todas as questões ($x_m=4,37$).

Relativamente à **Questão n.º 9.7 - A formação geral recebida (CIPS) é suficiente para o cumprimento da missão**, as respostas foram extremamente positivas, tendo 33 dos inquiridos respondido Concordo (61,1%) e 12 Concordo Totalmente (22,12%), verificando-se 83,3% de respostas positivas. A média ($x_m=3,93$) aproximou-se de C e o desvio padrão ($s=0,89$), não se registou qualquer resposta DT, tal como nas duas anteriores questões.

Face à **Questão n.º 9.8 - Os meios humanos disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída**, as respostas foram díspares, tendo 31 dos 44 inquiridos respondido positivamente (57,4%), 16 negativamente (29,6%). Verificaram-se 13% de respostas NCND. A média de respostas foi 3,28 ($x_m=3,28$) aproximando-se de NCND. Esta disparidade ($s=1,02$) pode ser justificada pelo elevado número de subunidades existentes no GIPS, onde existem necessidades diferentes, ao nível dos recursos humanos.

Cruzando os dados entre a resposta a esta questão e o local de colocação (Questão n.º 6), conforme mostra a Tabela C.14, verificamos que os elementos das várias CIPS e Especialidades têm opiniões divergentes. Dos 40 inquiridos colocados nas CIPS, 12 respondem negativamente (30%) a esta questão, contrapondo-se aos 22 que respondem afirmativamente (55%). Por sua vez, dos 8 inquiridos colocados nas especialidades 37,5% respondeu D e os restantes 62,5% respondeu C.

O valor médio de $x_m=3,54$ conjugado com um desvio padrão $s=0,94$ tende para a resposta C. Estes resultados demonstram existir concordância entre os inquiridos quanto à adequabilidade dos meios materiais existentes (Q9.2), da formação e treino ministrados (Q9.4, Q9.5 e Q9.7) e das Especialidades e Valências criadas para o cumprimento da missão do GIPS (Q9.6). Apenas as respostas às questões Q9.1, Q9.3 e Q9.5 apresentam valores médios a tender para NCND que se configuram uma discordância quanto ao número de meios humanos e materiais disponíveis e sobretudo as inadequadas condições do local de trabalho.

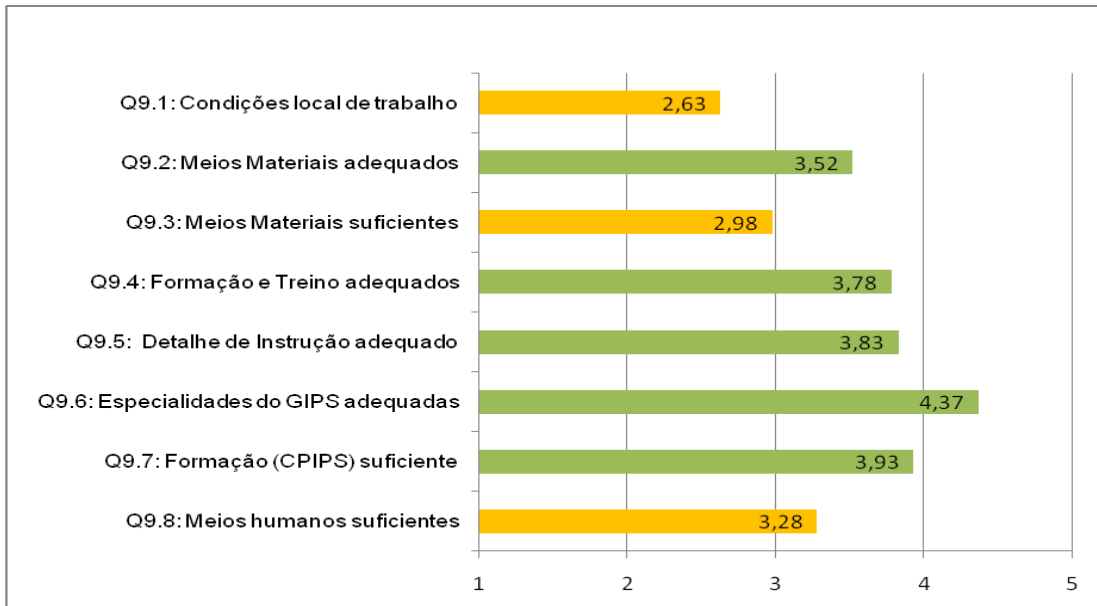


Gráfico 5.9: Resumo das respostas à questão n.º 9.

5.4.2.2 ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 10

A **Questão n.º10** pretende determinar quais os factores de maior relevância para o sucesso e eficácia do GIPS. As variáveis apresentadas foram seleccionadas, tendo em contas as respostas às Questões n.º4 e n.º 7 das Entrevistas²⁹ realizadas previamente.

O Gráfico 5.10 apresenta a média das respostas a cada uma das 15 variáveis apresentadas. Todas as respostas são fechadas e possuem cinco níveis, Muito Pouco (MP), Pouco (P), Médio (M_d), Muito (M) e Extremamente (E), que devem traduzir a opinião do inquirido relativamente à importância de cada um dos factores.

Os factores “**condição física**” ($x_m=4,59$) e “**grau de prontidão**” ($x_m=4,5$) são extremamente relevantes para a maioria dos inquiridos, tendo mais de 96% destes,

²⁹ Vide Apêndice B.1.

classificados os dois conceitos como muito ou extremamente relevante. Com desvios padrões reduzidos (inferiores a $s=0,57$) apresentam uma moda (5) e um mínimo (3).

Seguidamente, pelo menos 93,6% dos inquiridos considerou os factores “**enquadramento**” ($x_m=4,48$), “**disponibilidade**” ($x_m=4,44$) e “**natureza militar**” ($x_m=4,39$) como sendo mesmo muito importantes. Apresentam médias próximas de $x_m=4,50$ e a moda em todos (5).

Os factores “**disciplina**” ($x_m=4,22$), “**espírito de sacrifício**” ($x_m=4,20$), “**espírito de equipa**” ($x_m=4,11$) e a “**motivação**” ($x_m=4,07$), que podem ser considerados como decorrentes das características de um militar, também são considerados muito relevantes. Apresentam todos eles, médias superiores ao valor médio ($x_m=3,92$) das variáveis que constituem a Questão n.º10 e um desvio padrão em todos inferior a $s=0,80$. Apenas 3,7% dos inquiridos considerou alguns deste factores como pouco ou muito pouco importante.

Analisando o “**treino**”, dos 54 inquiridos, 32 atribuem a este factor M (42,6%) ou E (16,7%), perfazendo um total de 59,3% dos inquiridos. 20% dos inquiridos atribui-lhe uma relevância relativa (M_d) e apenas 3,7% o considera pouco relevante. O “**treino**” apresenta uma média ($x_m=3,72$) inferior à média de todas as variáveis mas uma moda (4) e um desvio padrão $s=0,79$, o que demonstra ser um factor M para os inquiridos.

Face aos factores “**formação**” ($x_m=3,39$), “**coordenação**” ($x_m=3,35$), “**cooperação**” ($x_m=3,30$) e “**meios materiais**” ($x_m=3,17$) os inquiridos, na sua maioria, considera-os como de média relevância. Exceptuando o factor este último factor (com mínimo 1), todos os outros apresentam um mínimo (2), o que corresponde a P. Em todos factores enunciados, pelo menos 7,4% dos inquiridos, consideram E cada um destes, sendo o de menor relevância “**meios materiais**”.

Relativamente ao factor “**missão**” grande parte dos inquiridos (38) respondeu M_d (25,9%) ou P (29,6%). Este resultado embora não seja negativo é o único com uma moda (2) e um valor $x_m < 3,00$ (correspondente a M_d). O desvio padrão é de $s=0,91$, sendo o factor de menor relevância para os inquiridos. Tal facto pode ser justificado pela atribuição de parte das missões do GIPS serem idênticas às de outras forças de protecção e civil.

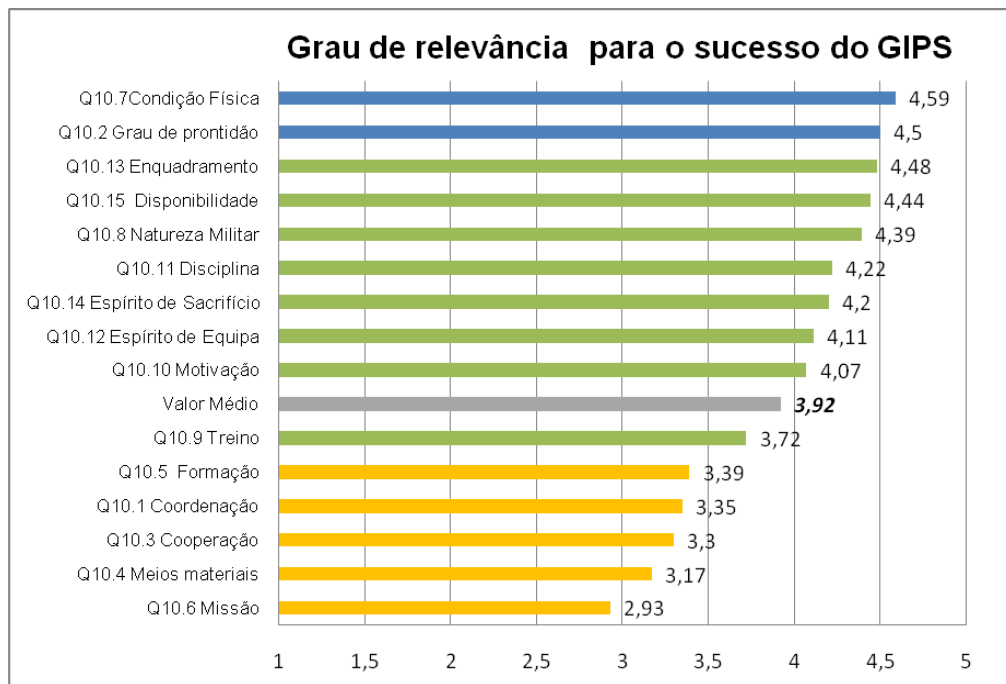


Gráfico 5.10: Resumo das respostas à questão n.º 10.

5.4.2.3 ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 11

A Questão n.º11 pretende determinar de entre as características particulares do GIPS, quais as que na opinião dos inquiridos apresentam maior relevância para o sucesso e eficácia do GIPS. As variáveis apresentadas foram seleccionadas considerando as respostas às Questões n.º2 e n.º 7 das Entrevistas³⁰ realizadas.

Todas as respostas são fechadas e possuem cinco níveis de resposta iguais aos da Questão n.º 10. O Gráfico 5.11 apresenta as médias dos resultados obtidos.

Quanto à característica **“natureza militar”**, dos 54 inquiridos, 50% considerou ser extremamente importante e 46% muito importante. Esta característica apresenta uma média muito elevada ($x_m = 4,46$), uma moda (5) e um desvio padrão $s=0,57$. O valor mínimo, corresponde a M_d , foi considerado por apenas 3,7% dos inquiridos.

Face à característica **“órgão de polícia criminal”**, 97,4 % dos inquiridos avaliou-a como sendo M (25) ou E (26). Os restantes 5,6% consideraram ter uma relevância média. A média desta questão é a segunda mais alta ($x_m = 4,43$), com um desvio padrão $s=0,60$ e uma moda também de (5).

Analisando a característica **“comando único”**, esta é a que apresenta a menor moda (2). Tem 33,4% de respostas negativas. Contudo, sendo aquela que possui a maior disparidade

³⁰ Vide Apêndice B.1.

de respostas ($s=1,12$) apresenta uma média ($x_m=3,20$) superior à “autonomia” ($x_m=3,00$), pois 38,9% das respostas foram no sentido de considerar esta característica relevante.

Por fim, confrontados com a característica “**autonomia**”, dos 54 inquiridos 26% considerou muito relevante (9) ou extremamente relevante (5). Com desvio padrão $s=1,01$ e uma média $x_m=3,00$ a relevância desta característica estabelece-se como M_d .

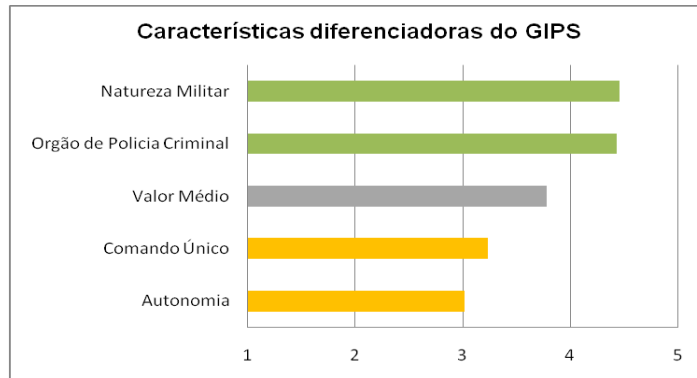


Gráfico 5.11: Resumo das respostas à questão n.º 11.

5.5 CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS

Após a análise das respostas aos três grupos de questões que compõem a caracterização da opinião deste questionário, importa agora sintetizar os dados mais relevantes.

Quanto à **Questão n.º 9**, a variável com valor médio mais elevado ($x_m=4,37$) é a questão n.º 9.6, referente à adequabilidade das especialidades do GIPS. Esta variável é a única que ultrapassa o valor 4 da escala. Os inquiridos consideram que **as especialidades e valências dos GIPS são adequadas ao cumprimento da missão**. As respostas às questões 9.4, 9.5 e 9.7, com valores médios bastante elevados ($x_m>3,5$) e moda (4), **revelam haver no GIPS uma boa formação e treinos adequados** às funções. A média da questão 9.1 surge como a mais negativa de todo o inquérito e demonstra que as condições do local de trabalho são distintas. O Comando tem condições de trabalho bastante adequadas ($x_{m(CMDO)}=4,33$), ao contrário de **algumas CIPS que possuem inadequadas condições de trabalho** ($x_{m(CIPS)}=2,13$)³¹, o que poderá influenciar o desempenho dos militares.

O valor médio das respostas é de $x_m=3,54$ (4=Concordo); contudo, as respostas que se situam a baixo deste valor não são necessariamente reveladoras de insuficiência ou inadequação dos meios humanos e materiais para o cumprimento da missão. Só podem ser considerados inadequados ou insuficientes aqueles que apresentem valores menores que

³¹ Valores obtidos através do cruzamento de variáveis entre as questões 6 e 9.1 do questionário.

$X_m=2,49$, como é o caso particular das condições de trabalho em algumas CIPS (x_m _(CIPS)=2,13).

Face à análise da **Questão n.º 10**, determinou-se que **os factores de maior relevância para o sucesso e eficácia do GIPS são a “condição física”** ($x_m=4,59$), o **“grau de prontidão”** ($x_m=4,5$). O **“enquadramento”** ($x_m=4,48$), a **“disponibilidade”** ($x_m=4,44$) e a **“natureza militar”** ($x_m=4,39$). Todos estes factores apresentam valores médios de resposta próximos de $x_m=4,50$ e uma moda (5), podendo considerar estes factores como os que mais contribuíram para o sucesso do GIPS. Os factores **“disciplina”** ($x_m=4,22$), **“espírito de sacrifício”** ($x_m=4,20$), **“espírito de equipa”** ($x_m=4,11$) e a **“motivação”** ($x_m=4,07$) e **“treino”** ($x_m=3,72$), segundo a escala utilizada, consideram-se muito importantes ($x_m>3,5$). Com uma relevância média ou diminuta ($x_m \approx 3,00$) para o sucesso do GIPS foram considerados, pelos inquiridos, os factores “formação”, “coordenação”, “cooperação”, “meios materiais” e “missão”.

Relativamente à **Questão n.º11, das características particulares e diferenciadoras do GIPS**, as que maior relevância tiveram no sucesso e eficácia do Grupo foram a sua **“natureza militar”** ($x_m =4,46$) e o facto de ser um **“órgão de polícia criminal”** ($x_m =4,43$), com valores médios de resposta muito perto de $x_m=4,5$ e uma moda (5), sendo praticamente considerados como extremamente importantes.

5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo foi analisado e discutido todo o Trabalho de Campo. As entrevistas semidirectivas e os inquéritos por questionário foram os instrumentos de recolha de informação que melhor permitiram efectuar a análise e tratamento da informação obtida.

No Capítulo 6 são apresentadas as conclusões e as recomendações do trabalho, bem como a verificação das hipóteses inicialmente formuladas que têm como objectivo responder às questões de investigação elaboradas, que por sua vez devem dar resposta à questão central levantada, no Capítulo 1 do presente trabalho.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou analisar os motivos e a forma como se implementou o GIPS na GNR, quais foram os factores que contribuíram para o sucesso do SNPC.

Através da análise documental, das entrevistas e dos inquéritos realizados procurou-se dar resposta à pergunta de partida e cumprir os objectivos propostos inicialmente.

Neste capítulo procura-se verificar as hipóteses formuladas, tendo por base os objectivos decorrentes das perguntas derivadas da questão de investigação central. Posteriormente, apresentam-se algumas reflexões finais, as conclusões do trabalho e as limitações sentidas durante a investigação. Por fim sugerem-se recomendações e investigações futuras.

6.2 VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES INICIALMENTE FORMULADAS

Efectuada a análise e discussão dos resultados obtidos através dos instrumentos de investigação utilizados, importa agora proceder à verificação ou refutação das hipóteses inicialmente formuladas, no Capítulo 1.

Relativamente à primeira hipótese, **a criação do GIPS melhorou o SNPC**, foi totalmente verificada, pelas respostas às questões n.º 3 e n.º 4 das entrevistas. A maioria dos entrevistados (85,7%) considerou que o GIPS permitiu melhorar o grau de prontidão de resposta no combate aos incêndios florestais e aumentou a capacidade de resposta do SNPC. Conseguiu também ter um efeito de emulação nas restantes forças de protecção civil servindo como exemplo, nomeadamente para os corpos de bombeiros, que melhoraram a sua eficácia e que conseqüentemente se reflectiu no aumento da taxa de eficácia e de eficiência do SNPC. O GIPS introduziu uma componente policial no Sistema que passou a dispor de uma força capaz de uma vigilância mais activa e dinâmica.

Quanto à segunda hipótese, **o GIPS é uma mais-valia para a GNR**, foi totalmente verificada pelas respostas à questão n.º 3 das entrevistas. Todos os entrevistados consideram que a criação do GIPS na GNR aumentou a sua visibilidade e contribuiu para um reforço positivo da imagem da GNR. Melhorou a imagem junto das populações e conduziu a um aumento da influência da GNR no âmbito da Protecção Civil, onde passou a desempenhar um papel preponderante. A própria criação do GIPS e simultânea

consolidação do SEPNA tiveram um efeito mobilizador dos elementos da GNR que passaram a valorizar mais as questões ambientais. A única desvantagem apresentada com a criação do GIPS foi a redução dos efectivos disponíveis para outras atribuições da GNR.

A terceira Hipótese, **o GIPS encontra-se preparado para responder com prontidão e eficácia às solicitações inerentes à missão que lhe foi atribuída** foi totalmente verificada pela análise do subcapítulo 3.2.5. Embora o GIPS tenha numa primeira fase sido vocacionado, exclusivamente, para o combate aos incêndios florestais começou desde 2007 a desenvolver as restantes valências e especialidades que constituem atribuições no âmbito da sua missão. O mais recente projecto desenvolvido pelo GIPS foi aquisição de um *kit* de projecção de forças para situações de acidentes graves que pode compreender várias valências do GIPS, consoante o tipo de catástrofe, e tem uma enorme capacidade de projecção, tanto a nível nacional como internacional.

Face à quarta hipótese, **existe um eficaz sistema coordenação e cooperação entre os diferentes agentes de Protecção Civil**, pode considerar-se parcialmente verificada pelas respostas às questões n.º 5 e n.º 6 das entrevistas. O SIOPS surge como um instrumento global para coordenação e comando de operações de socorro mas à data da sua criação teve algumas dificuldades de implementação. Actualmente está a funcionar em todo o Território Nacional tendo melhorado a capacidade de reposta do SNPC. Contudo, existem algumas divergências quanto ao sentido dos conceitos de “comando único”, “coordenação”, e “cooperação institucional”. Dos entrevistados que responderam a esta questão, 83,4% considera que é necessário clarificar estes conceitos de forma a potenciar o desempenho dos diferentes agentes e colmatar algumas lacunas existentes no Sistema. Assim, pode-se afirmar que o SIOPS existe e funciona bem mas carece de uma reformulação.

Relativamente à quinta hipótese, **o GIPS poderá estender a sua capacidade de intervenção no combate aos incêndios florestais a todo o Território Nacional**, esta foi totalmente refutada pelas respostas à questão n.º 8 das entrevistas. O Futuro do GIPS dependerá sempre das intenções políticas do Governo e do desenvolvimento da conjuntura nacional. Mas é intenção do Comando da GNR e do GIPS, em particular, reduzir os efectivos e capacidades do GIPS, no que à intervenção no combate aos incêndios florestais respeita, e desenvolver as restantes capacidades e valências que estão cometidas ao GIPS.

A sexta hipótese levantada, **a natureza militar e a função policial são mais-valias para uma força de protecção e socorro** foi totalmente verificada, pelas respostas às questões n.º 3, e n.º 7 das entrevistas e às questões n.º 10 e n.º 11 dos questionários. Todos os entrevistados consideraram a “natureza militar” (questão n.º 7) como uma das vantagens da criação do GIPS na GNR. Na questão n.º 3 das entrevistas, 57,2% referiu a dupla valência do GIPS, enquanto agente de protecção civil e força de segurança. Na questão n.º 10 dos

questionários, 93,6% dos inquiridos considerou o factor “natureza militar” ($x_m=4,39$) como sendo muito importante. Também na questão n.º 11 os inquiridos atribuíram uma enorme relevância aos factores “natureza militar” ($x_m=4,46$) e ao factor “órgão de polícia criminal” ($x_m=4,43$), com uma moda (5), e com valores médios próximos de $x_m=4,5$, que segundo a escala apresentada, corresponde a factores extremamente importantes.

Por último, a hipótese, **a formação e o treino são adequados à missão estabelecida** foi totalmente verificada. Na questão n.º 7 das entrevistas dos factores considerados, a “formação” foi referida por 57,2% e o “treino” por 42,9%, como sendo contributos relevantes para o sucesso do GIPS. Nas questões n.º 9.4, n.º 9.5 e n.º 9.6 do inquérito, os valores médios das respostas foram superiores a $x_m=3,5$ e consideravelmente perto de $x_m=4,0$, demonstrando uma grande concordância nesta afirmação (mais de 76,0% de respostas positivas em cada uma das variáveis).

6.3 RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Estabelecida a questão central do trabalho derivaram desta algumas questões cujo conhecimento da resposta se considerou essencial. Com a primeira questão colocada pretendia-se **determinar a importância do GIPS na GNR**, pode-se afirmar que o GIPS é uma importante subunidade da GNR e que permitiu, por um lado, aumentar o espectro de atribuições da GNR, e por outro, potenciar o papel da GNR enquanto agente de protecção civil. O reconhecimento externo que teve pelos seus resultados foi igualmente importante para um reforço positivo da imagem da GNR.

A segunda questão visava determinar se **o GIPS está preparado para fazer face às situações de Protecção e Socorro estabelecidas na sua missão**. Se nos primeiros anos seria difícil ter capacidade para responder a todas as suas atribuições, pelo facto de o GIPS ter sido direccionado, exclusivamente, para o combate aos incêndios florestais; actualmente o GIPS encontra-se em condições para desenvolver operações de Socorro, a nível nacional e internacional, em todas as atribuições que lhe estão cometidas.

Através da análise documental e das entrevistas foi possível responder à terceira questão: **O GIPS é uma mais-valia para o Sistema Nacional de Protecção e Socorro?** Pela forma profissional e eficiente com que o GIPS actua no combate aos incêndios florestais, conjugada com excelentes níveis de preparação física, motivação, disciplina e treino dos seus militares permitiu alcançar taxas elevadíssimas de sucesso o que tornaram esta Força como um elemento fundamental e indispensável para o SNPC. É reconhecida a sua clara mais-valia para o sistema.

A última questão que procurava determinar os **factores que contribuíram para o sucesso do GIPS** foi respondida no decorrer deste trabalho. Os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS são factores decorrentes da natureza militar dos seus elementos: o grau de prontidão, o forte enquadramento, a disponibilidade permanente e a condição física notável.

Conclui-se que todas as questões decorrentes da questão central foram respondidas, cumprindo-se o modelo de investigação adoptado.

6.4 REFLEXÕES FINAIS

Reflectindo sobre a questão de partida: **Qual o contributo do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro no Sistema Nacional de Protecção Civil?** pode-se afirmar que o GIPS surgiu como a melhor solução encontrada, pelo XVII Governo Constitucional, para responder prontamente e com profissionalismo ao problema gerado com os incêndios florestais de 2003 e 2005. O Sistema Nacional de Protecção Civil apresentava-se frágil, desorganizado e assente em algum amadorismo, factos que condicionavam os níveis de desempenho do Sistema. Com a reforma legislativa iniciada em Outubro de 2005 foi adoptada uma nova filosofia e um novo modo de actuação, sustentados em elevados graus de prontidão e eficácia no combate inicial aos incêndios florestais.

O aumento dos efectivos do GIPS às forças de empenhamento permanente do SNPC, para execução de missões de protecção e socorro, permitiu aumentar a sua capacidade de resposta. Os elevados níveis de preparação e disponibilidade, conjugados com uma formação e equipamento adequados, potenciaram o grau de prontidão e de resposta no combate em primeira linha. O GIPS, pela actuação profissional, disciplinada e coesa que demonstrou, conseguiu atingir elevadas taxas de sucesso que se reflectiram na melhoria da eficiência e eficácia do SNPC.

Outro dos contributos para o Sistema surgiu com efeito de emulação que a criação do GIPS provocou nas restantes forças de protecção civil, em particular nos bombeiros, a quem serviu de exemplo.

O GIPS, como subunidade de uma Força Militar de Segurança, introduziu uma componente policial no Sistema, que passou a dispor de uma força com poder coercivo e capaz de uma vigilância mais activa e dinâmica. Em situações de acidentes graves ou catástrofes, em que há sempre uma componente policial e uma componente de socorro, o GIPS com a sua dupla valência constitui-se uma grande mais-valia para o Sistema, fazendo a inter-face entre as operações policiais e as de socorro.

Num futuro a curto prazo perspectiva-se a redução do empenhamento do GIPS no ataque inicial aos incêndios florestais mas mantendo uma força musculada, em permanência, capaz de intervir tanto no ataque inicial como no ataque ampliado. Quanto às especialidades, estas deverão ser desenvolvidas e melhoradas, havendo a possibilidade de criar novas valências.

Em suma, o GIPS conseguiu concretizar de forma dinâmica e eficaz a ideia do legislador ao reformar a política de protecção civil, e ao mesmo tempo serviu de exemplo aos restantes corpos de protecção civil, contribuindo decisivamente para a eficácia do Sistema Nacional de Protecção Civil.

6.5 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Uma primeira sugestão prende-se com as condições de trabalho e alojamento dos militares do GIPS. Seria importante efectuar-se um estudo relativo às condições físicas do local de trabalho e alojamento dos militares do GIPS ao nível das Companhias, procedendo ao levantamento das necessidades sentidas em cada CMA e procurando suprimi-las tão cedo quanto possível.

A segunda sugestão é ao nível organizacional, pelo que se considera que seria oportuno, após 5 campanhas no combate aos incêndios florestais, efectuar uma análise crítica dos últimos 4 anos de serviço, de forma a melhorar o desempenho e potenciar as capacidades do Grupo. Esta sugestão crê-se que seria igualmente importante para a consolidação do GIPS e afirmação da GNR como um agente de protecção civil fundamental e indispensável.

6.6 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Em termos de limitações a esta investigação encontraram-se dois grandes obstáculos que, de certa forma, condicionaram o desenrolar do trabalho. O limite de páginas revela-se manifestamente insuficiente para a natureza do trabalho e condiciona tanto a análise documental como a parte prática do trabalho. Sentiu-se a obrigação de excluir parte das entrevistas realizadas³². A segunda limitação prende-se com o tempo disponibilizado para a realização do trabalho que, atendendo à demora de alguns procedimentos, como a realização de entrevista ou observação directa, não permite a adequada investigação.

³² As entrevistas que não foram analisadas constam no Apêndice B. As entrevistas foram realizadas ao TGen. Cunha Lopes (antigo 2ºCMDT-Geral GNR) e ao Major Pedro Patrício (actual 2º CMDT do GIPS).

6.7 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Tendo em conta as limitações apresentadas, o autor tem consciência de que muito ainda haverá para investigar sobre esta temática. Mas propõe dois outros estudos.

Um primeiro que se julga interessante, seria estender esta investigação a um nível externo ao GIPS e proceder a uma análise da imagem do GIPS, e consequentemente da GNR, junto das populações, através de um estudo-de-caso de um distrito.

Uma outra análise importante seria efectuar um estudo quanto à possibilidade de integração dos elementos dispersos pelas CIPS no reforço aos Destacamento de Intervenção do Comando Territorial onde possuem responsabilidade para primeira intervenção no combate aos incêndios florestais. O aumento da capacidade e disponibilidade operacional no Serviço Territorial poderia colmatar a necessidade de efectivos sentida com a criação do GIPS.

BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*; Academia Militar, Lisboa.
- Alves, Armando Carlos (2008). *Em busca de uma Sociologia Policial*; Revista da Guarda, Lisboa.
- Alves, Armando Carlos (2010). *Introdução à Segurança*; Revista da Guarda, Lisboa.
- Assembleia da República (2006). Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho (Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil); *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º126, 4696-4706.
- Assembleia da República (2006). Lei n.º 63/2007, de 06 de Novembro (Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana); *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º213, 8043-8051.
- Autoridade Florestal Nacional (2008). *Incêndios Florestais: 5 anos após 2003*; CCarvalho Artes Gráficas Lda., Coimbra.
- Autoridade Nacional de Protecção Civil (2010, 04.28), disponível em:
<http://www.prociv.pt/>.
- Autoridade Nacional de protecção Civil (2010a). Directiva Operacional n.º 01/10, de 10 de Fevereiro (Dispositivo Integrado de Operações de protecção Civil); ANPC, Carnaxide.
- Autoridade Nacional de protecção Civil (2010b). Directiva Operacional n.º 02/10, de 10 de Fevereiro (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais); ANPC, Carnaxide.
- Barañano, Ana. Maria (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*; Edições Sílabo, Lisboa.
- Barbosa, J. C. (2007). *Intervenção, Protecção e Socorro. Que formação?*; Trabalho Final de Curso, Academia Militar, Lisboa.
- Binggeli, François, (2008). *Alguma Reflexões após 2003*; In *Incêndios Florestais: 5 anos após 2003 (Parte II, p.87-94)* CCarvalho Artes Gráficas Lda., Coimbra.
- Branco, Carlos Gervásio (2010). *Guarda Nacional Republicana – Contradições e Ambiguidades*; Edições Sílabo, Lisboa.
- Carmo, H.,& Ferreira, M (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*; Universidade Aberta, Lisboa.

- Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário de 08 de Março de 2005 (2010,04.12). disponível em:
<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/20050308.aspx>.
- Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário de 29 de Outubro de 2005 (2010,04.12). disponível em:
<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/20051029.aspx>.
- Durkheim, Émile (1998) (7ªEd.). *As regras do Método Sociológico*; Editorial Presença Lda., Lisboa.
- Foody, William (1996). *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*; Celta Editora, Oeiras.
- Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (2010, 07.13), disponível em:
<http://www.gnr-gips.org/>.
- Guarda Nacional Republicana (1997). *Manual de Operações*, Volume I; CEGRAF GNR, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (1997). *Manual de Operações*, Volume II; CEGRAF GNR, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (2010), *Plano de Actividades 2010*, CEGRAF GNR, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (2010, 04.28), disponível em: <http://www.gnr.pt/>.
- Guarda Nacional Republicana (s.d.). *Manual de Operações e Tática da GNR*, Volume I; RI GNR, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (s.d.). *Normas Específicas do Estágio de Natureza Profissional – Anexo B*; Escola da Guarda, Queluz.
- Guerra, Isabel Carvalho (2008). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentimentos e formas de uso*; Príncipia Editora, Parede.
- Hill, M., & Hill, A. (2009) (2ªEd.). *Investigação por questionário*; Edições Sílabo, Lisboa.
- Leandro, Garcia, (2008). *Para que possa haver segurança há que existir coordenação – Entrevista; Segurança e Defesa (5)*, (Dezembro 2007-Fevereiro 2008), 87-89.
- Matalon, B. Ghiglione, R. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*; Celta Editora, Oeiras.

- Ministério da Administração Interna (2006). Decreto-lei n.º 134/2006, de 25 de Julho (Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro); *Diário da Republica*, 1ª Série-A, n.º142, 5232-5237.
- Ministério da Administração Interna (2006). Decreto-lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro (Procede à consolidação institucional do SEPNA e cria o GIPS); *Diário da Republica*, 1ª Série-A, n.º24, 786-797.
- Ministério da Administração Interna (2006). Decreto-lei nº 203/2006, de 27 de Outubro (Cria a Autoridade Nacional de Protecção Civil); *Diário da Republica*, 1ª Série-A, n.º 9119-9124.
- Ministério da Administração Interna (2006). *Relatório Anual de Segurança Interna 2006*; Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2007). Decreto-lei n.º 75/2007, de 29 de Março (Aprova a Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil); *Diário da Republica*, 1ª Série-A, n.º63, 1834-1839.
- Ministério da Administração Interna (2007). *Relatório Anual de Segurança Interna 2007*; Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna 2008*; Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*; Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ministério da Administração Interna (2010). Despacho n.º 13-A/10, de 31 de Maio (Aprova o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana); *Ordem à Guarda n.º 10*, 1ª Série, 617-706.
- Ministério da Administração Interna (2010). Despacho n.º 57/09-OG, de 15 de Março (Define as Competências, a Estrutura e o Efectivo da Unidade de Intervenção); *Ordem à Guarda n.º 10*, 1ª Série, 617-706.
- Ministério da Administração Interna (2010, 06.28) disponível em:
<http://www.mai.gov.pt/> .
- Paixão, António, (2009). *A resposta do GIPS/UI/GNR face aos Riscos em Portugal*; Actas da Conferência Segurança do Património – Prevenção e Protecção de Riscos, promovida pela Agência Inova, Lisboa.
- Pino, J. C. (2008). *O papel da GNR no Sistema de Protecção Civil – o Caso particular dos incêndios florestais*, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, Lisboa.
- Quivy, R; Campenhoudt, L (2008) (5ªed.). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; Traduzido por João M. Marques, Maria A. Mendes, Maria Carvalho, colecção “trajectos”, Gradiva, Lisboa.

- Ribeiro, Ana. V. (2007), *A GNR face a um novo desafio operacional: GIPS*, Trabalho Final de Curso, Academia Militar, Lisboa.
- Santana, Nelson J.R. (2005). *A Guarda Nacional Republicana no âmbito da protecção Civil*; Trabalho Final de Curso, Academia Militar, Lisboa.
- Sarmiento, Manuela (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*; Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- Silva, Joaquim, (2008). *A Evolução dos Incêndios Florestais em Portugal, Antes e Depois de 2003*; In *Incêndios Florestais: 5 anos após 2003 (Parte II, p.77-85)* CCarvalho Artes Gráficas Lda., Coimbra.
- Viegas, Domingos, (2008). *A Situação dos Incêndios Florestais em Portugal após 2003*. In *Incêndios Florestais: 5 anos após 2003 (Parte I, p.15-61)* CCarvalho Artes Gráficas Lda., Coimbra.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUADRO DE EFECTIVOS DO GIPS (2010)

Tabela A.1: Quadros de efectivos do GIPS, em 2010.

GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO (2010)												
	QUADRO ORGÂNICO ³³				QUADRO EXISTÊNCIAS ³⁴				QUADRO SITUAÇÃO			
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	TOTAL	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	TOTAL	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	TOTAL
COMANDO	12	20	133	165	7	16	130	153	-5	-4	-3	-12
1ª CIPS	3	11	100	114	2	11	100	113	-1	0	0	-1
2ª CIPS.	2	8	70	80	2	8	68	78	0	0	-2	-2
3ª CIPS	2	8	70	80	2	6	72	80	0	-2	2	0
4ª CIPS	2	8	70	80	2	8	70	80	0	0	0	0
5ª CIPS.	2	8	70	80	1	6	71	78	-1	-2	1	-2
6ª CIPS.	3	7	70	80	3	7	69	79	0	0	-1	-1
7ª CIPS.	2	4	40	46	1	5	40	46	-1	1	0	0
TOTAIS GIPS	28	75	623	726	20	67	621	708	-8	-7	-3	-18

³³ Quadro Orgânico de Referência publicado na Ordem à Guarda n.º5, de 15 de Março de 2010.

³⁴ Dados fornecidos pela Secretaria do Comando do GIPS-Grafanil, em 12 de Julho de 2010.

APÊNDICE B ENTREVISTAS

APÊNDICE B.1 GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O GRUPO DE INTERVENÇÃO PROTECÇÃO E SOCORRO
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

ENTREVISTA

Esta entrevista surge no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada tendo em vista a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade Segurança, subordinado ao tema ***O Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR)***.

O objectivo é recolher dados relativos à implementação do GIPS na GNR, conhecer a forma de articulação no Sistema de Protecção Civil e determinar os factores que conduziram ao sucesso do GIPS.

Pretende-se que as respostas sejam dadas com base nos factos relativos ao GIPS desde a sua criação, embora em alguns casos deva responder numa perspectiva de comparação com o antecedente.

Os dados recolhidos serão alvo de análise.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

Aspirante Ilídio Sarmiento Barreiros

LISBOA, JUNHO DE 2010

ENTREVISTA

Antes de começar a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida sobre o trabalho e sobre a entrevista?

Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no trabalho que estou a realizar?

Cargo ou Função

Nome

Posto ou

Grau Académico

Idade

Data

Local

Questão n.º 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Questão n.º 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Questão n.º 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Questão n.º 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Questão n.º 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Questão n.º 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único*, *Coordenação* e *Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Questão n.º 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Questão n.º 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

APÊNDICE B.2

ENTREVISTA 1

Função *Oficial de Ligação da GNR na ANPC*
Nome *Eduardo Fernandes*
Posto *Coronel*
Idade *51 Anos*
Data *07/06/10*
Local *Sede ANPC – Carnaxide*

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: A grande vantagem que ressalvo desta panóplia legislativa foi a reorganização da protecção civil em Portugal, nos moldes actuais, é a criação do SIOPS. Naturalmente depois conjugados com toda a outra legislação referida. Esta reforma permitiu à GNR alargar a sua influência em matéria de protecção civil.

A defesa das florestas tem 3 pilares fundamentais: 1) o combate, que é da responsabilidade da protecção civil, 2) a prevenção estrutural da responsabilidade AFN, e 3) a prevenção operacional que compete à GNR. Esta prevenção operacional materializa-se com vigilância estática, (com as torres de vigia) ou dinâmica (com forças próprias - SEPNA e GIPS - e por coordenação de outras forças), a confirmação das ocorrências e investigação das causas dos incêndios, e o combate aos incêndios (GIPS). Para além do combate também o GIPS tem um importante papel na componente de vigilância, uma vez que é um OPC e tem que agir nas circunstâncias como tal.

Quanto à nova LOGNR, nomeadamente quanto à criação dos Comandos Territoriais (CTer), creio irá melhorar a prestação da GNR em todos os aspectos do funcionamento policial, e designadamente na componente da protecção civil. Para esse efeito é indispensável que em cada Comando Territorial exista um oficial responsável distrital, com dedicação exclusiva às funções do SEPNA e da Protecção Civil., e que esteja em regime de inamovibilidade por um período de tempo razoável (2 / 3 anos).

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Foi uma decisão política, a nossa missão principal era no âmbito da “security” sendo que as nossas tarefas no âmbito da “safety” eram mais de apoio á

actividade operacional do socorro. O Governo entendeu por bem criar esta nova componente, para que o Sistema pudesse contar com uma força de protecção e socorro profissional, fiável e com capacidade de resposta em todo o território nacional. Assim estabeleceu na GNR, força militar, organizada, hierarquizada e disciplinada, uma “amarra” sólida e fiável, um corpo profissional e permanente de protecção civil. Uma subunidade orgânicas da Guarda com que se pudesse contar nas alturas mais críticas, no âmbito da protecção civil, e que ao mesmo tempo fosse um “ponto de referência” para as restantes entidades.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Como vantagens, sendo a GNR uma organização nacional que tinha poucas atribuições na área da “safety”, passou a ter um papel preponderante, alagando substancialmente as suas atribuições, não só na primeira intervenção em incêndios florestais mas também na protecção e socorro *lato senso*, o que aliás estava previsto no decreto – lei que criou o GIPS. A GNR conseguiu materializar, com eficácia e eficiência, num tempo razoavelmente curto, a ideia do legislador. O GIPS é um corpo profissional que a GNR e o País têm e está permanentemente disponível para responder a uma panóplia de ocorrências de protecção civil, desde as situações rotineiras até às de maior gravidade. Naturalmente que a visibilidade do GIPS contribui para um reforço positivo da imagem geral da Guarda.

Como desvantagem apenas o facto de a sua criação ter como consequência a redução dos efectivos para os restantes serviços da Guarda. Não tendo sido contemplado nos recrutamentos externos efectivos com destino específico para o GIPS, a GNR teve que gerir os meios que dispunha para constituir aquela subunidade, com prejuízo das suas diversas componentes, designadamente o serviço Territorial. Contudo há que lembrar que um elemento do GIPS, embora esteja a desenvolver a sua missão no âmbito da protecção e socorro não deixa de cumprir as suas missões policiais autonomamente ou em acções de reforço á componente territorial.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: Hoje o GIPS já tem 11 distritos sob a sua responsabilidade directa, no âmbito da vigilância e primeira intervenção em incêndios florestais, onde tem trabalhado muito bem e com uma elevada taxa de eficácia, a rondar os 98%. A capacidade de trabalho dos elementos do GIPS, quer na componente helitransportada, quer na terrestre, bem como

na articulação operacional entre as duas, tem funcionado excelentemente. Diga-se que a capacidade de primeira intervenção em incêndios florestais, bem como nas outras valências de protecção e socorro, tem vindo a melhorar de ano para ano. Assim, podemos dizer que o seu elevado grau de eficácia da prestação do GIPS tem contribuído de forma relevante para uma melhoria no funcionamento de todo o Sistema.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: Este Sistema adoptou princípios de funcionamento muito semelhantes aos princípios militares: do *Comando Único* e de *Coordenação* de forças. Numa perspectiva optimista, mas simultaneamente realista, poder-se-á dizer que o SIOPS vai “de vento em polpa”, isto é, no primeiro ano teve, como seria expectável, algumas dificuldades na sua implementação, mas actualmente funciona bastante bem, surgindo aqui e ali pequenos problemas, de clarificação de conceitos e de procedimentos a adoptar, que no entanto não põem minimamente em crise o Sistema implementado. Nunca houve uma capacidade de resposta tão eficaz e organizada como a que actualmente existe. Há no entanto sempre campo para aperfeiçoar determinados procedimentos, designadamente na gestão mais eficiente dos meios disponíveis.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único*, *Coordenação* e *Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: Ainda não há uma doutrina consolidada. O sistema de comando e controlo funciona de uma maneira geral bem, ao nível distrital, mas ainda apresenta algumas lacunas a nível municipal. No que diz respeito à GNR estes conceitos têm funcionado bastante bem, porquanto já fazem parte da nossa natureza e da nossa forma de estar como Instituição.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Foram essencialmente quatro: Recrutamento e selecção adequados, uma boa formação da especialidade, um bom enquadramento com oficiais e sargentos tecnicamente habilitados para a função e a disciplina característica dos militares da GNR.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Como foi referido, a criação do GIPS resultou de uma decisão política, sendo que a sua manutenção nos padrões actuais de funcionamento implica sempre a reiteração da decisão política inicial.

Ao longo destes quatro anos, desde a sua criação, o GIPS adquiriu um conjunto de conhecimentos e experiência nas missões de protecção civil em geral e no combate a incêndios florestais em particular, que não seria sensato menosprezar, particularmente num país que não dispõe de nenhuma outra força profissional com as características do GIPS.

Este saber acumulado, conjugado com a criação e o desenvolvimento de diversas valências de protecção e socorro, a aquisição de equipamento que pode dizer-se sem favor que é o mais moderno de que o país dispõe, bem como a rentabilização do GIPS em milhares de acções de reforço ao Territorial, apontam para que se justifique a manutenção do GIPS como a Subunidade da Guarda com missões de Protecção e Socorro em todo o território nacional.

Na eventualidade de não imperarem a racionalidade e a objectividade numa eventual (embora pouco provável) decisão política de desmembramento do GIPS, perderá a vertente Protecção Civil mas, como reverso da medalha, os mais de setecentos militares do GIPS serão absorvidos para as outras missões da Guarda, lucrando seguramente com isso a vertente policial.

Em resumo entendo que, nos anos vindouros, a manutenção do GIPS nos moldes actuais, ou eventualmente com pequenas alterações pontuais, é a modalidade de acção que se me afigura mais viável. Devo no entanto realçar que, á excepção do combate aos incêndios florestais, o GIPS tem vindo a ser subaproveitado nas restantes valências de Protecção e Socorro. Há, no entanto a expectativa de que, de futuro, a ANPC passe a utilizar com mais frequência esta Subunidade de especialistas da Guarda em missões de protecção civil que, pela sua dificuldade e ou complexidade, careçam do empenhamento de profissionais disciplinados, motivados, tecnicamente habilitados e bem equipados, cuja acção operacional, eficiente e eficaz, aumenta á partida as probabilidades de êxito dessas missões.

APÊNDICE B.3

ENTREVISTA 2

Função	<i>Comandante Operacional Nacional ANPC (CONAC)</i>
Nome	<i>António Gil Martins</i>
Posto	<i>Comandante Nacional</i>
Idade	<i>52 Anos</i>
Data	<i>08/06/10</i>
Local	<i>Sede ANPC Carnaxide</i>

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: Estes novos diplomas vieram introduzir variadíssimas alterações ao Sistema antigo, em vigor até 2005. A LBPC veio clarificar as atribuições e competências da Autoridade Política, pois não nos podemos esquecer que o SNPC é um sistema de decisão política e o SIOPS é um sistema de decisão operacional. A LBPC veio alterar muitas ideias e conceitos do sistema antigo e veio clarificar as missões, as funções e as atribuições das Autoridades políticas a nível nacional, distrital e municipal, e veio ainda dar um novo enquadramento à integração das FFAA em acções de protecção civil, de acordo com a LDNFA. Lançou também o SIOPS.

O diploma do SIOPS é uma novidade e cria um sistema de gestão de emergências. Um sistema integrado de gestão de emergência que nunca houve em Portugal. Agrupa todos os agentes de protecção civil e todas as entidades de protecção e socorro. É o primeiro documento que se conhece em Portugal que visa gerir emergências. É um modelo que já existe em muitos países da Europa, aliás de quase todo o Mundo Ocidental.

A LOANPC coloca uma nova organização ao órgão coordenador da protecção civil, em termos institucionais e operacionais. Veio melhorar a fusão de 2003 entre os antigos SNB e o SNPC no SNBPC e clarificar algumas questões relevantes como a organização em três direcções nacionais ou as missões e atribuições da Comissão Nacional. Dá ainda novas competências à ANPC ao nível da fiscalização, coordenação institucional e do comando operacional.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Esta foi uma decisão política tomada pelo MAI, Dr. António Costa e pela sua equipa em 2005.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Julgo que as vantagens superam claramente as desvantagens. Irei portanto referir apenas as vantagens. Trouxe para o Sistema um corpo profissional, disciplinado que pode servir de exemplo a outras forças que estejam relacionadas com o SIOPS. Permitiu profissionalizar o ataque inicial helitransportado aos incêndios florestais. Outra vantagem é o facto de ser uma força policial que se traduz numa mais-valia em tudo o que é vigilância activa e dinâmica na floresta, permanentemente, durante todo o ano. Tem uma forte componente de “pressão policial” sobre a população que muitas das vezes, por negligência ou não, é responsável pela ignição de incêndios, cerca de 97% tem origem humana. Nestes aspectos o GIPS tem feito um trabalho notável.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: Resumidamente, são o exemplo, a disciplina, a coesão e o profissionalismo que demonstra. Tem ainda uma característica importante, no próprio sistema de protecção civil, que é a sua dupla valência como agente de protecção e socorro e como autoridade policial, que os outros não têm. Quando o GIPS faz vigilância terrestre fá-la simultaneamente com uma componente policial, que é diferente de por exemplo, ter uma equipa de Sapadores Florestais no terreno. Há sempre um elemento fiscalizador. Em caso de grandes catástrofes ter uma força que faça esta inter-face entre aquilo que é a decisão política e aquilo que é a decisão operacional é importante porque em grandes desastres há sempre a componente mais policial e a componente mais de socorro. Portanto é relevante que haja uma força que tenha as duas componentes e que possa intervir nos dois âmbitos. Há muitas vezes a necessidade de lidar com aquilo que são as reacções normais das pessoas, em caso de grandes desastres, nomeadamente após 2 ou 3 dias, quando começam a sentir algumas carências que podem resultar em problemas de ordem social e de desordem pública. Considero uma mais-valia uma força que tenha conhecimentos dos dois lados: protecção civil e segurança e ordem. Funciona como um ponto de equilíbrio no terreno.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: O SIOPS nasceu em 2006 e desde essa data tem vindo a desenvolver de uma forma bastante positiva e com maior rapidez que aquilo que se poderia julgar. Evoluiu muito rapidamente e muito bem. Contudo ainda está a “dar os primeiros passos”, embora já tenha dado passos importantes. Só tem 4 anos de vigência mas todos temos aprendido com a implementação do mesmo no terreno. Acho que hoje em dia já ninguém consegue

funcionar sem ser neste sistema. Para além dos agentes de protecção civil “normais” (do dia-a-dia) que funcionam no sistema nós temos a percepção aqui no CNOS que já há várias entidades, como EDP, REFER, PT, etc. que tem interesse em participar no sistema pois entendem que o sistema efectivamente funciona, é bom e é importante que acompanhem e integrem o sistema.

Pergunta 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único, Coordenação e Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: Creio que estamos a melhorar naquilo que respeita à coordenação e cooperação institucional, na gestão de informação e no planeamento, no sentido de harmonizar as relações entre entidades. Após estes 4 anos é possível que a própria Lei tenha que ser analisada e melhorada, no sentido de levar alguns retoques de forma a evoluir.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Na minha opinião foram a sua capacidade de organização ter uma hierarquia consolidada dentro daquilo que é a orgânica da GNR, a disciplina e o sentido de dever, o profissionalismo, a formação. Estes factores que no fundo se vão buscar à instituição militar ajudam a ter um planeamento da resposta e a dar uma resposta mais adequada quando estamos perante uma situação de catástrofe, no âmbito da protecção civil. Muitos dos conceitos que para nós são importante na articulação e redacção das nossas Directivas, Instruções e Planos Nacionais são retirados daquilo que é a estrutura e doutrina militar.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: *(Não se julgou em condições de avaliar esta questão.)*

APÊNDICE B.4

ENTREVISTA 3

Função *Comandante do GIPS*
Nome *António Paixão*
Posto *Tenente-Coronel*
Idade *48 Anos*
Data *07/06/10*
Local *Comando do GIPS – Grafanil*

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: Toda a revisão do Sistema de Protecção Civil, de Portugal, foi resultado da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) Extraordinário, de 29 de Outubro de 2005, na Tapada de Maфра.

Esta RCM fez a avaliação do período catastrófico de 2003 a 2005, em Portugal, e sentiu a necessidade de reorganizar o Sistema da Protecção Civil, criar a Autoridade Nacional de Protecção Civil, através da LBPC, criar o SIOPS, e já no ano passado a reestruturação da LSI pela primeira vez integra a Protecção Civil.

Os preâmbulos, e os artigos 1º e 2º destes diplomas justificam bem os objectivos para o qual foram criados, as suas missões e atribuições, essencialmente.

Tradicionalmente, a GNR sempre teve atribuições do Auxílio e Socorro das populações, no entanto também é consequência desta RCM o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro, que cria o GIPS e consagra o SEPNA dando-lhe responsabilidade de um dos pilares da área da defesa da floresta contra incêndios, passando a Guarda a ter atribuições específicas nesta matéria.

A LSI consagra no Secretário-Geral de Segurança Interna, através das suas novas competências, o comando, a coordenação e o controlo sobre situações de protecção civil e com matérias ou em ambientes NRBQ. A LOGNR, à semelhança da LOPSP, atribui competências genéricas no âmbito do Socorro. Mas contudo difere desta por prever a atribuição de competências específicas à GNR, âmbito da protecção civil, através transposição da missão do GIPS, que foi absorvida pela GNR.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: A RCM de Outubro de 2005 é clara e refere que é criado o GIPS porque o Governo de Portugal sentiu a necessidade de ter um corpo profissional de protecção civil. Há data do Comunicado (29 Outubro 2005) o maior risco eram os incêndios florestais, portanto inicialmente a grande formação e o grande investimento em meios materiais e aposta no GIPS foi para o combate aos incêndios florestais. A opção em Portugal foi para a Guarda, em Espanha foi para o Exército e em França foi para os bombeiros profissionais, que são militares. Cada País escolheu a sua solução.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da sua criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: As grandes vantagens foram a existência de um corpo profissional do Estado e a inserção do GIPS e do SEPNA no SNPC. Estes factos serviram para “abandar o sistema” e motivar os outros organismos a ter iniciativa e a mobilizarem-se no sentido de competir (saudavelmente) com este novo corpo no Sistema.

Temos ainda a sua dupla missão: agentes de autoridade e agentes de protecção civil. Ou seja, em situações de catástrofe ou acidentes graves o GIPS ao chegar ao local onde ocorreu um acidente ou catástrofe, como por exemplo o Haiti, onde houve rapidamente a perda de autoridade, saques e distúrbios de ordem pública, tem desde logo uma dupla valência, enquanto agente de protecção civil e como agente de autoridade. Nesta matéria, nenhuma outra organização, quer a PSP (agente de autoridade como a GNR mas de competência genérica em matéria de protecção civil, mas a GNR através do GIPS tem competência específica) quer as FFAA possuem esta dupla valência. Somos diferentes.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: O GIPS como subunidade da GNR com a missão específica e especialmente preparada e vocacionada para missões de protecção e socorro obviamente que deu um forte contributo no aumento da capacidade de resposta, nas suas diversas valências, através de um corpo profissional. A sua forte especialização, formação técnica contínua e equipamentos adequados foram factores decisivos para a eficácia do SNPC.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: Está bem implementado e funciona eficientemente, mas ainda é muito recente. Existem aspectos que são necessários clarificar, nomeadamente do que respeita aos conceitos de Comando Único e Coordenação. Na minha opinião pessoal, se nós conjugarmos a LDNFA, a LSI e a LRESE é facilmente perceptível quais as atribuições e competências de cada organismo, e em que circunstâncias. Se olharmos para a LRESE em estado de emergência as FFAA reforçam as autoridades civis e o MAI. Esta Lei também esclarece a competências do SGSI para comandar ou não os militares nesse regime. Porque no estado de sítio não há dúvidas! Ficamos todos na dependência do CEMGFA a quem são atribuídas as competências de comando e de gestão.

Julgo que se todos entendermos isto não há qualquer conflito. O essencial é que haja bom senso e ponderação e que cada um conheça o seu lugar.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único*, *Coordenação* e *Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: O SIOPS foi criado num documento que estabelece claramente os conceitos contudo há quem não os queira entender como tal. Um *Comando Único* não pode ser confundido com um *Comando Unificado*. Se houver um incidente só pode haver um gestor do mesmo, à semelhança do que ocorre com Plano de Coordenação, Cooperação e Comando das FFSS onde o gestor do incidente é o Comandante Territorialmente competente. O SIOPS aponta para o mesmo princípio.

Tem que haver um controlador, comandante ou gestor do incidente, que deve ser da estrutura da ANPC, mas este não pode dar ordens aos efectivos das outras entidades, seja a GNR, o Instituto de Meteorologia, ou a qualquer outro agente de protecção civil. Terá que ser através dos Oficiais de Ligação que o gestor solicita a acção ou a intervenção de especialista ou de forças que essa entidade dispõe.

Esse comandante-gestor deve avaliar a situação e solicitar à GNR que com os seus meios reforce ou intervenha numa situação ou numa parte de um incidente. O comandante dos movimentos tácticos e da forma como actuamos é comandante do GIPS, o seu coordenador, ou o oficial destacado para o comando da força. Há na GNR uma hierarquia devidamente estabelecida.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Pelo facto de sermos militares e organizados numa força hierarquizada, comandada e bastante disciplinada. Depois porque está devidamente equipada e sabe bem o que tem que fazer.

Os seus comandantes exercem eficazmente as suas funções de comando, controlo e coordenação dos meios o que torna fácil um corpo com esta características de se evidenciar. O sistema estava fragilizado e teve que ser reorganizado.

Partilho da opinião de outros autores no que respeita à presença do GIPS no SNPC. Serviu, para “abandar” o Sistema e criar corpo profissional de protecção civil do Estado. Uma Nação não pode depender de uma Associação numa matéria tão sensível como a Protecção e Socorro. Uma Associação se assim o entender não sai ou não disponibiliza os meios que possui e não há maneira de a obrigar a sair ou emprestar. Como tal a solução foi a recorrer à GNR, através do GIPS.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Na minha opinião, cada vez mais vamos reduzir o investimento na primeira intervenção nos incêndios florestais, embora continuaremos a ir aos incêndios florestais, de forma musculada, como corpo profissional do Estado criado para responder a grandes incêndios ou a incidentes de grande impacto ambiental.

Dados os consideráveis problemas económico-financeiros que temos em Portugal recorreremos aos fundos do QREN para equipar todas as outras especialidades e valências do GIPS, que esperamos desenvolver.

Cada vez mais caminhamos para um GIPS com efectivos muito reduzidos, altamente especializados, extremamente bem equipados e com um enriquecimento muito grande no enquadramento. Vamos pegar na filosofia das forças especiais, em que por exemplo um capitão comanda um pelotão, um tenente uma secção e um sargento uma equipa. Quanto mais especializados mais conhecimento é necessário.

APÊNDICE B.5

ENTREVISTA 4

Função	<i>Secretário de Estado da Protecção Civil</i>
Nome	<i>Vasco Seixas Duarte Franco</i>
Grau Académico	<i>Licenciado</i>
Idade	<i>52 Anos</i>
Data	<i>12/07/10</i>
Local	<i>Ministério da Administração Interna – Lisboa</i>

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: A revolução que foi feita no SNPC, nos últimos quatro anos, traduz-se basicamente em três pilares fundamentais: 1) unidade de coordenação dos agentes de protecção civil, através da ANPC e de uma nova filosofia introduzida com a nova LBPC, actualizando conceitos que até agora estavam mais dispersos; 2) unidade de comando através de uma estrutura piramidal introduzida com o SIOPS, que nos permite atribuir o comando e a responsabilidade da gestão das forças consoante a complexidade das ocorrências, e de acordo com o princípio da subsidiariedade; e 3) mudança de paradigma em relação à forma como trata as questões do Socorro, muito particularmente os incêndios florestais.

Durante muitos anos estivemos sujeitos a um conjunto de contingências que poderiam afectar a capacidade de resposta, nomeadamente a disponibilidade dos corpos de bombeiros, da sua capacidade de coordenação ou até do seu melhor ou pior apetrechamento.

Com esta reforma, temos hoje um conjunto de meios que garantem uma resposta mais pronta e mais efectiva minorando às contingências anteriormente referidas. Conseguimos uma actuação de tal forma pronta que os grandes incêndios florestais, como os de 2003 e 2005, praticamente desapareceram.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Enquanto deputado na AR tive oportunidade de ter intervenção directa na elaboração da LBPC, em particular, mas fui acompanhando todas estas medidas que foram

sendo tomadas. A criação deste corpo, na GNR, para além de corresponder a um modelo que existe em outros países, permitiu consubstanciar a mudança de paradigma quanto à forma de encarar os riscos.

Necessitávamos de melhorar o grau de prontidão comparativamente com que tínhamos no antigo sistema. Era crucial encontrar uma solução capaz de concretizar esta nova filosofia.

Criar na GNR um corpo profissional de protecção civil parece-me ter correspondido perfeitamente a este objectivo. Por um lado pela presença da GNR em todo o Território Nacional, em particular fora dos grandes centros urbanos, onde as áreas e tipo de riscos a que se pretende responder é maior, quer sejam incêndios florestais, busca e salvamento em montanha, ou outro tipo de desastres naturais ou provocados. Por outro lado, a sua natureza militar e a sua estrutura fortemente hierarquizada proporcionaram o ambiente ideal para a criação deste corpo altamente profissionalizado e com um grau de disponibilidade muito elevado.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Eu não encontro desvantagens. Quanto às vantagens desde logo se realçam dois factores: 1) a capacidade da GNR assegurar um nível de preparação e treino dos seus militares sempre muito elevado, e 2) de ter capacidade de rotatividade dos seus elementos para outras funções, dentro da GNR, com a sua rápida substituição, caso haja algum motivo pessoal ou profissional que condicione a continuidade da uma pessoa naquelas funções. Estes factos permitem garantir sempre elevados graus de prontidão e preparação, num grupo sempre muito homogéneo.

A própria cultura organizacional fomenta um elevado espírito de corpo que em muito contribui para o sucesso da missão.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: Houve uma evolução no Sistema para um modelo em que o grau de prontidão na resposta é fundamental, onde se consegue dar resposta a uma considerável pluralidade de riscos, tendo em conta as suas várias valências, e com um convincente nível de formação contínua e diversificada. Estes foram os atributos que o GIPS conseguiu oferecer de uma forma excelente.

O modelo que o GIPS foi desenvolvendo conseguiu manter elevados graus de eficiência e eficácia, principalmente nas missões mais exigentes. Para aquilo que se pretende do GIPS

julgo que os objectivos estão amplamente cumpridos. A eficácia do Sistema, nas valências que estão cometidas ao GIPS, depende muito do grau de preparação e da capacidade de resposta que o GIPS conseguiu atingir, neste curto prazo de vida.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: O SIOPS, no meu entender, está com um bom nível de implementação, em termos daquilo que seria de esperar, ou seja, o Comando Nacional está a funcionar em pleno e com uma boa integração dos seus vários agentes. O mesmo se passa ao nível distrital. Neste curto tempo de existência houve a compreensão, por parte de cada um dos agentes, daquilo que era a missão que lhe competia e como deveria interagir com os demais. Quando que se introduz um novo elemento num sistema há sempre uma resistência natural à mudança, por ser visto como um corpo estranho. Neste caso houve algumas resistências iniciais mas que rapidamente se dissiparam e deram lugar a boa integração e até a um reconhecimento pelo trabalho realizado.

Há apenas algumas lacunas ao nível da base, isto é, ao nível municipal onde ainda há um longo caminho a percorrer.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único, Coordenação e Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: Houve uma evolução bastante positiva. O conceito de Comando Único está perfeitamente interiorizado entre todos os agentes. A coordenação passa muito pelo uso que se faz dos instrumentos de planeamento de emergência, que são a base onde deve assentar a coordenação entre os agentes para dar resposta aos diferentes tipos de risco. A cooperação institucional corre muito bem tirando um ou outro caso pontual mas que nunca comprometeram a actividade operacional ou a capacidade de resposta.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: São vários. Por um lado o ambiente em que foram criados (GNR) creio que foi o adequado para a implementação e para o sucesso de um corpo desta natureza; por outro lado a capacidade da GNR para estruturar e levantar uma força com estas características. Foi uma boa opção tanto quanto ao modelo a adoptar, quanto aos meios humanos disponibilizados. As pessoas escolhidas para a chefia do Grupo e a forma de

selecção dos elementos para integrar este corpo permitiram obter uma qualidade muito elevada. Constatamos que os níveis de preparação e eficácia são muito bons.

A capacidade que houve para equipar convenientemente este corpo com os meios necessários, tanto para os incêndios como para as diferentes valências também foi um factor que em muito contribuiu para o seu sucesso.

Um outro factor, não menos importante e que levou à aceitação do GIPS, foi o reconhecimento externo, por parte das populações e das diferentes entidades que beneficiam da sua actuação e que tiveram percepção da sua eficácia.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: No momento da vida Nacional em que actualmente vivemos, com necessidade de contenção da despesa pública, os objectivos no imediato passam, necessariamente, por conseguir manter os níveis de prontidão, de preparação e os meios adequados que o GIPS necessita para o desempenho da sua missão. Contudo procuraremos melhorar, no terreno, as instalações, os alojamentos e a capacidade de intervenção. Numa conjectura diferente, em que as disponibilidades orçamentais fossem maiores, o nosso desejo seria ampliar a capacidade do GIPS, nomeadamente ao nível USAR e MP/NRBQ, e eventualmente conferir-lhe novas valências.

APÊNDICE B.6

ENTREVISTA 5

Função 2º Comandante-Geral da GNR
Nome Mourato Cabrita
Posto Tenente-General
Idade 59 Anos
Data 13/07/10
Local Comando-Geral GNR – Carmo

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: Estes diplomas foram sobretudo importantes para reorganizar o SNPC. Permitiram uma adequada reestruturação da ANPC melhorando as suas capacidades e competências. Nos últimos anos, tem sido visível uma melhoria da organização interna da ANPC e da sua relação com os diversos agentes de protecção civil. Mais que o reflexo na GNR estes diplomas tiveram, efectivamente, reflexos na actuação da ANPC enquanto motor de todo este Sistema e responsável primário pelo funcionamento do mesmo.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Os motivos são externos à própria GNR. Foi uma nova missão que a GNR recebeu imposta pelo Governo. A GNR preocupou-se, essencialmente, em estruturar-se da melhor forma e em dar uma resposta capaz às solicitações.

Os anos de 2003 e 2005 foram anos extremamente penosos para a Floresta Nacional e como tal o Poder Político sentiu que o dispositivo que estava montado para proteger a Floresta não estava bem estruturado e não conseguia ser a solução desejada. Após a época de 2005 o Governo sentiu a necessidade de criar um corpo profissional com capacidade de enfrentar os desafios colocados e de forma a melhorar a intervenção nos incêndios florestais. Idealizou o GIPS na GNR à semelhança do que acontece noutros Países.

Pergunta 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: As vantagens directas e indirectas foram muitas e creio que superam em larga medida as desvantagens. Foi criado um corpo profissional altamente motivado, treinado e preparado para o combate aos incêndios, numa primeira etapa. Não menos

importante o facto de o GIPS ter servido de modelo, de incentivo e de motivação para os outros agentes de protecção civil, sobretudo os Bombeiros. Face ao bom desempenho do GIPS foi ainda criada à sua semelhança e imagem uma Força *Especial de Bombeiros*, os *Canarinhos*. Podemos dizer que o GIPS também tem esse mérito pois serviu como modelo para a FEB.

Ao nível regional houve, numa primeira fase, algumas divergências com os corpos voluntários, motivadas por algum “ciúme” ou “inveja”, mas as relações melhoraram e foi entendida a necessidade da existência do GIPS e reconhecida a sua eficácia. Para estes também o GIPS serviu de exemplo e como elemento motivador.

Como desvantagem apenas consigo apontar o facto de termos desviado, progressivamente, cerca de 700 militares de outras tarefas da responsabilidade da GNR.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: O GIPS é actualmente uma peça fundamental na estrutura do SNPC pese embora o facto de a ANPC ainda não ter tido a capacidade para tirar o máximo rendimento das várias valências do GIPS. É importante recordar que o GIPS foi criado numa altura difícil do combate aos incêndios florestais e como tal teve que se vocacionar, essencialmente, para a prevenção e primeira intervenção em incêndios florestais. Mas o GIPS é muito mais que isso, tem muitas outras valências que o acreditam como uma unidade de elite dentro do SNPC. Assim, logo que a ANPC saiba retirar o máximo de proveito das capacidades e competências do GIPS julgo que a sua afirmação no seio deste Sistema será decisiva e definitiva. Para a ANPC o GIPS é um elemento fundamental e indispensável no combate aos incêndios florestais, mas a pouco e pouco a ANPC vai ganhando consciência de que o GIPS tem outras valências e já as vai integrando no seu Planeamento de Emergência e Resposta a Catástrofes, bem como em exercícios.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: O SIOPS é um processo em evolução. Começou do zero e foi fruto, sobretudo, da melhoria da estrutura da ANPC que começou a alargar a sua capacidade de influência para que, progressivamente, o SIOPS se venha implementando. Os agentes de protecção civil são vários, mas podemos dizer que já existe uma coordenação razoável, o Sistema já cobre todo o TN e num curto prazo o SIOPS poderá tornar-se num Sistema de excelência.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional* entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: Estes conceitos são os mais importantes dentro de todo o Sistema. Nos primeiros anos foram evidentes dificuldades, sobretudo, na coordenação e na cooperação entre agentes. Essas contrariedades têm vindo a ser ultrapassadas, progressivamente, tendo-se ganho a consciência, por parte de todos os agentes protecção civil, que o GIPS é mais um agente a trabalhar no SNPC e que não vinha retirar o lugar a ninguém ou que não se iria sobrepor a nenhum dos outros. Os conceitos tem vindo a ser melhorados, com o mérito de alguns militares a desempenhar funções em lugares de relevo na ANPC, o que permitiu que estes conceitos fossem melhor entendidos e compreendidos por todos os agentes.

A concretização destes conceitos ainda não está perto da perfeição mas considero que nenhum deles é hoje um entrave ao correcto funcionamento do Sistema.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Foram vários. Desde logo a grande capacidade de planeamento, organização e de desenho da estrutura da Força, bem como, a motivação dos oficiais nomeados para os diferentes escalões de comando da força; a preparação, a formação e o treino que, todos militares, tiveram para poderem desempenhar correctamente as suas missões; a disponibilização do equipamento adequado à Força desde o início da sua formação; a entrega, o profissionalismo, o espírito de missão e a disponibilidade de todos os elementos que constituem o GIPS.

Naturalmente que o facto dos elementos do GIPS serem militares, também lhes dá uma forma de actuar diferente dos outros agentes e uma responsabilidade acrescida para o cumprimento da missão.

Pergunta 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Questão 8: Atendendo às condicionantes que existem em Portugal, actualmente, a nível financeiro e em termos de recursos humanos não é fácil prever o futuro do GIPS a 5 anos. A curto prazo (3 anos) não há, por enquanto, grande alternativa ao modelo actual. Contudo com este modelo que foi criado, o GIPS terá necessariamente que existir nos próximos

anos. Quando a prevenção estrutural for mais eficiente e em termos políticos for entendido que há capacidades de desenvolver a FEB, é natural que o dispositivo do GIPS se vá retraindo, essencialmente na primeira intervenção no combate aos incêndios, mas mantendo e, eventualmente, desenvolvendo as outras valências para que está habilitado.

APÊNDICE B.7

ENTREVISTA 6

Função	<i>Comandante Operacional Distrital – Coimbra (CODIS-Coimbra)</i>
Nome	<i>António Fernando Ferreira Martins</i>
Posto	<i>Tenente-Coronel GNR</i>
Idade	<i>50 Anos</i>
Data	<i>16/07/10</i>
Local	<i>Comando Operacional Distrital de Coimbra</i>

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: Estes diplomas foram fundamentais para a melhoria da organização da Protecção Civil Traduziram-se numa melhor definição de responsabilidades e do processo de coordenação e cooperação institucional entre as diferentes entidades. A LBPC foi a principal alteração. Todos os outros diplomas se adaptaram a esta. O SIOPS é criado na LBPC. A LOGNR introduz o GIPS que a antiga LOGNR não contemplava.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: O facto de os militares da GNR fazerem parte de uma instituição pública de segurança, por inerência, também faz deles agentes de protecção civil, embora de forma genérica. O GIPS só por si como corpo profissional e de intervenção especializada na área de protecção civil faz dele um agente de protecção civil especial.

Os motivos da sua criação surgiram da necessidade premente de criar um corpo que desse resposta imediata a ocorrências graves por todo o País. O facto de ser na GNR prendeu-se com razões de racionalidade e de eficiência económica, bem como, pelo facto de ser uma organização do Estado implementada em todo o Território Nacional.

O próprio prestígio da GNR que mantêm as suas tropas, permanentemente treinadas, instruídas e com elevada capacidade de projecção foram elementos que levaram o Governo a optar pela GNR como solução mais adequada.

Não poderia ser em Associações (Humanitárias) que não são públicas, que à data apresentavam uma acentuada inoperância, e com algumas deficiências na organização, em algumas zonas do País.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Como vantagens considero a eficiência económica. Foi criado o GIPS numa organização com uma estrutura logística muito bem organizada evitando-se assim a necessidade de criar todo um novo e complexo suporte logístico. A capacidade de organização e de projecção de forças da GNR aliadas à sua estrutura hierarquicamente definida, também foram vantagens para a rápida concretização do GIPS.

Como desvantagem o facto de não ter sido possível à GNR recompletar os seus quadros de pessoal noutras áreas de actuação da GNR, nomeadamente no Serviço Territorial.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: O seu contributo é o mesmo que o de outros agentes de protecção civil. Tem uma elevada capacidade de intervenção e de projecção de forças. É um reforço à capacidade de intervenção e de operacionalidade do Sistema Operacional, onde em alguns casos só existiam os corpos de bombeiros e com algumas dificuldades. Os métodos e metodologias de intervenção foram redefinidos pela Estado/ANPC e o GIPS soube concretizá-los com eficácia e eficiência, servindo de estímulo para os restantes agentes e reagindo com um elevado grau de prontidão.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: O SIOPS está completamente implementado mas ainda carece de algumas afinações porque ainda não é totalmente esclarecedor quanto às competências e responsabilidades das diversas entidades. Contudo, as Directivas Operacionais Nacionais, n.º1 e 2, ajudam a esclarecer melhor aquilo que é o SIOPS e define alguns dos seus conceitos.

O SIOPS define uma estrutura de coordenação operacional entre entidades com características específicas e capacidade de resposta diferentes.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único, Coordenação e Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: O conceito de Comando Único é extremamente importante na gestão de uma qualquer ocorrência. Tanto para saber como essa ocorrência está a evoluir como para

definir uma só estratégia de resposta. Num Teatro de Operações não podemos ter vários comandos, cada um a pensar por si, e a agir de forma diferente.

A cooperação institucional refere-se a um conjunto de entidades que não sendo agentes de protecção civil mas que têm o dever especial de cooperação com os diversos agentes. Tem funcionado muito bem quando solicitado o apoio dessas entidades.

A coordenação, tal como o Comando Único estão perfeitamente concretizados.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Os factores que contribuíram para o sucesso do GIPS foram em grande parte os mesmos que contribuíram para o sucesso dos restantes agentes que foi a reestruturação do modelo de resposta na primeira intervenção. Todos os agentes são importantes numa operação de protecção civil e a sua intervenção com oportunidade, organização e rapidez são o sucesso do GIPS, Bombeiros e outros APC sempre que solicitados.

Através do GIPS criou-se uma nova dinâmica que passou para os outros agentes. Os bons resultados conseguidos, e que determinaram o sucesso do GIPS, foram a sua rapidez de intervenção através do uso de meios aéreos, e a coesão e disciplina, próprios de um grupo com características militares. O factor humano, com todas as boas qualidades que devem ser exigidas, quer nos elementos que integraram o GIPS, quer noutros APC, são a chave para os bons resultados que se pretendem obter.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Irá depender muito das intenções políticas do Governo.

O GIPS foi criado para colmatar uma lacuna que tínhamos no SNPC. Por um lado, estando o problema resolvido e havendo outros elementos que o substituam pode passar a desempenhar outras tarefas no âmbito da missão geral da GNR. Por outro lado, e atendendo à forma como o GIPS tem trabalhado, desde a sua criação, pode crescer e passar a desenvolver outras valências. Será sempre uma decisão política.

APÊNDICE B.8

ENTREVISTA 7

Cargo	Ministro de Estado e da Administração Interna
Nome	<i>António Luís dos Santos Costa</i>
Posto	Licenciado
Idade	49 Anos
Data	20/07/10
Local	Paços do Concelho -Lisboa

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: O Conjunto de legislação que foi feito, nos anos de 2005 e 2006, visou estruturar o SNPC de forma a integrar as diferentes valências da Protecção Civil. O principal problema que se colocava era, essencialmente, a falta de integração e de comando. Era necessário articular os bombeiros voluntários, os corpos profissionais, os sapadores do Ministério da Agricultura, e as novas valências que foram introduzidas no Sistema.

Esta reforma permitiu por um lado, a valorização do papel da GNR, com a criação do GIPS e a consolidação do SEPNA., e por outro estruturar o Sistema, ao nível Nacional, Distrital e Concelhio, de forma a clarificar as cadeias de Comando de todo o Sistema.

Outro problema que esta reforma tentou solucionar foi o sistema de comunicações entre diferentes agentes. Tentámos implementar uma rede de comunicações comum a todos os agentes.

Houve necessidade de montar um Sistema onde se clarifica a instância política e a sua hierarquia; e onde se organiza um Sistema com capacidade de adaptação suficiente para integrar os agentes, devidamente estruturados e hierarquizados.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Foi um daqueles momentos em que a crise ajudou à criatividade. O País contava apenas com uma força de voluntários (Bombeiros), que assentavam num grande amorismo, e como tal com algum impreparação. Foi sentida a necessidade de criar uma força profissional mas faltavam recursos para a criar. Por outro lado, o facto de o maior risco, os incêndios florestais, ter carácter sazonal, não permitia investir numa força que

existisse durante 12 meses e 14 meses de vencimento para só actuar, efectivamente, em 5 meses. Assim, verificado que uma das atribuições da GNR sempre foi a Protecção e Socorro, e que esta era a única estrutura com uma capilaridade tal que abrangia todo o Território Nacional, em particular as zonas mais afectadas nos anos anteriores.

Tínhamos ainda consciência dos requisitos físicos necessários para o combate aos incêndios florestais, um tipo de actividade, que provoca um desgaste muito rápido. A força profissional a criar tinha, necessariamente, que ter uma boa capacidade para aproveitar os seus elementos noutras funções.

Analisados todos estes factores, verificamos que a GNR era a única capaz de cumprir todos estes requisitos: 1) cobria todo o Território Nacional; 2) era uma estrutura já com um enquadramento muito bom, que não implicava um investimento logístico tão grande; 3) tinha a capacidade de rentabilizar os homens durante todo o ano; 4) permitia a continuidade na actividade em outras funções, após o empenhamento nestas mais desgastantes; e 5) era a única estrutura que tinha capacidade de dar uma resposta e levantar uma força operacional em tão pouco tempo.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Sinceramente desvantagens não conheço. Creio que contribui muito para valorizar, positivamente, a imagem da GNR.

Outra vantagem foi o facto de o GIPS ser simultaneamente uma força policial, o que permitiu uma considerável redução no número de incêndios florestais, nas suas zonas do seu patrulhamento.

A própria a criação do GIPS e a consolidação do SEPNA na GNR, fez com que todo o seu dispositivo territorial se mobilizasse e valorizasse mais as questões ambientais.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: O GIPS teve um efeito muito positivo na melhoria do desempenho das outras forças, designadamente, nos bombeiros voluntários. Houve um efeito de emulação, resultante do profissionalismo, do aprumo, do atavio, e do brio que influenciou em muito os corpos de bombeiros. Aliás a Liga adoptou um slogan: “ Amador por opção, Profissionais na acção”.

A criação do GIPS veio provocar um maior empenhamento dos bombeiros voluntários. Foi um elemento claramente motivador de um maior profissionalismo na intervenção de todos os elementos do Sistema.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: Tenho constatado que, mesmo em situações climatéricas idênticas a 2003 e 2005, houve uma considerável diminuição de área ardida, e que as divergências, que inicialmente existiam, entre os diferentes agentes se foram dissipando.

Era muito difícil implementar um novo sistema que colocasse várias entidades a trabalhar em conjunto, muito mais quando as estruturas e culturas, próprias de cada organização, são tão heterogéneas. Mas creio que se conseguiu uma boa articulação e que hoje o SIOPS está a funcionar bem.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de *Comando Único, Coordenação e Cooperação* Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: *(Em virtude das actuais funções que desempenha não conseguiu acompanhar o desenvolvimento desta matéria. Não se julgou em condições de avaliar esta questão.)*

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Primeiramente, a capacidade que a GNR tem para responder aos desafios colocados. Uma vez definida a orientação, a GNR mobilizou todos os meios materiais e humanos para o efeito. Outro factor é a riqueza dos seus quadros (de pessoal) que é muito difícil de igualar. Foi relativamente fácil para o Comandante-Geral da GNR mobilizar um quadro de oficiais, sargentos e guardas com um empenho absolutamente extraordinário.

O forte enquadramento e motivação transmitida pelo Comando, sempre muito empenhado e criativo, permitiram igualmente um bom desempenho.

O facto de muitos dos elementos da GNR serem oriundos de zonas do interior e com grandes zonas florestais fez com que o drama dos incêndios fosse muito sentido por estes e que motivou um empenho suplementar dos mesmos.

Os próprios meios disponibilizados, articulados com a forma de actuar do GIPS contribuíram para um aumento da rapidez de resposta.

A vontade de afirmação do GIPS, como novo corpo de protecção civil, e a sua boa articulação com o SEPNA na vigilância e prevenção também foram factores positivos.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Espero que o GIPS se mantenha. O GIPS foi pensado para intervir, numa primeira fase, prioritariamente nos incêndios florestais mas, não podemos ignorar que o País vive com outros riscos igualmente importantes, desde sismos a cheias. No meu entender devemos ter uma unidade profissional com capacidade de intervenção, em qualquer situação, na área da Protecção e Socorro, tanto a nível nacional como internacional. É importante para a política externa portuguesa ter capacidade de projecção internacional em situações de catástrofe. Veja-se que a acompanhar a nossa iniciativa a Espanha decidiu criar nas Forças Armadas a UME, embora não tenha tido a mesma capacidade e rapidez de implementação que nós tivemos com o GIPS.

O GIPS deve ser entendido como unidade de reserva e assim sendo, na generalidade do tempo, pode ser empenhado em reforço de outras unidades.

APÊNDICE B.9

ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 1

Quadro B.1: Análise de conteúdo à questão n.º 1 (1/2).

RESPOSTA N.º 1	<i>O Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC) em Portugal sofreu nos últimos anos uma profunda reforma legislativa, nomeadamente através da LBPC, SIOPS, LOANPC, LOGNR e da LSI. No seu entender quais foram os contributos que estes diplomas, no seu conjunto, trouxeram?"</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganização da protecção civil em Portugal, e a criação do SIOPS. • Permitiu à GNR alargar a sua influência em matéria de protecção civil. • A defesa das florestas tem 3 pilares fundamentais. • A prevenção operacional que compete à GNR.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificar as atribuições e competências da Autoridade Política. • Novo enquadramento à integração das FFAA em acções de protecção civil. • Lançou também o SIOPS. • Nova organização ao órgão coordenador da protecção civil. • Clarificar algumas questões relevantes como a organização em três direcções nacionais ou as missões e atribuições da Comissão Nacional. • Novas competências à ANPC.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de reorganizar o Sistema da Protecção Civil, criar a Autoridade Nacional de Protecção Civil, criar o SIOPS. • LSI pela primeira vez íntegra a Protecção Civil. • GNR sempre teve atribuições do Auxílio e Socorro das populações. • Consequência desta RCM o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro, que cria o GIPS. • Responsabilidade de um dos pilares da área da defesa da floresta contra incêndios, passando a Guarda a ter atribuições específicas nesta matéria. • Atribuição de competências específicas à GNR, âmbito da protecção civil, através transposição da missão do GIPS, que foi absorvida pela GNR.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Traduz-se em três pilares fundamentais. • Conjunto de meios que garantem uma resposta mais pronta e mais efectiva. • Actuação de tal forma pronta que os grandes incêndios florestais, como os de 2003 e 2005, praticamente desapareceram.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar o SNPC. • Reestruturação da ANPC melhorando as suas capacidades e competências. • Organização interna da ANPC e da sua relação com os diversos agentes de protecção civil.

Quadro B.1: Análise de conteúdo à questão n.º 1 (2/2).

RESPOSTA N.º 1	<i>O Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC) em Portugal sofreu nos últimos anos uma profunda reforma legislativa, nomeadamente através da LBPC, SIOPS, LOANPC, LOGNR e da LSI. No seu entender quais foram os contributos que estes diplomas, no seu conjunto, trouxeram?</i>
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da Protecção Civil. • Definição de responsabilidades e do processo de coordenação e cooperação institucional. • A LBPC foi a principal alteração.” “A LOGNR introduz o GIPS que a antiga LOGNR não contemplava.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar o SNPC de forma a integrar as diferentes valências da Protecção Civil.. • Falta de integração e de comando. • Valorização do papel da GNR, com a criação do GIPS e a consolidação do SEPNA. • Clarificar as cadeias de Comando de todo o Sistema. • Rede de comunicações comum a todos os agentes. • Sistema onde se clarifica a instância política e a sua hierarquia; e onde se organiza um sistema com capacidade de adaptação suficiente para integrar os agentes, devidamente estruturados e hierarquizados.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 2

Quadro B.2: Análise de conteúdo à questão n.º 2 (1/2).

RESPOSTA N.º 2	<i>Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?”</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Foi uma decisão política. • O Governo entendeu por bem criar (...) uma força de protecção e socorro profissional, fiável e com capacidade de resposta em todo o território nacional. • Força militar, organizada, hierarquizada e disciplinada. • Com que se pudesse contar nas alturas mais críticas. • Um «ponto de referência» para as restantes entidades.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Esta foi uma decisão política tomada pelo MAI.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Portugal sentiu a necessidade de ter um corpo profissional de protecção civil. • A opção em Portugal foi para a Guarda. • Cada País escolheu a sua solução.

Quadro B.2: Análise de conteúdo à questão n.º 2 (2/2).

RESPOSTA N.º 2	<i>Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?"</i>
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Permitiu consubstanciar a mudança de paradigma quanto à forma de encarar os riscos. • Necessitávamos de melhorar o grau de prontidão. • Presença da GNR em todo o Território Nacional, em particular fora dos grandes centros urbanos, onde as áreas e tipo de riscos a que se pretende responder é maior. • Natureza militar e a sua estrutura fortemente hierarquizada proporcionaram o ambiente ideal para a criação deste corpo altamente profissionalizado e com um grau de disponibilidade muito elevado.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • São externos à própria GNR. • Missão que a GNR recebeu imposta pelo Governo. • Governo sentiu a necessidade de criar um corpo profissional com capacidade de enfrentar os desafios.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição pública de segurança. • Necessidade premente de criar um corpo que desse resposta imediata a ocorrências graves por todo o País. • Razões de racionalidade e de eficiência económica. • Uma organização do Estado implementada em todo o Território Nacional. • O prestígio da GNR que mantêm as suas tropas, permanentemente treinadas, instruídas e com elevada capacidade de projecção. • Não poderia ser em Associações (Humanitárias) que não são públicas.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • A crise ajudou à criatividade. • O País contava apenas com uma força de voluntários (Bombeiros), que assentavam num grande amadorismo. • Faltavam recursos para a criar. • Carácter sazonal, não permitia investir numa força que existisse durante 12 meses e 14 meses de vencimento para só actuar, efectivamente, em 5 meses. • Atribuição da GNR sempre foi a Protecção e Socorro. • Abrangia todo o Território Nacional, em particular as zonas mais afectadas. • Requisitos físicos necessários para o combate aos incêndios florestais. • Boa capacidade para aproveitar os seus elementos noutras funções. • GNR era a única capaz de cumprir todos estes requisitos: 1) cobria todo o Território Nacional; 2) era uma estrutura já com um enquadramento muito bom, que não implicava um investimento logístico tão grande; 3) tinha a capacidade de rentabilizar os homens durante todo o ano; 4) permitia a continuidade na actividade em outras funções, após o empenhamento nestas mais desgastantes; e 5) era a única estrutura que tinha capacidade de dar uma resposta e levantar uma força operacional em tão pouco tempo.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 3

Quadro B.3: Análise de conteúdo à questão n.º 3.

RESPOSTA N.º 3	Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • A GNR (...) passou a ter um papel preponderante, (...) na protecção e socorro <i>lato senso</i>. • Está permanentemente disponível. • A visibilidade do GIPS contribui para um reforço positivo da imagem geral da Guarda. • Redução dos efectivos para os restantes serviços da Guarda.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo profissional, disciplinado que pode servir de exemplo a outras forças. • Profissionalizar o ataque inicial helitransportado aos incêndios florestais. • Força policial que se traduz numa (...) vigilância activa e dinâmica na floresta, permanentemente, durante todo o ano. • Não encontro desvantagens.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • A existência de um corpo profissional do Estado e a inserção do GIPS e do SEPNA no SNPC. • Motivar os outros organismos a ter iniciativa e a mobilizarem-se no sentido de competir (saudavelmente). • Dupla missão: agentes de autoridade e agentes de protecção civil.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade da GNR assegurar um nível de preparação e treino (...) muito elevado. • Capacidade de rotatividade dos seus elementos para outras funções, dentro da GNR. • Elevados graus de prontidão e preparação, num grupo sempre muito homogêneo. • Cultura organizacional fomenta um elevado espírito de corpo. • As vantagens superam, claramente, as desvantagens.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • GIPS ter servido de modelo, de incentivo e de motivação. • Bom desempenho do GIPS: • Serviu como modelo para a FEB. • Foi entendida a necessidade da existência do GIPS e reconhecida a sua eficácia. • O desvio de 700 militares de outras tarefas da responsabilidade da GNR.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • A eficiência económica. • Foi criado o GIPS numa organização com uma estrutura logística muito bem organizada. • A capacidade de organização e de projecção de forças da GNR aliadas à sua estrutura hierarquicamente definida. • Não ter sido possível à GNR recompletar os seus quadros de pessoal noutras áreas.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar, positivamente, a imagem da GNR. • Ser simultaneamente uma força policial. • Redução no número de incêndios florestais. • Fez com que todo o seu dispositivo territorial se mobilizasse e valorizasse mais as questões ambientais. • Desvantagens não conheço.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 4

Quadro B.4: Análise de conteúdo à questão n.º 4.

RESPOSTA N.º 4	<i>Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Tem trabalhado muito bem. • Com uma elevada taxa de eficácia, a rondar os 98%. • A capacidade de trabalho dos elementos do GIPS. • Elevado grau de eficácia. • Melhoria no funcionamento de todo o Sistema.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • São o exemplo, a disciplina, a coesão e o profissionalismo que demonstra. • Dupla valência como agente de protecção e socorro e como autoridade policial. • Uma força que faça esta inter-face entre aquilo que é a decisão política e aquilo que é a decisão operacional é importante. • Em grandes desastres há sempre a componente mais policial e a componente mais de socorro. • Funciona como um ponto de equilíbrio no terreno.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da capacidade de resposta, nas suas diversas valências. • Forte especialização, formação técnica contínua e equipamentos adequados. • Factores decisivos para a eficácia do SNPC.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Houve uma evolução no Sistema. • O grau de prontidão na resposta. • Um convincente nível de formação contínua e diversificada. • Os objectivos estão amplamente cumpridos. • A eficácia do Sistema, nas valências que estão cometidas ao GIPS. • Grau de preparação e da capacidade de resposta que o GIPS conseguiu atingir.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • Peça fundamental na estrutura do SNPC. • Uma unidade de elite dentro do SNPC. • O GIPS é um elemento fundamental e indispensável.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada capacidade de intervenção e de projecção de forças. • Reforço à capacidade de intervenção e de operacionalidade do Sistema Operacional. • Estímulo para os restantes agentes e reagindo com um elevado grau de prontidão.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • Teve um efeito muito positivo na melhoria do desempenho das outras forças. • Efeito de emulação, resultante do profissionalismo, do aprumo, do atavio, e do brio que influenciou em muito os corpos de bombeiros. • Elemento claramente motivador de um maior profissionalismo na intervenção de todos os elementos do Sistema.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 5

Quadro B.5: Análise de conteúdo à questão n.º 5.

RESPOSTA N.º 5	<i>Como avalia o estado de implementação do SIOPS?</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas dificuldades na sua implementação. • Actualmente funciona bastante bem. • Pequenos problemas, de clarificação de conceitos e de procedimentos a adoptar. • Nunca houve uma capacidade de resposta tão eficaz e organizada como a que actualmente existe.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Tem vindo a desenvolver-se de uma forma bastante positiva e com maior rapidez. • Evoluiu muito rapidamente e muito bem. • Hoje em dia já ninguém consegue funcionar sem ser neste sistema . • o sistema efectivamente funciona, é bom.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Está bem implementado e funciona eficientemente. • Existem aspectos que são necessários clarificar, nomeadamente do que respeita aos conceitos de Comando Único e Coordenação.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Está com um bom nível de implementação. • Está a funcionar em pleno e com uma boa integração dos seus vários agentes. • Houve algumas resistências iniciais. • Boa integração e até a um reconhecimento pelo trabalho realizado.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • O SIOPS é um processo em evolução. • Existe uma coordenação razoável. • O Sistema já cobre todo o Território Nacional. • SIOPS poderá tornar-se num Sistema de excelência.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • O SIOPS está completamente implementado mas ainda carece de algumas afinações.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • As divergências, que inicialmente existiam, entre os diferentes agentes se foram dissipando. • Era muito difícil implementar um novo sistema. • Boa articulação e que hoje o SIOPS está a funcionar bem.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 6

Quadro B.6: Análise de conteúdo à questão n.º 6 (1/2).

RESPOSTA N.º 6	<i>Como avalia a concretização dos conceitos de Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não há uma doutrina consolidada. • O sistema de Comando e Controlo funciona de uma maneira geral bem.

Quadro B.6: Análise de conteúdo à questão n.º 6 (2/2).

RESPOSTA N.º 6	<i>Como avalia a concretização dos conceitos de Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?</i>
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Estamos a melhorar naquilo que respeita à Coordenação e Cooperação Institucional. • No sentido de harmonizar as relações entre entidades. • Após estes 4 anos é possível que a própria Lei tenha que ser analisada e melhorada.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Um Comando Único não pode ser confundido com um Comando Unificado. • Só pode haver um gestor. • Mas este não pode dar ordens aos efectivos das outras entidades. • O gestor solicita a acção ou a intervenção de especialista ou de forças que dessa entidade.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Houve uma evolução bastante positiva. • O conceito de Comando Único está perfeitamente interiorizado entre todos os agentes. • A Cooperação Institucional corre muito bem tirando um ou outro caso pontual.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • Estes conceitos são os mais importantes dentro de todo o Sistema. • Os conceitos têm vindo a ser melhorados. • Ainda não está perto da perfeição.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Comando Único é extremamente importante. • Não podemos ter vários comandos, cada um a pensar por si, e a agir de forma diferente. • A cooperação institucional (...) tem funcionado muito bem quando solicitado o apoio. • A coordenação, tal como o Comando Único estão perfeitamente concretizados.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 7

Quadro B.7: Análise de conteúdo à questão n.º 7 (1/2).

RESPOSTA N.º 7	<i>Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento e selecção. • Boa formação da especialidade. • Bom enquadramento. • A disciplina, característica dos militares da GNR.
Entrevistado n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de organização. • Hierarquia consolidada dentro daquilo que é a orgânica da GNR. • A disciplina e o sentido de dever, o profissionalismo, a formação. • Estrutura e doutrina militar.

Apêndices

Quadro B.7: Análise de conteúdo à questão n.º 7 (2/2).

RESPOSTA N.º 7	<i>Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?</i>
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • O facto de sermos militares e organizados numa força hierarquizada, comandada e bastante disciplinada. • Devidamente equipada e sabe bem o que tem que fazer. • Funções de comando, controlo e coordenação. • O sistema estava fragilizado e teve que ser reorganizado. • Uma Nação não pode depender de uma Associação.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • o ambiente em que foram criados (GNR). • a capacidade da GNR para estruturar e levantar uma força. • As pessoas escolhidas para a chefia do Grupo. • a forma de selecção. • os níveis de preparação e eficácia são muito bons. • A capacidade que houve para equipar convenientemente este corpo. • o reconhecimento externo, por parte das populações e das diferentes entidades. • percepção da sua eficácia.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • grande capacidade de planeamento, organização e de desenho da estrutura da Força. • a motivação dos oficiais nomeados para os diferentes escalões. • a preparação, a formação e o treino. • A disponibilização do equipamento adequado. • Formação; a entrega, o profissionalismo, o espírito de missão e a disponibilidade de todos os elementos. • O facto dos elementos do GIPS serem militares.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção com oportunidade, organização e rapidez. • Nova dinâmica que passou para os outros agentes. • Os bons resultados conseguidos. • Rapidez de intervenção através do uso de meios aéreos, e a coesão e disciplina, próprios de um grupo com características militares. • O factor humano, com todas as boas qualidades que devem ser exigidas.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • A capacidade que a GNR tem para responder aos desafios colocados. • Um quadro de oficiais, sargentos e guardas com um empenho absolutamente extraordinário. • O forte enquadramento e motivação. • Empenho suplementar. • Meios disponibilizados, articulados com a forma de actuar do GIPS contribuíram para um aumento da rapidez de resposta. • A vontade de afirmação do GIPS.

ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO N.º 8

Quadro B.8: Análise de conteúdo à questão n.º 8.

RESPOSTA N.º 8	<i>Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?</i>
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> • A sua manutenção nos padrões actuais de funcionamento implica sempre a reiteração da decisão política inicial. • O País não dispõe de nenhuma outra força profissional coma as características do GIPS. • Numa eventual (embora pouco provável) decisão política de desmembramento do GIPS, (...) os mais de setecentos militares do GIPS serão absorvidos para as outras missões. • Excepção do combate aos incêndios florestais, o GIPS tem vindo a ser subaproveitado nas restantes valências.
Entrevistado n.º 3	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o investimento na primeira intervenção nos incêndios florestais. • Consideráveis problemas económico-financeiros que temos em Portugal. • Equipar todas as outras especialidades e valências do GIPS, que esperamos desenvolver. • Um GIPS com efectivos muito reduzidos, altamente especializados, extremamente bem equipados e com um enriquecimento muito grande no enquadramento. • Vamos pegar na filosofia das forças especiais.
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os níveis de prontidão, de preparação e os meios adequados que o GIPS. • Procuraremos melhorar, no terreno, as instalações, os alojamentos e a capacidade de intervenção. • O nosso desejo seria ampliar a capacidade do GIPS, nomeadamente ao nível USAR e MP/NRBQ, e eventualmente conferir-lhe novas valências.
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> • Não há, por enquanto, grande alternativa ao modelo actual. • O GIPS terá necessariamente que existir nos próximos anos. • Dispositivo do GIPS se vá retraindo, essencialmente na primeira intervenção no combate aos incêndios. • Mantendo e, eventualmente, desenvolvendo as outras valências para que está habilitado.
Entrevistado n.º 6	<ul style="list-style-type: none"> • Irá depender muito das intenções políticas do Governo. • Havendo outros elementos que o substituam pode passar a desempenhar outras tarefas no âmbito da missão geral da GNR. • Pode crescer e passar a desenvolver outras valências.
Entrevistado n.º 7	<ul style="list-style-type: none"> • Espero que o GIPS se mantenha. • não podemos ignorar que o País vive com outros riscos igualmente importantes. • Devemos ter uma unidade profissional com capacidade de intervenção, em qualquer situação, na área da Protecção e Socorro, tanto a nível nacional como internacional. • É importante para a política externa portuguesa ter capacidade de projecção internacional em situações de catástrofe. • O GIPS deve ser entendido como unidade de reserva.

APÊNDICE B.10

ENTREVISTA 8

Cargo *2º Comandante do GIPS*
Nome *Pedro Patrício*
Posto *Major*
Idade
Data *01/06/10*
Local *Comando do GIPS - Grafanil*

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: A reestruturação em geral passou por congregar na LBPC um conjunto de novas formas de ver e implementar a protecção civil. Essas alterações começaram por um redefinir um conjunto de estados de alerta, contingência e calamidade. E integrou as Forças Armadas no mesmo diploma, deixando de haver um diploma próprio.

Estruturalmente identificou duas grandes alterações, que destaco: 1) assumir como agentes de protecção civil os Bombeiros que é uma situação atípica no modelo europeu e 2) a criação de um Sistema Integrado de Protecção e Socorro (SIOPS). Os corpos de bombeiros (CB) não eram agentes de protecção civil, à semelhança da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP). Eram entidades tratadas como tendo atribuições e competências específicas na área do Socorro. A ANPC surge como controladora e reguladora dos CB que não tem com os outros agentes.

A criação da ANPC como autoridade nacional integrou a criação de um conjunto de autoridades nacionais que visavam garantir um conjunto de competências de fiscalização. Assim se justifica alterar o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) para ANPC. Propunha-se criar um corpo de inspectores que garantisse e conseguisse tratar, efectivamente, os problemas de protecção civil com algum rigor ao nível de obrigações, atribuições e competências.

A LSI veio aglutinar todos os outros diplomas com a integração da ANPC, no Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), que já no Euro 2004 tinha sido feita a sua integração como entidade importante mas não tinha acento permanente.

Relativamente à LOGNR, julgo que não foi dada qualquer relevância à protecção civil. Limita-se a manter as atribuições do antecedente e integra as operações de protecção e socorro no âmbito da actividade da UI.

Uma alteração que também merece destaque, ainda que não sustentada em nenhum dos diplomas referidos, é o facto de passar a haver a figura do Secretário-Estado da Protecção Civil.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: Na altura (2005/2006), havia necessidade dar resposta, com algum profissionalismo, ao flagelo dos incêndios florestais, facto que não poderia ser centrado nos corpos voluntários. Estes não tinham capacidade de resposta, nem o grau de prontidão. Tinha que ser garantido através de um agente do Estado.

Assim, foi escolhida a GNR. Podiam ter sido as Forças Armadas mas foi a GNR. Era necessária uma resposta rápida e eficaz que só era possível tendo pessoas em permanência 365 dias por ano, 24 horas por dia.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da sua criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Começa pelo desenvolvimento de uma valência que a GNR já tinha, a Protecção e Socorro, e que faz parte das nossas tarefas diárias. A especialização em protecção civil deve ser vista como a investigação criminal ou a protecção do ambiente. São tarefas que nós já efectuávamos mas partimos para a especialização, mais nada.

Como vantagens tem o facto estar inserido numa organização militar com uma orgânica e dispositivo que permite a progressão dos seus quadros e a reafecção a outras áreas. Tem ainda aquilo que a Marinha chama de “duplo uso”, na medida em que quando não estamos a fazer protecção e socorro estamos simultaneamente garantir o patrulhamento e a produzir segurança. E também pela capacidade da GNR, enquanto organização, em afectar e desafectar os seus militares a um ou outro serviço, dado o seu vasto dispositivo e valências.

Como desvantagem tivemos a dispersão de recursos. Foram criadas novas valências sem reforço orçamental, ou reforço de efectivos para garantir essas novas atribuições. É tudo feito com os meios já existentes o que acaba por esgotar a nossa capacidade operacional naquilo que é a missão base da GNR, a segurança.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: O SNPC deve garantir a protecção das pessoas, dos seus bens e do ambiente. A contribuição do GIPS foi marcante, nos últimos anos, naquilo que se pode

considerar como a viragem dos grandes incêndios. O GIPS garantiu que deixassem de haver grandes incêndios em Portugal, através de uma primeira intervenção adequada e em tempo. Mas nos dois últimos Invernos, as inundações, a neve e os vendavais foram motivos para intervenção do GIPS, e com elevados desempenhos, embora menos mediáticos.

Um segundo contributo, menos explícito, teve na produção de uma concorrência, profissional, com os corpos de Bombeiros e com a FEB que os motivou a organizarem-se melhor. Considero que este foi um factor bastante positivo.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: O conceito do SIOPS desde início foi entendido como sendo positivo, de interesse de todas as organizações, contudo apresenta algumas dificuldades ao nível institucional. E quanto maior a instituição e melhor a sua organização mais difícil é a assimilação de novos conceitos. Entendo que a implementação do mesmo foi enviesada, isto é, desviada do seu fim inicial. Tem que haver a capacidade de entender que as instituições têm a sua identidade, a sua organização e a sua cultura. A protecção civil é feita por todos, ainda que haja quem faça a coordenação.

Quanto ao estado de implementação acho que é bom, mas dificultado pela interpretação humana de alguns termos. O conceito é bom, é válido, é testado, é pertinente. A dificuldade passa pela diversidade de maneiras de estar e interpretar entre militares e civis.

Acho que estamos muito bem ao nível da coordenação mas seria importante rever o texto do SIOPS, no sentido de clarificar alguns conceitos que podem ser mal interpretados.

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: Quanto à concretização dos conceitos creio que foram criadas as estruturas, os centros de coordenação operacional são efectivos, existem e funcionam. Temos lá representantes permanentes das entidades que participam na maioria das operações e intervenções de protecção civil. A sua concretização real ao nível de organização é efectiva, a sua assimilação, ao nível de postura, penso que também tem evoluído significativamente.

O termo “comando único” nas instituições castrenses como as Forças Armadas ou a Guarda Nacional Republicana, a palavra “comando” está associada a um controlo efectivo e total da força que não é admissível acontecer nas operações de protecção civil.

Relativamente aos conceitos de “coordenação” e “cooperação” acho que o estado de implementação é muito bom, de materialização dos mesmos também. O único problema é o de “comando único” que tem interpretações abusivas.

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: A sua eficácia na intervenção. Foi criada uma expectativa relativamente aos incêndios florestais e ela foi concretizada pela eficácia de 98% e 99%, nas suas intervenções, nos diferentes anos. Acho que isso foi a bandeira do sucesso.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Como tendo um papel de agente de protecção civil especializado para intervir em situações específicas e não na rotina do dia-a-dia. O GIPS foi colocado na UI por ser uma unidade de reserva e como tal deveria estar pronto para intervir à ordem e só em situações de maior necessidade.

Na óptica do sistema, e numa visão holística, acredito que o cidadão tem de ser envolvido. Para tal é preciso um investimento no cidadão, ao nível da informação e da sua formação. Neste âmbito acredito que as forças profissionais de protecção e socorro, como é o caso do GIPS, poderão e deverão ser utilizadas como agentes formadores e informadores do cidadão.

APÊNDICE B.11

ENTREVISTA 9

Cargo 2º Comandante-Geral da GNR
Nome Arménio Pinto Cunha Lopes
Posto Tenente-General (Reserva)
Idade
Data 12/07/10
Local Escola da Guarda - Queluz

Questão 1: No seu entender, quais foram os contributos da Reforma legislativa, do SNPC, levada a efeito desde a RCME 29 De Outubro de 2005?

Resposta 1: São todas decisões Estratégicas que foram tomadas pela Política, algumas destas decisões tiveram implicações ao nível da Tática, isto é, da componente operacional da GNR e não me parece terem sido as mais correctas.

Questão 2: Que motivos levaram à criação de um corpo profissional de protecção civil na GNR?

Resposta 2: A criação, na GNR, do GIPS é uma decisão política que aparece após uma RCME de Outubro de 2005, na Tapada de Mafra. O País precisava de uma Força como o GIPS com capacidade para responder no imediato a um problema grave como o que estava a acontecer com os incêndios florestais. Era importante encontrar soluções que respondessem a uma questão que se vinha repetindo todos os Verões. Sendo a GNR uma Instituição de natureza militar, extremamente bem organizada e disciplinada, e estando na dependência directa do MAI, fácil é de entender as razões da sua escolha. Sendo a Guarda uma Força altamente prestigiada pela sua actuação em Timor, pela sua intervenção no Euro 2004, pela actuação do SEPNA etc., a criação do GIPS dentro da Guarda foi a resposta imediata, segura e com maior possibilidade de sucesso que o Governo encontrou para recuperar a iniciativa que tinha perdido nos incêndios florestais.

Questão 3: Quais as vantagens e desvantagens da criação do GIPS na GNR?

Resposta 3: Por um lado a imagem da GNR junto das populações, o GIPS veio reforçar essa imagem, por outro lado trouxe novas valências para a Guarda.

Como desvantagens, aponto o desvio de efectivos nomeadamente dos Postos Territoriais. São sempre os Postos Territoriais que sofrem o desgaste em meios humanos e materiais (viaturas, armamento, material informático etc.)

Diminuíram os efectivos no terreno, diminuíram o número de patrulhas, a Missão prioritária da Guarda a prevenção, sofreu com a activação dos GIPS, começamos a perder a iniciativa em algumas áreas de actuação pela falta de efectivos.

Questão 4: Qual o contributo do GIPS para a eficácia do Sistema Nacional da Protecção Civil?

Resposta 4: Foi uma resposta determinante no combate aos incêndios florestais. Mas não só neste capítulo, julgo que o GIPS faz com que o país esteja mais bem preparado para enfrentar outras situações na área da protecção civil.

Questão 5: Como avalia o estado de implementação do SIOPS?

Resposta 5: *(Não tenho opinião formada. Não acompanhei o processo de implementação).*

Questão 6: Como avalia a concretização dos conceitos de Comando Único, Coordenação e Cooperação Institucional entre os diferentes agentes de protecção civil?

Resposta 6: *(Não tenho opinião formada. Não acompanhei o processo de implementação).*

Questão 7: Na sua opinião quais foram os factores que mais contribuíram para o sucesso do GIPS?

Resposta 7: Primeiramente o facto de ter sido criado, com os alistados que na altura estavam em curso em Portalegre.

Julgo ter sido determinante esse alistamento, que provinha de elementos exclusivos oriundos das Forças Armadas. Todos esses jovens eram já militares (um militar não se faz por decreto), já possuíam pelo menos dois anos de serviço nas FFAA e como tal, vinham com uma experiência e uma vivência militar que facilitou o seu enquadramento. Formação militar forte e saudável, muitos deles com missões em teatros de operações como a Bósnia, Kosovo ou Timor. Uma grande valia para a Guarda, pena é que o Governo tenha alterado a legislação de ingresso para a GNR. O recurso aos militares da Forças Armadas para além de ser um grande incentivo para os jovens ingressarem nas Forças Armadas era uma mais-

valia para a Guarda que recebia homens e mulheres com valores consolidados, com provas já dadas. Este factor, conjugado com um excepcional enquadramento e uma formação técnica apurada, fizeram do GIPS aquilo que hoje é. Mas que não é mais do que o espelho de toda a GNR, onde o Homem, o Patrulheiro do Territorial, do Trânsito ou da Fiscal a pé a cavalo, de moto ou de viatura são o centro de gravidade de toda a Guarda. Não nos devemos esquecer daqueles homens e mulheres mais velhos e mais cansados, que em missões não operacionais, contribuem igualmente para o êxito da Missão da GNR.

Questão 8: Como perspectiva o GIPS num futuro a curto prazo (3/5 anos)?

Resposta 8: Na minha opinião, o GIPS deveria passar para a competência das FFAA de forma a conseguirmos repor os efectivos dos Postos Territoriais. As FFAA pela sua componente logística forte e por um dispositivo territorial, no continente e nas ilhas tem todas as condições para assumir as tarefas do GIPS. Quem tem autoridade policial é a GNR, a ela compete fazer patrulhas, seja nas áreas urbanas ou nas áreas florestais não é às Forças Armadas.

Caso o GIPS se mantenham na GNR espero que o poder político faça a devida compensação de efectivos que a criação do GIPS desviou das missões prioritárias da GNR, a Prevenção.

APÊNDICE C QUESTIONÁRIOS

APÊNDICE C.1 DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA

Sarmento (2008, p.23) considera que, para calcular uma amostra (n) aleatória simples, numa população finita (N), através da estimativa de uma proporção (p), mas garantindo um nível de confiança (λ) e um nível de precisão (D), deve-se utilizar a seguinte fórmula:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Figura C.1: Fórmula para cálculo de uma amostra, numa população finita.

Fonte: Sarmento (2008, p23).

Para determinar a população foi necessário recolher dados, na Secretaria do Comando do GIPS, para confrontação do quadro orgânico com o quadro real de existências, como mostra o Quadro C.1. Dos Oficiais e Sargentos em serviço no GIPS, alguns têm funções administrativas sendo que, neste caso, apenas interessa inquirir os que desempenham funções de Comando. São 63 de um total 87 militares³⁵.

Aplicando-se a fórmula supra mencionada, com um grau de confiança de 95% e um nível de erro de 8%, conclui-se que a nossa amostra deve ser de 54 elementos.

Quadro C.1: Oficiais e Sargentos do GIPS com funções de Comando.

	GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO								
	QUADRO ORGÂNICO			QUADRO EXISTÊNCIAS			QUADRO DE SITUAÇÃO		
	Of.	Sarg.	Total	Of.	Sarg.	Total	Of.	Sarg.	Total
Comando e Especialidades	12	20	32	7	16	23	-5	-9	-9
Companhias	16	55	71	13	51	64	-3	-4	-7
TOTAL	28	75	103	20	67*	87	-8	-10	-16

* Dos 67 Sargentos existentes, apenas 43 ocupam funções de comando (Cmdt. PIPS ou de Secção).

³⁵ Dados fornecidos pela Secretaria do Comando do GIPS em 16-07-2010.

APÊNDICE C.2

QUESTIONÁRIO



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O GRUPO DE INTERVENÇÃO PROTECÇÃO E SOCORRO DA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

- 1.É pedido que participe num estudo científico preenchendo um questionário anónimo. A sua participação é inteiramente voluntária. Coloque todas as dúvidas se não compreender algo.
- 2.Este questionário tem como objectivo a recolha de dados relativos à implementação e articulação do Grupo de Intervenção Protecção e Socorro na GNR e determinar seu contributo no Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC).
- 3.Este estudo é Anónimo, não será pedida qualquer identificação, tendo sido a numeração dos questionários atribuída de forma aleatória.
- 4.Apesar de não ter carácter obrigatório, seria importante que fosse preenchido por si.
- 5.É composto por 3 páginas num total de 11 questões, não existem respostas correctas nem erradas.
- 6.Não existe tempo limite, no entanto, procure não despendar demasiado tempo nas suas respostas.
- 7.Seleccione a sua escolha no círculo respectivo.
- 8.Pode desistir de preencher o questionário a qualquer momento.
- 9.Assim que a informação de todos os questionários tiver sido introduzida num computador, serão arquivados, durante 2 anos, e posteriormente destruídos.
- 10.Em caso de alguma sugestão ou esclarecimento por qualquer motivo relativo ao presente estudo, deve ser contactado o seu autor Aspirante de Cavalaria Ilídio Sarmiento Barreiros, email: ibarreiros@hotmail.com .

LISBOA, JULHO 2010

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Idade:

3. Classe:

Oficial

Sargento

Guarda

4. Unidade de Origem antes de Ingressar no GIPS:

CG

UAF

UNT

CTer

UCC

USHE

EG

UI

5. Tempo de Serviço no GIPS:

1 ano

2 anos

3 anos

4 anos

6. Colocação actual:

Comando

Companhias de Intervenção

Especialidades ou Valências

7. Motivação para Ingresso no GIPS:

Atracção pela missão

Remuneração

Proximidade da área de residência

Outro

Imposição

8. As funções que desempenha estão:

Acima das expectativas

Dentro das expectativas

Abaixo das expectativas

CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO

Leia as seguintes afirmações, seleccionando a resposta que melhor descreve a sua opinião.

9. Na perspectiva das funções de Comando que desempenha, como classifica as seguintes afirmações:

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
As condições físicas do local de trabalho são adequadas para o desempenho das funções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meios materiais disponíveis são adequados para o cumprimento da missão atribuída	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meios materiais disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A formação e o treino são adequados ao desempenho das funções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As matérias ministradas na formação são adequadas às tarefas que desempenha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As especialidades do GIPS são adequadas à missão atribuída	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A formação geral recebida (CPIPS) é suficiente para o cumprimento da missão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meios humanos disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Qual o grau de relevância dos seguintes factores no sucesso do GIPS?

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Extremamente
Coordenação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grau de Prontidão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cooperação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meios Materiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Missão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condição Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Treino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Motivação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disciplina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espírito de Equipa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enquadramento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espírito de Sacrifício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Como avalia a relevância das seguintes características, diferenciadoras do GIPS, comparativamente com os restantes corpos de protecção civil?

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Extremamente
Natureza Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orgão de Policia Criminal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comando Único	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autonomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

Ilídio Sarmiento Barreiros

Aspirante de Cavalaria

APÊNDICE C.3

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DA AMOSTRA

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 1 – GÉNERO

Tabela C.1: Frequência e percentagens relativas à questão n.º1.

Género	Frequência	Percentagem
Masculino	52	96,3
Feminino	2	3,7
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 2 – IDADE

Tabela C.2: Frequência e percentagens, individuais, relativas à questão n.º2.

Idade	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	42	45	Total
Frequência	2	2	4	4	5	2	4	7	3	4	5	4	1	3	2	1	1	54
Percentagem	3,7	3,7	7,4	7,4	9,3	3,7	7,4	13,0	5,6	7,4	9,3	7,4	1,9	5,6	3,7	1,9	1,9	100,0
Média	32,32																	

Tabela C.3: Frequência e percentagens, por grupos etários, relativas à questão n.º2.

Idade	Frequência	Percentagem
25-29	17	31,6
30-34	20	37,0
35-39	15	27,7
>40	2	3,7
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 3 – CLASSE

Tabela C.4: Frequência e percentagens relativas à questão n.º3.

Classe	Frequência	Percentagem
Oficial	12	22,2
Sargento	42	77,8
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 4 - UNIDADE DE ORIGEM

Tabela C.5: Frequência e percentagens relativas à questão n.º4.

Unidade de Origem	Frequência	Percentagem
CG	3	5,6
CTer	11	20,4
EG	8	14,8
UAF	2	3,7
UCC	1	1,9
UI	20	37,0
UNT	2	3,7
USHE	7	13,0
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 5 – TEMPO DE SERVIÇO NO GIPS

Tabela C.6: Frequência e percentagens relativas à questão n.º5.

Anos de Serviço	Frequência	Percentagem
1 Ano	2	3,7
2 Anos	10	18,5
3 Anos	12	22,2
4 Anos	30	55,6
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 6 – COLOCAÇÃO ACTUAL

Tabela C.7: Frequência e percentagens relativas à questão n.º6.

Colocação Actual	Frequência	Percentagem
Comando	6	11,1
CIPS	40	74,1
Especialidades ou Valências	8	14,8
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 7 – MOTIVAÇÃO PARA INGRESSO NO GIPS

Tabela C.8: Frequência e percentagens relativas à questão n.º7.

Motivação para ingresso	Frequência	Percentagem
Atracção pela Missão	31	57,4
Proximidade da área de residência	6	11,1
Imposição	6	11,1
Remuneração	7	13,0
Outro	4	7,4
Total	54	100,0

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 8 – AS FUNÇÕES QUE DESEMPENHA NO GIPS

Tabela C.9: Frequência e percentagens relativas à questão n.º8.

Funções que desempenha	Frequência	Percentagem
Acima das expectativas	17	31,5
Dentro das expectativas	30	55,6
Abaixo das expectativas	7	13,0
Total	54	100,0

APÊNDICE C.4

TESTE ALFA DE CHRONBACH

Este questionário foi preenchido por 54 militares das classes de Oficiais e Sargentos com funções de Comando no GIPS.

O teste de Alfa de Cronbach foi efectuado a todas as questões que constituem a caracterização da opinião dos inquiridos, num total de 27.

Tabela C.10: Resultado do Teste Alfa de Cronbach.

Consistência Interna	
Alfa de Cronbach	N.º de Itens
, 895	27

APÊNDICE C.5

CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 9

Na perspectiva das funções de Comando que desempenha, como classifica as seguintes afirmações.

Quadro C.2: Frequências, percentagens e médias relativas à questão n.º 9.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Média de avaliação	Contagem de resp.
As condições físicas do local de trabalho são adequadas para o desempenho das funções	13,0% (7)	48,1% (26)	7,4% (4)	25,9% (14)	5,6% (3)	2,63	54
Os meios materiais disponíveis são adequados para o cumprimento da missão atribuída	1,9% (1)	25,9% (14)	1,9% (1)	59,3% (32)	11,1% (6)	3,52	54
Os meios materiais disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída	1,9% (1)	44,4% (24)	7,4% (4)	46,3% (25)	0,0% (0)	2,98	54
A formação e o treino são adequados ao desempenho das funções	1,9% (1)	13,0% (7)	5,6% (3)	64,8% (35)	14,8% (8)	3,78	54
As matérias ministradas na formação são adequadas às tarefas que desempenha	0,0% (0)	9,3% (5)	7,4% (4)	74,1% (40)	9,3% (5)	3,83	54
As especialidades do GIPS são adequadas à missão atribuída	0,0% (0)	3,7% (2)	5,6% (3)	40,7% (22)	50,0% (27)	4,37	54
A formação geral recebida (CPIPS) é suficiente para o cumprimento da missão	0,0% (0)	13,0% (7)	3,7% (2)	61,1% (33)	22,2% (12)	3,93	54
Os meios humanos disponíveis são em número suficiente para o cumprimento da missão atribuída	3,7% (2)	25,9% (14)	13,0% (7)	53,7% (29)	3,7% (2)	3,28	54

Tabela C.11: Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º 9

Questão n.º 9	Q9.1	Q9.2	Q9.3	Q9.4	Q9.5	Q9.6	Q9.7	Q9.8
Média	2,63	3,52	2,98	3,78	3,83	4,37	3,93	3,28
Desvio Padrão	1,170	1,059	1,000	, 925	, 720	, 760	, 887	1,017
Moda	2	4	4	4	4	5	4	4
Máximo	5	5	4	5	5	5	5	5
Mínimo	1	1	1	1	2	2	2	1

CRUZAMENTO DE DADOS DAS QUESTÕES N.º 6 E N.º9.1.

Tabela C.12: Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q.6 e Q.9.1.

Q.6 Colocação Actual	Q.9.1 Condições físicas do local de trabalho					Total
	(DT)	(D)	(NCND)	(C)	(CT)	
Comando	0	0	0	4	2	6
CIPS	6	22	4	7	1	40
Especialidades ou Valências	1	4	0	3	0	8
Total	7	26	4	14	3	54

CRUZAMENTO DE DADOS DAS QUESTÕES N.º 6 E N.º9.2.

Tabela C.13: Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q.6 e Q.9.2.

Q.6 Colocação Actual	Q.9.1 Adequados meios materiais à missão					Total
	(DT)	(D)	(NCND)	(C)	(CT)	
Comando	0	0	0	5	1	6
CIPS	1	13	1	21	4	40
Especialidades ou Valências	0	1	0	6	1	8
Total	1	14	1	32	6	54

CRUZAMENTO DE DADOS DAS QUESTÕES N.º 6 E N.º9.8.

Tabela C.14: Resumo dos valores do cruzamento de dados entre Q.6 e Q.9.8.

Q.6 Colocação Actual	Q.9.8 Meios humanos suficientes					Total
	(DT)	(D)	(NCND)	(C)	(CT)	
Comando	0	1	1	3	1	6
CIPS	2	10	6	21	1	40
Especialidades ou Valências	0	3	0	5	0	8
Total	2	14	7	29	2	54

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 10

Qual o grau de relevância dos seguintes factores no Sucesso do GIPS?

Quadro C.3: Frequências, percentagens e médias relativas à questão n.º 10.

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Extremamente	Média de avaliação	Contagem de resp.
Coordenação	0,0% (0)	18,5% (10)	40,7% (22)	27,8% (15)	13,0% (7)	3,35	54
Grau de Prontidão	0,0% (0)	0,0% (0)	1,9% (1)	46,3% (25)	51,9% (28)	4,50	54
Cooperação	0,0% (0)	22,2% (12)	37,0% (20)	29,6% (16)	11,1% (6)	3,30	54
Meios Materiais	1,9% (1)	22,2% (12)	40,7% (22)	27,8% (15)	7,4% (4)	3,17	54
Formação	0,0% (0)	22,2% (12)	29,6% (16)	35,2% (19)	13,0% (7)	3,39	54
Missão	0,0% (0)	40,7% (22)	29,6% (16)	25,9% (14)	3,7% (2)	2,93	54
Condição Física	0,0% (0)	0,0% (0)	3,7% (2)	33,3% (18)	63,0% (34)	4,59	54
Treino	0,0% (0)	3,7% (2)	37,0% (20)	42,6% (23)	16,7% (9)	3,72	54
Motivação	1,9% (1)	1,9% (1)	11,1% (6)	57,4% (31)	27,8% (15)	4,07	54
Disciplina	0,0% (0)	0,0% (0)	9,3% (5)	59,3% (32)	31,5% (17)	4,22	54
Natureza Militar	0,0% (0)	0,0% (0)	7,4% (4)	33,3% (18)	59,3% (32)	4,19	54
Espírito de Equipa	0,0% (0)	1,9% (1)	13,0% (7)	57,4% (31)	27,8% (15)	4,11	54
Enquadramento	1,9% (1)	0,0% (0)	5,6% (3)	33,3% (18)	59,3% (32)	4,48	54
Espírito de Sacrifício	0,0% (0)	0,0% (0)	7,4% (4)	64,8% (35)	27,8% (15)	4,20	54
Disponibilidade	0,0% (0)	1,9% (1)	3,7% (2)	42,6% (23)	51,9% (28)	4,44	54

Tabela C.15: Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º 10 (Q10.1 a Q10.7).

Questão N.º 10	P10.1	P10.2	P10.3	P10.4	P10.5	P10.6	P10.7
Média	3,35	4,50	3,30	3,17	3,39	2,93	4,59
Desvio Padrão	,935	,541	,944	,927	,979	,908	,567
Moda	3	5	3	3	4	2	5
Máximo	5	5	5	5	5	5	5
Mínimo	2	3	2	1	2	2	3

Tabela C.16: Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º 10 (Q10.8 a Q10.15).

Questão N.º 10	Q10.8	P10.9	P10.10	P10.11	P10.12	P10.13	P10.14	P10.15
Média	4,52	3,72	4,07	4,22	4,11	4,48	4,20	4,44
Desvio Padrão	,637	,787	,797	,604	,691	,771	,562	,664
Moda	5	4	4	4	4	5	4	5
Máximo	5	5	5	5	5	5	5	5
Mínimo	3	2	1	3	2	1	3	2

ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 11

Como avalia a relevância das seguintes características, diferenciadoras do GIPS, comparativamente com os restantes Corpos de Protecção Civil.

Quadro C.4: Frequência, percentagens e médias relativas à questão n.º 11

	Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Extremamente	Média de avaliação	Contagem de resp.
Natureza Militar	0,0% (0)	0,0% (0)	3,7% (2)	46,3% (25)	50,0% (27)	4,46	54
Orgão de Policia Criminal	0,0% (0)	0,0% (0)	5,6% (3)	46,3% (25)	48,1% (26)	4,43	54
Comando Único	1,9% (1)	31,5% (17)	27,8% (15)	22,2% (12)	16,7% (9)	3,20	54
Autonomia	5,6% (3)	24,1% (13)	44,4% (24)	16,7% (9)	9,3% (5)	3,00	54

Tabela C.17: Resumo dos valores de estatística descritiva relativos à questão n.º 12.

Questão N.º 11	Q11.1	Q11.2	Q11.3	Q11.4
Média	4,46	4,43	3,20	3,00
Desvio Padrão	, 573	, 602	1,122	1,009
Moda	5	5	2	3
Máximo	5	5	5	5
Mínimo	3	3	1	1

ANEXOS

ANEXO D

CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

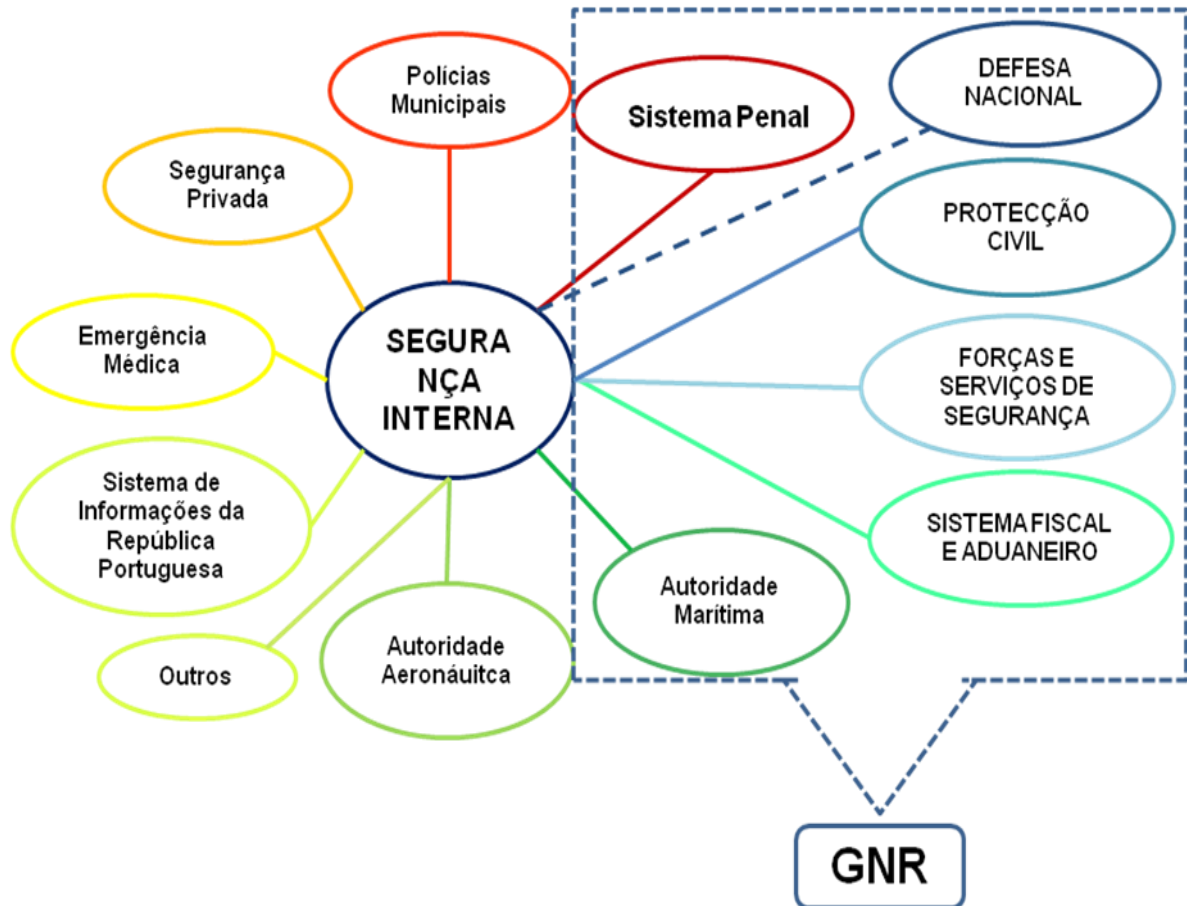


Figura D.1: Actuação da GNR no Sistema de Segurança Interna.

Fonte: Adaptado de Branco, (2010, p.169)

ANEXO E

IMPLANTAÇÃO TERRITORIAL DO GIPS

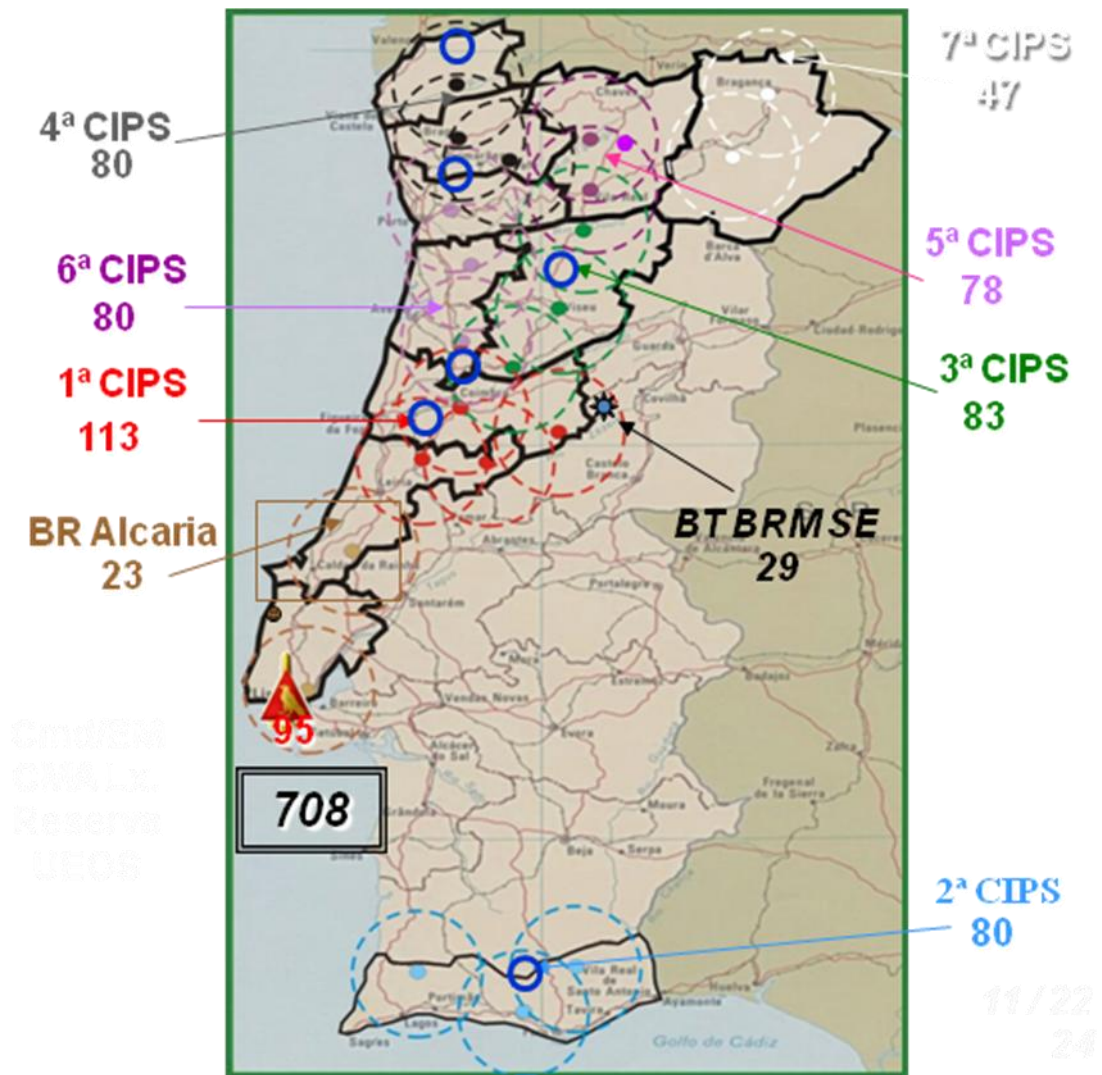
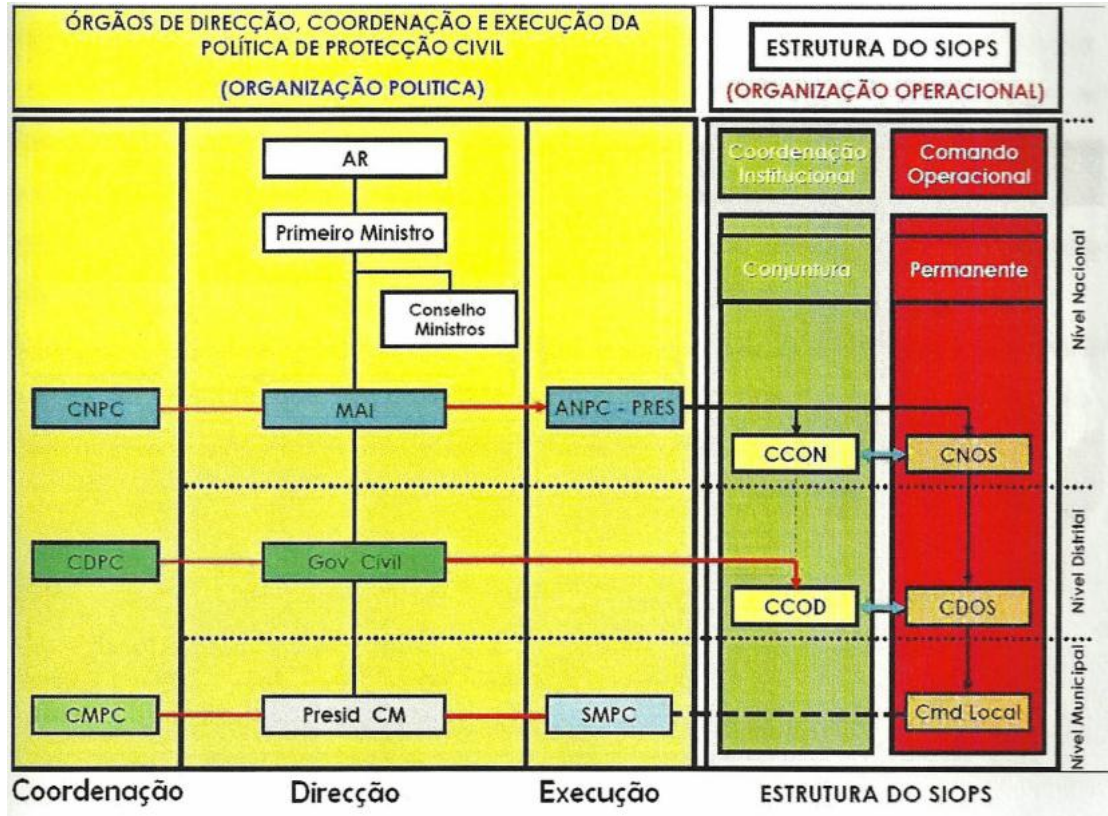


Figura E.1: Dispositivo Territorial e Zonas de Actuação do GIPS, em 2010.

Fonte: Adaptado de GIPS (2010)

ANEXO F

ESTRUTURA DA PROTECÇÃO CIVIL



Quadro F.1: Estrutura da Protecção Civil

Fonte: ANPC (2010)

ANEXO G

ESTRUTURA ORGÂNICA DA GNR



Figura G.1: Esquema da Estrutura Orgânica da GNR

Fonte: GNR (2010)

ANEXO H

ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO

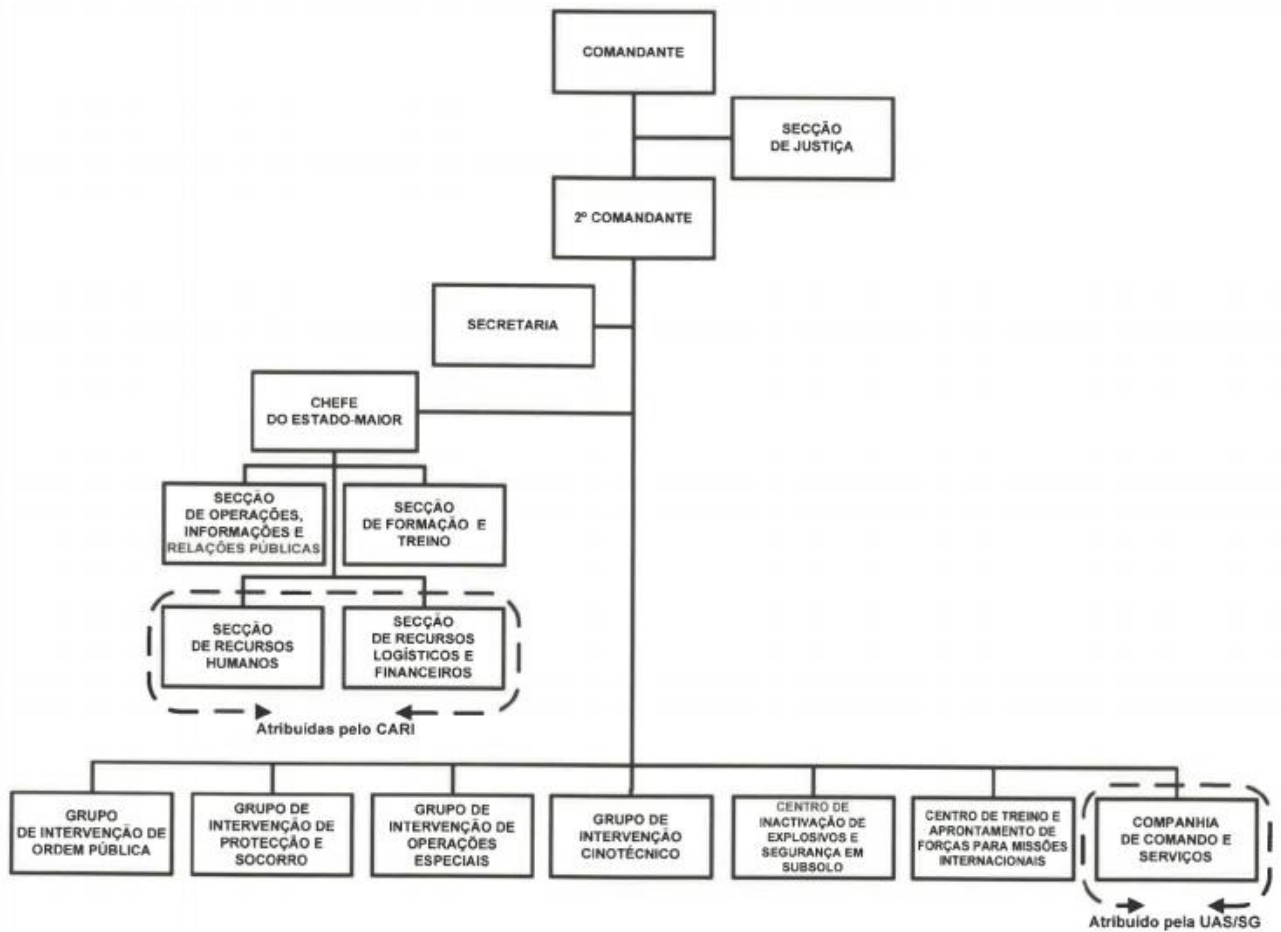


Figura H.1: Estrutura Orgânica da Unidade de Intervenção

Fonte: GNR (2010)

ANEXO I

ESTRUTURA ORGÂNICA O GIPS

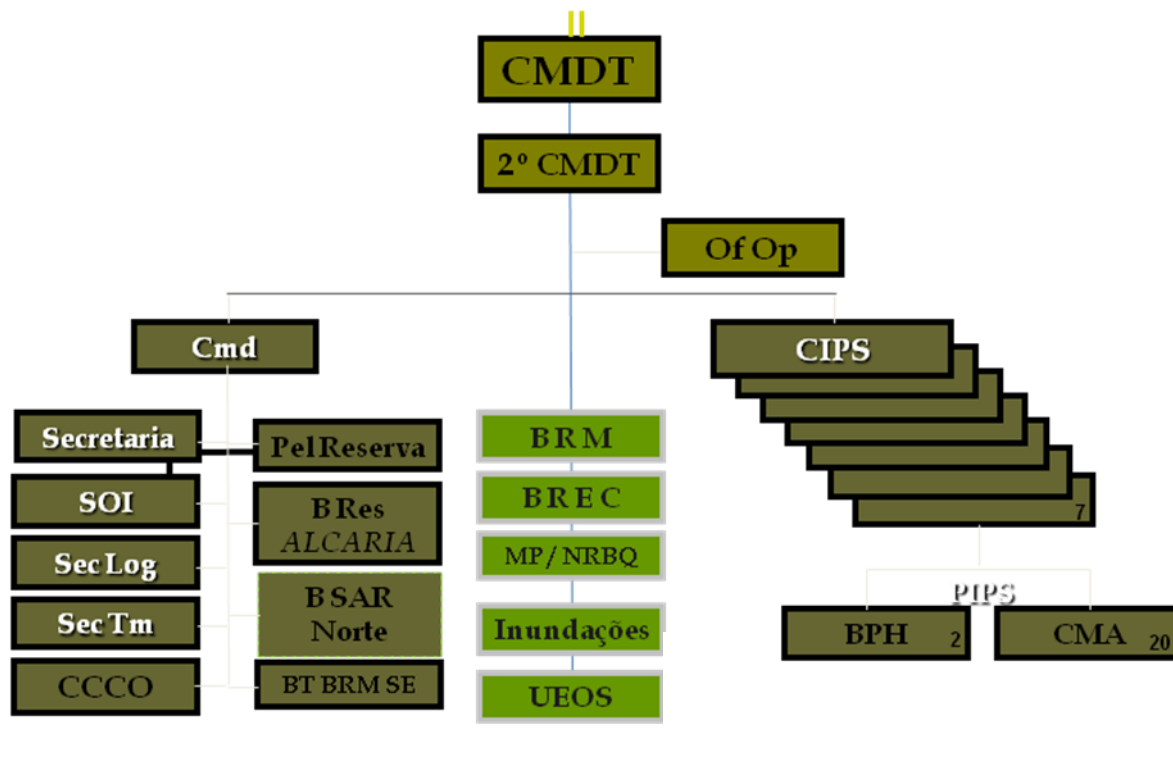


Figura I.1: Estrutura Orgânica do GIPS

Fonte: GIPS (2010)

Legenda:

- BREC: Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
- BRM: Busca e Resgate em Montanha
- CCCO: Centro de Comando e Comunicações Operacional
- CIPS: Companhia de Intervenção Protecção e Socorro
- CMA: Centro de Meios Aéreos
- Cmd: Comando
- CMDT: Comandante
- Of Op: Oficial de Operações
- Sec Log: Secção Logística
- Sec Tm: Secção de Transmissões
- SOI: Secção de Operações e Informações
- UEOS: Unidade Especial de Operações Subaquáticas

ANEXO J

ESTRUTURA ORGÂNICA DA ANPC

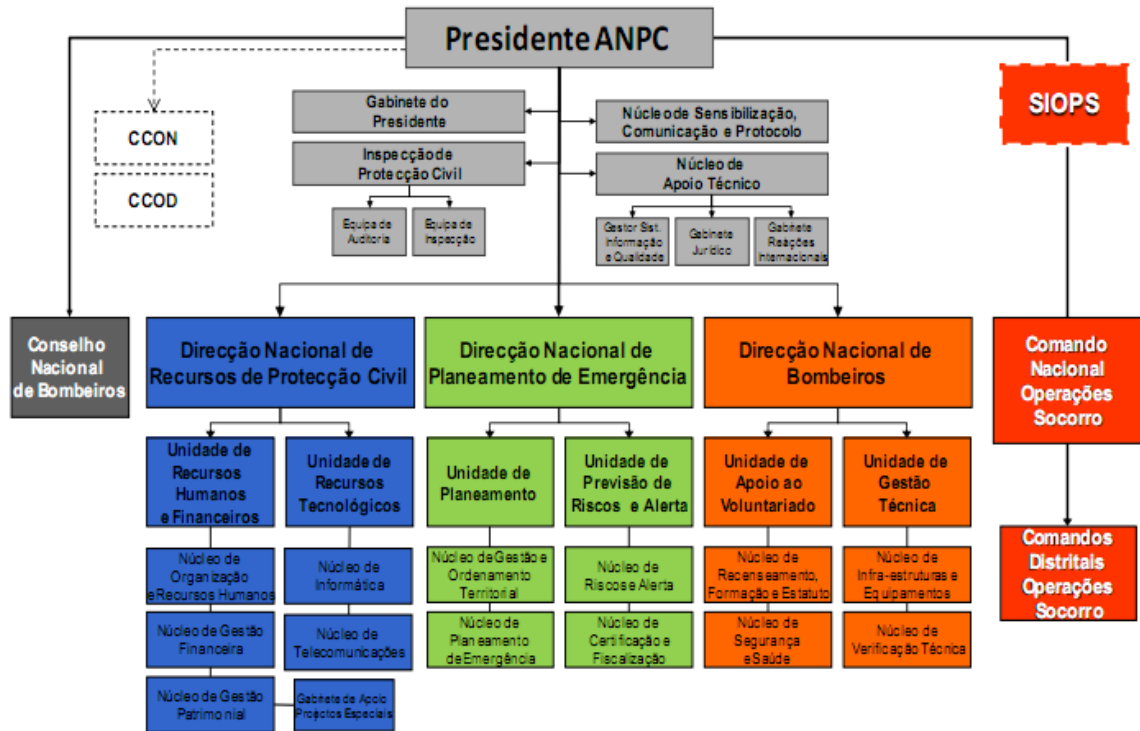


Figura J.1: Organograma da ANPC

Fonte: ANPC (2010)

Legenda:

- CCON: Centro de Comando Operacional Nacional
- CCOD: Centro de Comando e Controlo Distrital

ANEXO L

EXTRACTO DO MANUAL DE OPERAÇÕES DA GNR

CAPÍTULO XV

AUXÍLIO E SOCORRO

1. GENERALIDADES

O auxílio e socorro às populações tem sido uma missão tradicionalmente, atribuída à Guarda Nacional Republicana e mesmo às instituições que a antecederam. Numa análise, mesmo superficial, sobre a evolução da Guarda ao longo do tempo, verificar-se-á que a esta vertente da missão geral sempre foi atribuída grande importância e que a lei, sempre lhe conferiu poderes e competências neste domínio, normalmente em conjugação com outros organismos, aquando da ocorrência de catástrofes ou calamidades ou na simples ajuda a qualquer pessoa vítima da acção humana ou da natureza.

2. DEFINIÇÃO

As OPERAÇÕES DE AUXÍLIO E SOCORRO são acções desencadeadas para prevenir, evitar ou minimizar os efeitos de acidentes, catástrofes ou calamidades resultantes da acção humana ou da natureza.

3. FINALIDADE

As OPERAÇÕES DE AUXÍLIO E SOCORRO têm como finalidade:

- Prevenir a ocorrência de riscos resultantes de acidente, catástrofe ou calamidade;
- Atenuar os riscos individuais e colectivos e limitar os seus efeitos;
- Socorrer as pessoas em perigo e defender e preservar os seus bens.

4. CLASSIFICAÇÃO

As OPERAÇÕES DE AUXÍLIO E SOCORRO classificam-se em:

a. Operações planeadas

São aquelas em que existe planeamento com base numa previsão dos acontecimentos e em que a ocorrência é típica e localizada;

b. Operações inopinadas

São aquelas que são desencadeadas para fazer face a situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades de tipo imprevisível, para os quais não existe qualquer tipo de planeamento;

c. Operações ordinárias

São aquelas que são desempenhadas durante a actuação normal das forças da Guarda na sua actividade diária. São, por norma, situações de pequena dimensão que não obrigam à adopção de dispositivos complexos nem à utilização de meios especiais. Neste tipo de operações é fundamental a preparação individual e capacidade de iniciativa e decisão do militar da Guarda.

5. PLANEAMENTO

Para as operações planeadas existem planos integrados de actuação, no âmbito do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), nos quais são definidas as missões da Guarda.

Para as restantes operações não existe planeamento prévio, dependendo este do tipo de situação que se depara e do conhecimento que se tem da mesma.

6. EXECUÇÃO

Perante qualquer situação anormal e da qual resulte perigo latente ou efectivo para pessoas e bens, deve tal facto ser comunicado pela forma mais rápida, ao escalão superior, ao mesmo tempo que se deslocará para o local uma patrulha com missão de efectuar uma primeira análise da situação, para que, se desencadeiem as acções mais pertinentes.

De qualquer modo, e seja qual for a ocorrência, há medidas a tomar de imediato, nomeadamente:

- Informar outras entidades (*bombeiros, hospitais, Serviços de Protecção Civil*);
- Isolar o local e impedir o acesso à área das pessoas que só vão para observar, dificultando a intervenção das diversas entidades;
- Tentar evitar o pânico, aconselhando as pessoas a manter a calma e a serenidade;

Manter acessos desimpedidos que permitam a fácil circulação de viaturas de socorro, principalmente na área do sinistro e nas proximidades dos hospitais e centros de saúde;

Em caso de acidentes com aeronaves, preservar os indícios existentes no local, até à chegada dos elementos técnicos, mantendo o acesso a esses locais interdito;

Em casos de ameaça de deflagração de engenhos explosivos, evacuar de imediato o local mantendo o acesso interdito, até ser efectuada uma inspecção ao local por pessoal especialização.

Estas medidas são as mais usuais para a generalidade das situações, existindo ocorrências em que se aplicarão somente algumas. Poderão surgir eventos que, pela sua especificidade, obriguem outro tipo de medidas.

Para a generalidade das situações a sequência das acções deverá ser a seguinte:

Determinar a ameaça/ocorrência e informar;

Diminuir ou sanar os seus efeitos, desenvolvendo acções de socorro e segurança de pessoas e bens;

Restabelecer a normalidade da situação;

Elaborar relatórios acerca da ocorrência.

7. ACTUAÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO ÂMBITO DO SNPC

A Guarda exerce funções de protecção civil de acordo com as suas atribuições, pelo que tem um representante que integra a Comissão Nacional de Protecção Civil. Esta comissão funciona na dependência do 1º Ministro ou, por sua delegação, na do Ministro da Administração Interna.

A nível regional (distrital ou municipal), a Guarda integra as respectivas comissões de protecção civil.

Estas comissões devem ter actualizado, para respectivas áreas:

- levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos colectivos de origem natural ou tecnológica;
- uma análise permanente das vulnerabilidades, perante situações de risco, devidas á acção do homem ou da natureza;

informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de auto-protecção e de colaboração com as autoridades;

- planeamento de soluções de emergência visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis ao nível local e regional;
- estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais.

ANEXO M

EXTRACTO DO REGULAMENTO GERAL DO SERVIÇO DA GNR

REGULAMENTO GERAL DO SERVIÇO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Título I Princípios Gerais

Capítulo I

Generalidades

Artigo 1.º (Finalidade)

O serviço da Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, tem em vista garantir o cumprimento da missão que lhe está atribuída, bem como o respectivo funcionamento interno.

Artigo 2.º

(Princípios gerais de conduta)

1. Em todos os seus actos o militar da Guarda deve manifestar dotes de carácter, espírito de obediência e de sacrifício e aptidão para bem servir, que lhe permitam e o capacitem para zelar activamente pelo respeito das leis e pela protecção da população e da propriedade, através do cumprimento das mais diversificadas missões policiais, de trânsito, fiscais, de segurança e ordem pública, honoríficas, de protecção e socorro e militares, que lhe impõem um desempenho contínuo e empenhado.

2. Devotado ao serviço da lei e da grei, o militar da Guarda obriga-se a nortear a sua actuação em conformidade com os códigos de conduta e demais deveres estatutários e disciplinares.

3. O militar da Guarda deve providenciar para que se encontre permanentemente contactável.

(...)

Artigo 6.º

(Áreas em que se desenvolve a missão da Guarda)

1. A missão atribuída à Guarda desenvolve-se, fundamentalmente, nas seguintes áreas:

- a. Policial;
- b. De segurança e ordem pública;
- c. De fiscalização e regulação da circulação rodoviária;
- d. De fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro;
- e. De controlo costeiro;
- f. De investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira;
- g. De protecção da natureza e do ambiente;
- h. De protecção e socorro;
- i. Honorífica e de representação;
- j. Militar.

(...)

10. As missões de protecção e socorro são genericamente efectuadas por todas as unidades da Guarda e particularmente pelo Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da Unidade de Intervenção (GIPS/UI). Inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações que tal exijam, com especial incidência nas situações de crise.

(...)

Capítulo VII

SERVIÇO DE PROTECÇÃO E SOCORRO

Artigo

194.º

(Âmbito)

1.A Guarda executa acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência, de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais, catástrofes naturais e acidentes graves.

2.A Guarda promove ainda a protecção, o socorro e o auxílio aos cidadãos e a preservação dos seus bens que se encontrem em situação de perigo resultante de causas provenientes da acção humana ou da natureza.

(...)

Artigo 195.º

(Vigilância e prevenção contra incêndios)

A Guarda, no cumprimento diário da sua missão geral, executa acções de vigilância e de prevenção contra incêndios, especialmente direccionadas para as áreas florestais e agrícolas, pelo que as suas unidades devem:

1.Utilizar os meios materiais e humanos à disposição, particularmente através do dispositivo territorial, na protecção da natureza e na protecção e socorro das populações.

2.Colaborar com as autoridades intervenientes, especialmente com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, na articulação das medidas necessárias.

3.Estabelecer contactos com as populações, participando, por iniciativa própria ou em conjunto com outras entidades, em acções de sensibilização e informação.

4.Comunicar ao comando imediato todas as acções ou acontecimentos em que localmente estejam envolvidas.

5.Especialmente no período crítico, e sempre que as condições climatéricas o justifiquem, os efectivos da Guarda em geral, e os das valências SEPNA e do GIPS em especial, devem:

- a. Atribuir especial prioridade à vigilância das áreas florestais, matas, arvoredos e searas, procurando detectar princípios de incêndios, contribuindo com a vigilância móvel para aumentar o efeito de dissuasão;
- b. Manter sob especial observação e identificar agentes causadores ou

- suspeitos de incêndios ou situações e comportamentos anómalos;
 - c. Exercer esforço de patrulhamento nas zonas não cobertas pelos sistemas de vigilância;
 - d. Fiscalizar o cumprimento das determinações vigentes na lei referentes à defesa da floresta contra incêndios, dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios;
 - e. No contacto com as populações sensibilizar e incentivar a comunicação à Guarda do menor sinal de presença de elementos suspeitos.
6. Sempre que sejam detectados focos de incêndio, alertar de imediato o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) a fim de serem accionados os meios de 1ª intervenção.
7. Exercer a coordenação das acções de vigilância através das Equipa de Manutenção e Exploração da Informação Florestal (EMEIF).
8. Realizar, através do GIPS, acções de primeira intervenção em fogos nascentes.

Artigo 196.º

(Actuação em incêndios)

1. Ao tomar conhecimento da eclosão de um incêndio, o Comandante da área respectiva faz deslocar para o local o efectivo disponível sob o seu comando, certificando-se que os meios de combate foram accionados e informa o escalão superior.

2. Ao Comandante da área no local do incêndio cumpre o seguinte:

- a. Na ausência de elementos especializados no combate a incêndios ou enquanto aqueles não ocorrem ao local, auxiliar na extinção do fogo, dando com o seu procedimento exemplo de coragem e de filantropia, dedicando-se ao salvamento de pessoas e haveres;
- b. Ainda na ausência de elementos especializados no combate a incêndios ou enquanto aqueles não ocorrem ao local, adoptar as medidas necessárias à coordenação dos esforços para a extinção do incêndio, devendo evitar a confusão e proibir no local a permanência de maior número de pessoas que as necessárias;
- c. Proceder, em caso de necessidade, à evacuação de pessoas do local do sinistro;
- d. Na presença dos serviços especializados coordenar, com o responsável no local, as acções a tomar e adoptar as medidas policiais adequadas;
- e. Dar início de imediato a investigações procurando, com a colaboração dos elementos especializados de combate a incêndios no local, averiguar as causas que deram origem ao sinistro.

3. Os militares em serviço de ronda ou patrulha logo que tenham conhecimento de incêndio em qualquer ponto da sua área, deslocam-se para o local do incêndio o mais rapidamente possível, podendo o Comandante da subunidade fazer deslocar para o local pessoal em reforço.

4. Se o alerta teve origem num popular, deve ser dado de imediato conhecimento ao CDOS

respectivo a fim de serem accionados os meios de primeira intervenção.

5. Aos militares em serviço de ronda ou patrulha no local de incêndio cumpre:

- a. Adoptar as medidas necessárias à coordenação dos esforços para a extinção do incêndio, devendo evitar a confusão e proibir no local a permanência de maior número de pessoas que as necessárias;

- b. Exercer as acções de apoio e socorro às possíveis vítimas e salvaguardando os bens das mesmas;
- c. Auxiliar no combate ao incêndio até à chegada dos meios de 1ª intervenção;
- d. Adoptar as medidas necessárias para o controlo da circulação rodoviária, especialmente para facilitar a circulação dos meios de combate;
- e. Identificar, e nos casos previstos na lei deter, quem impedir o combate aos incêndios e quem dificultar a extinção dos mesmos, designadamente destruindo ou tornando inutilizável o material destinado a combatê-los;
- f. Isolar o local provável de início do incêndio de modo a preservar os meios de prova, bem como recolher todas as informações necessárias à investigação.

6. Obrigatoriamente é elaborado relatório e em caso de suspeita de crime o respectivo auto de notícia.

Artigo 197.º

(Actuação em catástrofes naturais e acidentes graves)

Durante a ocorrência de catástrofes naturais ou acidentes graves, o efectivo da Guarda presta todo o apoio compatível com as capacidades e circunstâncias, procurando, por todos os meios, salvaguardar vidas, prestar socorro a feridos, promovendo a sua evacuação, implementando todas as medidas de polícia necessárias, colaborando em todas as situações com outras entidades interessadas, especialmente com a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

ANEXO N

RESULTADOS DAS CAMPANHAS 2006 A 2009

Quadro O.1: Resumo dos resultados da Campanha de 2006 a 2009 .

CAMPANHA 2006			CAMPANHA 2007			CAMPANHA 2008			CAMPANHA 2009		
Distritos	CMA	Militares	Distritos	CMA	Militares	Distritos	CMA	Militares	Distritos	CMA	Militares
5	12	357	9	18	597	11	22	628	11	24	672

CAMPANHA 2006			CAMPANHA 2007			CAMPANHA 2008			CAMPANHA 2009		
FASE	Saídas Heli	Sucesso	FASE	Saídas Heli	Sucesso	FASE	Saídas Heli	Sucesso	FASE	Saídas Heli	Sucesso
Bravo	65	91,49%	Bravo	195	98,18%	Bravo	233	98,44%	Bravo	242	99,31%
Charlie	993	94,01%	Charlie	2.169	97,42%	Charlie	2.705	98,19%	Charlie	4.306	96,73%
Delta	18	100,00%	Charlie +	49	97,30%	Delta	143	97,89%	Delta	188	96,85%
			Delta	56	86,27%	Echo	0	0,00%	Echo	16	81,82%
Total 2006	1.076	94,01%	Total 2007	2.469	97,03%	Total 2008	3.081	98,31%	Total 2009	4.752	96,80%

FASE	Patrulhas Auto	Intervenções Incêndios	FASE	Patrulhas Auto	Intervenções Incêndios	FASE	Patrulhas Auto	Intervenções Incêndios	FASE	Patrulhas Auto	Intervenções Incêndios
Alfa	Apontamento da Força		Alfa	1.474	10	Alfa	3.318	336	Alfa	5.943	1021
Bravo	358	19	Bravo	1.025	29	Bravo	1.260	149	Bravo	1.988	214
Charlie	1.252	169	Charlie	2.183	337	Charlie	2.868	883	Charlie	4.073	624
Delta	253	1	Charlie +	426	27	Delta	620	150	Delta	901	142
			Delta	1.692	360	Echo	2.968	199	Echo	986	70
Total 2006	1.861	189	Total 2007	6.800	763	Total 2008	11.034	1.717	Total 2009	13.889	2.071

Fonte: GIPS (2010).